



ACADEMIA MILITAR

SISTEMA D:

Possibilidade de Emprego de Forças-Tarefa Subagrupamento nos Cenários do Conceito Estratégico Militar Português

Autor: Aspirante-Aluno de Artilharia Artur Jorge Abreu Varanda

Orientador: Coronel de Infantaria (Doutor) Nuno Correia Barrento de Lemos Pires

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, junho de 2016



ACADEMIA MILITAR

SISTEMA D:

Possibilidade de Emprego de Forças-Tarefa Subagrupamento nos Cenários do Conceito Estratégico Militar Português

Autor: Aspirante-Aluno de Artilharia Artur Jorge Abreu Varanda

Orientador: Coronel de Infantaria (Doutor) Nuno Correia Barrento de Lemos Pires

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, junho de 2016

*E disse: “Quem é que dorme a lembrar
Que desvendou o Segundo Mundo,
Nem o Terceiro quer desvendar?”*

(Fernando Pessoa)

Dedicado à memória viva de
Friedrich Wilhelm Ernst Graf zu Schaumburg-Lippe (1724-1777),
Insigne Oficial e Reformador.

AGRADECIMENTOS

Mais do que o resultado de dez semanas ou de um ciclo de estudos, sinto que este trabalho é o culminar de cinco anos de aventura e desventura na Academia Militar.

É, por um lado, criado a partir do conhecimento que aprendi sobre o Conflito e sobre as formas de o travar – e evitar –, recorrendo à Estratégia e à Tática para descrever a dialética entre a ameaça e a força. Por outro lado, é fruto de outros modelos de pensamento que me forneceram inspiração para abordar problemas comuns de formas originais: a força nunca seria um vetor sem Física, e a geração de forças nunca seria um problema de otimização sem a Matemática.

É ainda fruto de uma vasta lista de pessoas que contribuíram diretamente para a existência deste trabalho, a quem passo a agradecer:

*

Ao Coronel Nuno Lemos Pires, simultaneamente o meu orientador e um dos responsáveis, sem o saber, por despoletar uma sequência de ideias que daria origem à Força-Tarefa Subagrupamento. Agradeço-lhe pelo risco que tomou por ser orientador de um aluno com um tema que ambos considerávamos de difícil abordagem, mas principalmente, por ser para mim uma referência na sua qualidade de *soldier-scholar*, comprovando que “Enfim, não houve forte capitão / Que não fosse também douto e ciente”.

Ao Tenente-Coronel Miguel Freire, pelas discussões sobre a forma de abordar este tema e outros, em que foi sempre original e falou sempre com a sua própria voz, encorajando todos à sua volta a fazerem o mesmo. Agradeço-lhe pelo tempo despendido comigo – mesmo tendo eu preterido a sua arma! –, e pela influência que a sua personalidade teve em todos os seus alunos. Se há alguém a quem devo diretamente o meu entendimento da Iniciativa de um Oficial, é a si.

Ao Professor Doutor António Telo, o segundo responsável pelas ideias que dariam origem ao tema do trabalho. Agradeço-lhe o seu conhecimento enciclopédico sobre o fenómeno que é a Guerra, a forma como o transmitiu durante as suas aulas, e a sua visão

realista e crítica sobre ele e sobre o meu trabalho, que auxiliou decisivamente a definição de um problema de investigação realizável, coerente e corretamente delimitado.

Al Comandante Seguí Samatán, que ha sido mi tutor durante los quince días en que estubo en la Academia General Militar, pero que ha tenido una influencia muy superior a ese pequeño periodo. Le agradezco por haber compartido su inmenso conocimiento sobre Operaciones Militares en la actualidad, por su entusiasmo por el tema del trabajo y por la crítica muy valiosa hecha a los pasos que he dado durante la construcción del modelo de análisis.

Ao Tenente-Coronel Mário Pinto da Silva, cujo domínio dos métodos e técnicas da investigação científica contribuiu para a construção de um modelo de análise objetivo para um tema numa área de estudos altamente subjetiva: a Guerra. Agradeço-lhe as aulas dadas, as discussões tidas e a introdução à dialética, uma forma de pensar que tomou parte na redação de todas as páginas deste trabalho.

Ao Tenente-Coronel Élio Santos, diretor de curso que arriscou em aceitar um tema superficialmente distante da nossa arma. Agradeço-lhe o risco tomado, mas também o seu contributo essencial no ensino da arma que é o contraponto constante a todas as operações em que se combate integrado numa força. Só esta perspetiva permite tornar completa a visão de como interagem – e como devem interagir – todos os componentes do combate terrestre.

Ao Tenente Pedro Meneses, o responsável pela sugestão do livro *The Utility of Force*, que enquadrou todo o raciocínio. Agradeço-lhe a sua erudição nas discussões que teve comigo sobre o tema do trabalho e as sugestões que deu quanto à sua redação.

Aos entrevistados, os Comandantes Rafael Medina Castello e Miguel Sanchez Macizo (Ejército de Tierra), os Capitães José Medina Aguilar, Ivan San Miguel Lopez e Carlos Egea Amador (Ejército de Tierra) e o Capitão Pierre-Edouard Clément Houillon (Armée de Terre); agradeço-lhes a sua disponibilidade e o conhecimento que me transmitiram. Foi a sua experiência como comandantes de unidades complexas em operações complexas que assentou na realidade todas as teorias, modelos, conceitos e conclusões deste trabalho.

Ao Major Nuno Neto, agradeço-lhe a partilha dos resultados da sua investigação sobre a Operação Serval, que constituiu um contributo absolutamente essencial, mas também o interesse demonstrado no tema e nas suas implicações.

Al Caballero Alférez Cadete Manuel Nuñez Marzán y a la Dama Alférez Cadete Elena García Esteban, que me han acompañado durante mi estancia en la Academia General Militar, les agradezco por hubieran demostrado un gran interés en el trabajo y por la valiosa ayuda que me han dado con la adquisición de datos hecha en Zaragoza.

Aos Aspirantes-Alunos Daniel Valério e Francisco Mangerona, e ao Mestrando Mário Pires, pares que através da discussão que tiveram comigo sobre o trabalho constituíram uma verdadeira *Red Team* que o clarificou e melhorou. Agradeço-lhes a eles e a todos os meus pares, que foram um incentivo constante para fazer mais e melhor.

A todos que não foram mencionados, mas que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho, agradeço o seu contributo.

*

Sinto, porém, que para além dos conhecimentos e capacidades adquiridas e do contributo decisivo de todas as pessoas que o tornaram realidade, o presente trabalho é obra de tudo o que aprendi sobre mim mesmo como (futuro) Oficial e como Homem – a Iniciativa, a Responsabilidade e o Autodomínio, que temperaram um desejo constante e antigo de “Saber (e poder) sempre mais”.

À Academia Militar devo tudo isso logo, sem hipérbole, estou-lhe eternamente grato.

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo o modelo emergente de forças de escalão subagrupamento capazes de operações dispersas e detentoras de elementos de combate, apoio de combate, apoio de serviços e apoio de comando, modeladas no conceito de Força-Tarefa Subagrupamento. O objetivo do estudo é avaliar a possibilidade de emprego de Forças-Tarefa Subagrupamento nos cenários do Conceito Estratégico Militar. Nesse sentido, são analisadas duas operações de estados aliados, para as quais módulos do tipo Força-Tarefa Subagrupamento foram gerados, a Operação Romeo-Alfa e a Operação Serval. Ambas as operações são então comparadas e transpostas para os cenários de emprego da ação militar presentes no Conceito Estratégico Militar, especificamente, para o cenário de Segurança Cooperativa. Partindo do pressuposto que as forças são geradas para cenários, portanto, dependentes destes, se as operações analisadas geraram Forças-Tarefa Subagrupamentos e se são traduzíveis no cenário de Segurança Cooperativa, logo, a geração e emprego de Forças-Tarefa Subagrupamento é possível para este cenário. O trabalho conclui com a recomendação de que o modelo Força-Tarefa Subagrupamento seja adotado, com o objetivo de favorecer a capacidade de adaptação das Forças Armadas face aos requisitos do novo paradigma da conflitualidade.

Palavras-Chave: Nova Conflitualidade; Cenários Estratégicos; Geração de Forças; Subagrupamento; Armas Combinadas.

ABSTRACT

The present essay has as its object of study the emerging model of company-level forces capable of dispersed operations and containing combat, combat support, combat service support and command support elements, modeled in the concept of Sub-Battlegroup Task-Force. The objective is to evaluate the possibility of employment of Sub-Battlegroup Task-Forces within the scenarios defined in the Portuguese Military Strategic Concept. To do so, the model analyzes two operations conducted by allied states which required the generation of modules conforming to the Sub-Battlegroup Task-Force model: Operation Serval and Operation Romeo-Alfa. Both operations are then compared and transposed to the scenarios of the Portuguese Military Strategic Concept, specifically to the scenario of Cooperative Security. Departing from the assumption that forces are generated to fulfill the requirements of specific scenarios, thus, dependent of those scenarios, if the analyzed operations generated Sub-Battlegroup Task-Forces, and if they are translatable into the Portuguese scenario of Cooperative Security, then the generation and deployment of Sub-Battlegroup Task Forces is possible within that scenario. The essay concludes with the recommendation that the model of Sub-Battlegroup Task Forces should be readily adopted, in order to increase the adaptability of the Portuguese Armed Forces regarding the requirements of the new paradigm of conflict.

Keywords: New Paradigm of Conflict; Strategic Scenarios; Force Generation; Sub-Battlegroup; Combined Arms.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	vi
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
ÍNDICE GERAL	xi
ÍNDICE DE FIGURAS	xiii
ÍNDICE DE TABELAS	xiv
LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS	xv
LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS	xvi
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	9
1.1. Análise das Mudanças na Conflitualidade.....	9
1.1.1. Teorias Evolucionárias	11
1.1.2. Teorias Revolucionárias	14
1.1.3. Discussão	19
1.2. Síntese.....	22
CAPÍTULO 2 – CORPO DE CONCEITOS	23
2.1. Processo de Geração de Forças.....	23
2.2. Cenário de Emprego das Forças Armadas	26
2.2.1. Dimensões e Indicadores	27
2.2.2. Conjunto de Cenários possíveis.....	28
2.3. Força Militar	30
2.3.1. Dimensões e Indicadores	32
2.3.2. Força-Tarefa Subagrupamento	34
CAPÍTULO 3 – MODELO DE ANÁLISE	38
3.1. O Estudo	38

3.2. O Modelo de Análise	40
3.3. Os Casos de Estudo.....	42
CAPÍTULO 4 – PROCESSO DE RECOLHA DE DADOS	44
4.1. Natureza dos Dados	44
4.2. Origem dos Dados	44
4.3. Análise Documental.....	45
4.4. Inquérito por Entrevista	45
CAPÍTULO 5 – ANÁLISE DOS CASOS DE ESTUDO.....	46
5.1. Operação Serval.....	46
5.1.1. Caracterização do Cenário.....	46
5.1.2. Caracterização dos SGTIA empregues.....	48
5.2. Operação Romeo-Alfa	50
5.2.1. Caracterização do Cenário.....	50
5.2.2. Caracterização dos <i>Subgrupos Táticos</i> empregues.....	51
CAPÍTULO 6 – DISCUSSÃO	53
6.1. Comparação entre Casos de Estudo.....	53
6.2. Comparação com os Cenários do CEM.....	55
6.3. Aplicabilidade de Forças-Tarefa Subagrupamento aos cenários do CEM	56
CONCLUSÃO.....	57
BIBLIOGRAFIA	59

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – «Referencial» Teórico: As mudanças na Conflitualidade.....	11
Figura 2 – Tendências nos Conflitos Armados 1946-2014.....	20
Figura 3 – «Referencial» Teórico adotado.	22
Figura 4 – Desenvolvimento conceptual do Conceito Estratégico Militar.....	25

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Características do paradigma <i>War amongst the People</i>	16
Tabela 2 – Funções da força militar no paradigma <i>War amongst the People</i>	17
Tabela 3 – Comparação entre as características das Guerras Insurrecionais e dos Conflitos do Caos	19
Tabela 4 – Características das categorias da dimensão «Nível de Violência».....	28
Tabela 5 – Classificação dos cenários de emprego do CEM.....	30
Tabela 6 – Elementos de uma Força.....	34
Tabela 7 – Princípios da formação de um SGTIA.....	36
Tabela 8 – Comparação dos casos de estudo quanto às características extrâneas.....	43
Tabela 9 – Quadro-Síntese da comparação entre casos de estudo	54
Tabela 10 – Comparação entre os cenários do CEM e as operações analisadas	55
Tabela 11 – Argumentos para a incalculabilidade da guerra.....	II

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

Apêndice A – Discussão: A Teoria no Estudo da Guerra	I
Necessidade de Enquadramento	I
Necessidade de Teoria	II
Apêndice B – Modelo de Análise	VI
Apêndice C – Contexto dos Casos de Estudo	VII
Operação Serval e o Conflito do Mali	VII
Operação Romeo-Alfa e o Conflito do Afeganistão	VIII
Apêndice D – Caracterização das Fontes	XI
Apêndice E – Guião da Entrevista	XII
Anexo A – Comparative Formation/Unit Designations	XV
Anexo B – Composição dos SGTIA	XVII

LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS

AFISMA	<i>African-led International Support Mission to Mali</i>
AMP	<i>Assistance Médicale aux Populations</i>
AQIM	<i>al-Qaeda in the Islamic Maghreb</i>
ASPFOR	<i>Afghanistan Spanish Force</i>
BMN	<i>Batallón de Maniobra</i>
CCEM	<i>Conselho de Chefes de Estado-Maior</i>
CDEF	<i>Centre de Doctrine d'Emploi des Forces</i>
CEDN	<i>Conceito Estratégico de Defesa Nacional</i>
CEM	<i>Conceito Estratégico Militar</i>
CIMIC	<i>Civil-Military Co-operation</i>
COMISAF	<i>Commander of International Security and Assistance Force</i>
COMOPS	<i>Communication Opérationnelle</i>
CPLP	<i>Comunidade dos Países de Língua Portuguesa</i>
DREX	<i>Division Recherche retour d'Expérience</i>
ECOWAS	<i>Economic Community of West African States</i>
EOD	<i>Explosive Ordnance Disposal</i>
EOR	<i>Explosive Ordnance Removal</i>
GAD	<i>Groupes Armés Djihadistes</i>
GT	<i>Grupo Tático</i>
GT APOEL	<i>Grupo Tático de apoyo a las Elecciones</i>
GTIA	<i>Groupement Tactique Interarmes</i>
HUMINT	<i>Human Intelligence</i>
ISAF	<i>International Security and Assistance Force</i>
MANPADS	<i>Man-Portable Air-Defense System</i>
MIFA	<i>Missões das Forças Armadas</i>
MINUSMA	<i>Mission multidimensionnelle intégrée des Nations Unies pour la stabilisation au Mali</i>
MNLA	<i>Mouvement Nationale pour la libération de l'Azawad</i>
MUJAO	<i>Mouvement pour l'unicité et le jihad en Afrique de l'Ouest</i>
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
OEF	<i>Operation Enduring Freedom</i>
OEF-A	<i>Operation Enduring Freedom - Afghanistan</i>
OMI	<i>Opérations Militaires d'Influence</i>
OMLT	<i>Operational Mentoring and Liaison Team</i>
ONU	<i>Organização das Nações Unidas</i>
OTAN	<i>Organização do Tratado do Atlântico Norte</i>
PDE	<i>Publicação Doutrinária do Exército</i>
PRT	<i>Provincial Reconstruction Team</i>
PSYOPS	<i>Psychological Operations</i>
QRF	<i>Quick Reaction Force</i>
RC-W	<i>Regional Command West</i>

RPG	<i>Rocket-Propelled Grenade</i>
RS	<i>Resolute Support</i>
S/GT	<i>Subgrupo Táctico</i>
SF	<i>Sistema de Forças</i>
SGTIA	<i>Sous-Groupement Tactique Interarmes</i>
TACP	<i>Tactical Air Control Party</i>
UAV	<i>Unmanned Aerial Vehicle</i>
ZUB	<i>Zones Urbanisées</i>

INTRODUÇÃO

Uma força é uma solução.

Por um lado, é possível definir força como um conjunto de meios militares, pessoais e materiais. Por outro, uma força é a solução para um problema, o de como usar a ação militar numa situação concreta ou num conjunto de situações previsíveis. As abordagens opõem-se e complementam-se: se a primeira é reducionista, descrevendo a força como a soma dos seus componentes essenciais – pessoal e material – mas ignorando o seu propósito, a segunda é holística, ignorando a sua natureza, mas enquadrando-a num sistema maior.

Esta segunda abordagem tem a vantagem de relacionar a força, uma organização concreta de pessoal e material, com o conjunto de objetivos estratégicos e políticos, progressivamente mais abstratos, que serão atingidos através do seu emprego. Em última análise, ao relacionar a força com o seu propósito, é possível criar um raciocínio que liga a existência de cada combatente a um objetivo teleológico do estado-nação: a Segurança¹ do seu território e dos seus cidadãos.

Existe assim uma necessidade constante de adaptar a força aos objetivos que a enquadram. Esta adaptação é condicionada por outros fatores, tais como a natureza das ameaças existentes ou prováveis e os recursos disponíveis. Todos juntos, estes fatores formam o problema descrito inicialmente, que terá como solução uma dada força. Naturalmente, estes fatores estão em constante mutação, e por isso o problema do emprego da ação militar é um problema «vivo», também em mudança permanente. Por essa razão, todas as forças militares são diferentes, fruto de uma combinação particular de fatores que condicionou a sua formação. Uma força-tarefa, criada para uma operação em particular, é única, produto de um conjunto muito concreto de objetivos, ameaças e recursos, sendo por isso altamente adaptada à situação em que será empregue. Pelo contrário, os fatores considerados durante a geração do Sistema de Forças Nacional são mais abstratos, procurando traduzir as tendências de mudança identificadas durante o momento em que a força é gerada, e todos os casos em que as Forças Armadas poderão ser empregues. Isso irá necessariamente criar um conjunto de forças mais genéricas, mas nunca universalmente úteis.

¹ Segundo Cabral Couto, todos os tipos de unidades políticas “(...) visaram as mesmas aspirações humanas fundamentais que, sinteticamente, podem ser referidas por: segurança e [por] prosperidade e bem-estar e, como o curso da História o mostra, a incapacidade de realização destas finalidades por qualquer tipo de unidade política tem estado, em última análise, na base da sua queda” (1988, p. 23).

Em ambos os casos, a geração de forças está associada intimamente a um momento do problema estratégico e político identificado².

Daqui decorre que a instituição militar necessita de estar em permanente transformação. Dada a dimensão e abstração do Sistema de Forças Nacional quando comparado com uma Força-Tarefa específica, é plausível assumir que este terá uma maior «inércia» – que será mais resistente à mudança. Assim, a sua transformação deverá acompanhar as grandes mudanças no problema estratégico e político descrito inicialmente. Recentemente, é possível identificar uma mudança de paradigma na conflitualidade ocorrida no final da Guerra Fria: a segurança dos Estados-Nação está agora principalmente ameaçada por atores não-estaduais, que empregam meios assimétricos, como o terrorismo, para conseguir atingir os seus objetivos políticos³. Por essa razão, a defesa nacional é feita principalmente longe das fronteiras dos estados – a segurança pela qual se emprega a ação militar é cada vez mais a segurança de todo o sistema internacional, noção esta reforçada pela existência de organizações internacionais e transnacionais orientadas para a defesa e segurança. Assim, as operações militares recentes adquiriram um carácter cada vez mais expedicionário, o que constitui uma necessidade importante de adaptação das forças⁴.

No contexto nacional, a necessidade de mudança desencadeada pela nova natureza da conflitualidade e pelo carácter expedicionário das operações é temperada por um conjunto limitado de recursos, proporcional à dimensão do Estado Português, agravado pela crise económica internacional da última década e pela apetência decrescente da população por matérias relacionadas com defesa⁵. Ainda assim, esta necessidade de mudança é impossível de ignorar, à medida que a presença portuguesa na NATO e na UE requer a participação das suas Forças Armadas nas operações das respetivas organizações – operações essas alinhadas

² “And each force is specific – to a period, to a state, to a war, to a single theatre of war, possibly to a battle. Even a standing force is specific: a result of the factors at the time of its formation. For at base, it must be understood that battle is an event of circumstance, and therefore every element of force must be understood as a product of the circumstances in which it was created or used” (Smith, 2006, p. 18).

³ “It is now time to recognize that a paradigm shift in war has undoubtedly occurred: from armies with comparable forces doing battle on a field to strategic confrontation between a range of combatants, not all of which are armies, and using different types of weapons, often improvised. The old paradigm was that of interstate industrial war. The new one is the paradigm of war amongst the people” (Smith, 2006, p. 3).

⁴ “As I have argued throughout the book, the emphasis has shifted from organizing our forces to defend our territory to using them to secure our people and our way of life, and conducting these operations at a distance from our borders” (Smith, 2006, p. 399).

⁵ Segundo os resultados de um inquérito realizado por Helena Carreiras em 2009, no âmbito de um estudo sobre a evolução das Forças Armadas portuguesas entre 1990 e 2010, “Os Portugueses falam muito pouco com familiares e amigos sobre temas relacionados com as Forças Armadas, a defesa ou outros assuntos militares (...), seguem com interesse moderado a baixo os assuntos relacionados com a defesa nacional e as Forças Armadas nos meios de comunicação social (...) e consideram baixo o seu grau de conhecimento sobre as Forças Armadas Portuguesas (...)” (2009, p. 5).

com o novo paradigma da conflitualidade⁶. Assim, um conjunto de reformas sucessivas na Defesa tem procurado adaptar o mais possível o Sistema de Forças Nacional às circunstâncias atuais, procurando rentabilizar ao máximo os recursos disponíveis. Daqui decorre o nível de ambição para as Forças Armadas, especificamente para a componente terrestre, presentemente estabelecido como:

“Capacidade para projetar e sustentar, em simultâneo, até três unidades de combate (até escalão batalhão), apoio de combate ou apoio de serviços, para participação nos esforços de segurança e defesa coletiva, podendo no máximo comandar uma única operação de escalão brigada em qualquer cenário e grau de intensidade, por tempo limitado (Ministério da Defesa Nacional, 2015, p. 11)”.

O presente trabalho apoia-se no modelo de problema e solução descrito inicialmente, procurando averiguar a viabilidade de uma solução possível para um aspeto específico do problema que traduz o contexto estratégico e político português.

A solução possível inspira-se num aspeto particular da *French Way of Warfare*⁷, descrição que caracterizou a intervenção francesa no Mali em 2013 – a Operação Serval. A *French Way of Warfare* pode ser caracterizada por ter uma capacidade expedicionária e uma integração entre as diferentes funções de combate muito elevadas, ambas possibilitadas pela existência de unidades de armas combinadas de escalões tradicionalmente muito baixos – os SGTIA, construídos em torno de uma unidade de escalão companhia, combinam na mesma estrutura elementos de combate, de apoio de combate e de apoio de serviços, numa força dotada de um elevado grau de autonomia, permitindo a sua projeção individual para o Teatro de Operações. Isto contribuiu para a rapidez e eficiência da resposta francesa, e foi permitido pelo facto de o modelo dos SGTIA já existir doutrinariamente no sistema de forças francês, o que facilitou o processo de geração de forças para a Operação Serval⁸.

Adicionalmente, a pertinência do conceito de SGTIA e a rotura que traduz em relação a modelos existentes é reforçada por uma breve exploração das tendências atuais de evolução da organização das forças. De uma forma geral, é possível dizer que a integração das funções de combate, acompanhada de uma autonomia crescente, tem sido feita a níveis organizacionais cada vez mais baixos e que a última expressão dessa tendência é a sua

⁶ Veja-se, por exemplo, o Conceito Estratégico da NATO (2010), que inclui nas suas Tarefas Centrais (*Core Tasks*) a Segurança Cooperativa e a Gestão de Crises. Especificamente, sobre a Segurança Cooperativa, é dito que a Aliança afeta e é afetada por eventos para além das suas fronteiras, empenhando-se ativamente para aumentar a segurança internacional.

⁷ Forma Francesa de Combater (tradução do autor).

⁸ O relatório intitulado *France's War in Mali: Lessons for an Expeditionary Army* (2014), da autoria de Michael Shurkin para a RAND Corporation descreve sucintamente as características dos SGTIA franceses no Mali entre as páginas 27 e 29.

integração em unidades de escalão companhia. Como exemplo, perspetivas sobre a intervenção da NATO no Afeganistão assinalam que as «unidades-fundamentais», ou seja, as forças do escalão mais baixo capaz de gerar operações, foram unidades de escalão companhia⁹, extensamente reforçadas por diferentes meios de apoio de combate, apoio de serviços e de apoio de comando, de tal forma que o seu modo de emprego constituiu uma rutura com modelos anteriores¹⁰. Em suma, quer como «unidades-fundamentais» de uma força maior empregues de forma dispersa, quer como unidades autónomas, empregues em situações de intervenção limitada, todos estes casos suportam a noção de que uma força de escalão companhia que agrupe várias capacidades e com um elevado grau de autonomia constitui um conceito viável, adaptado à necessidade do emprego de força militar em contextos expedicionários, e especialmente adequado para rentabilizar ao máximo os recursos disponíveis.

A forma francesa de organização das forças é assim altamente original, e parece estar em linha com o atual paradigma da conflitualidade e com o contexto estratégico francês. Segundo o modelo de adaptação introduzido, quanto menos alterações tiver de sofrer uma força constituída para uma dada operação particular, melhor adaptado ao contexto estratégico e político está o conjunto de todas as forças. Assim, o conceito de SGTIA parece ser fruto de uma adaptação bem-sucedida de todas as forças armadas francesas, e por isso é nele que se inspira a solução proposta pelo presente trabalho.

O problema identificado é então a necessidade de gerar forças expedicionárias de escalão inferior ao batalhão que contenham múltiplas capacidades. A inclusão deste modelo de forças na doutrina ou diretamente no Sistema de Forças Nacional aumentaria as opções de emprego da ação militar à disposição dos decisores políticos para suportar os esforços de defesa e segurança coletivas. Atualmente, apesar do emprego de unidades de escalão companhia em operações internacionais por parte das Forças Armadas portuguesas, o seu emprego não teve o grau de autonomia dos SGTIA, nem a sua organização integrou tantas capacidades. A força portuguesa que mais se aproximou desta organização foi a QRF

⁹ Como exemplo, segundo a perspetiva do General Hervé Charpentier (2011, p. 4), “Aujourd’hui et pour quelque temps sans doute, l’Afghanistan nous impose une réalité encore différente. Le combat que nous y menons est indubitablement celui des capitaines”.

¹⁰ “En Afghanistan, au Liban ou en République de Côte d’Ivoire, cette évolution se traduit par l’intégration au niveau SGTIA, de moyens d’appui (génie, feux sol-sol, feux sol-air, renseignement, guerre électronique, géographie...) mais aussi de moyens d’environnement (CIMIC, COMOPS, PSYOPS, OMI, AMP, ...) indispensables à l’efficacité d’ensemble » (DREX, 2011, p. 19).

nacional que integrou a participação portuguesa na ISAF entre 2005 e 2008¹¹, contendo uma companhia de manobra à qual foram adicionadas capacidades do âmbito do apoio de serviços e do apoio de fogos, bem como uma capacidade de comando e controlo semelhante à de um batalhão. A autonomia no seu emprego, porém, era reduzida devido ao seu papel como Força de Reação do COMISAF. Quanto à Doutrina, não está prevista nenhuma força com as características do SGTIA.

Assim, o presente trabalho poderia ser quase formulado como um projeto de engenharia, em que são identificados requisitos e é proposto e testado um protótipo: toma o contexto estratégico português – o problema – e averigua para ele a viabilidade deste aspeto particular do «modelo francês», o SGTIA – a solução – generalizado no conceito «Força-Tarefa Subagrupamento». Naturalmente, o teste de uma dada força ou estrutura organizacional requer recursos e autoridade que excedem em muito o âmbito do presente trabalho: a história militar recente está repleta de casos em que novos conceitos são testados em exercícios especialmente concebidos para os testar, suportando a analogia com o processo de engenharia¹².

Em vez disso, o trabalho assume-se como um primeiro teste, através da observação de casos existentes, da viabilidade do conceito da Força-Tarefa Subagrupamento em relação ao contexto estratégico português. Daqui é gerada a pergunta de partida, que enquadra toda a investigação:

Em que cenários de emprego das Forças Armadas portuguesas se podem empregar forças-tarefa baseadas numa unidade de escalão subagrupamento?

Com a pergunta anterior, pretende-se identificar a relação possível entre a possibilidade de emprego de Forças-Tarefa Subagrupamento – a variável dependente – e os cenários de emprego das Forças Armadas portuguesas contidos no Conceito Estratégico Militar – a variável independente –, que traduzem o resultado da interação entre os objetivos políticos para a ação militar, as ameaças existentes e prováveis e os recursos disponíveis.

¹¹ “A partir de julho de 2005 a QRF era constituída por uma Secção de Comando, uma Companhia de Manobra, um Centro de Operações Tático, um Destacamento de Apoio de Serviços, todos do Exército e uma Equipa de Controladores Aéreos Avançados (TACP) da Força Aérea (Marques Cardoso, et al., 2014)”.

¹² Um exemplo marcante disto é o desenvolvimento das divisões *Panzer* na Alemanha entre as duas Guerras. O General Heinz Guderian descreve nas suas memórias, *Erinnerungen eines Soldaten* (1960, pp. 18-23), o desenho de exercícios progressivamente maiores para testar o conceito de uma forças de armas combinadas completamente motorizada: “In diesem Manöver wurde die Möglichkeit des Operierens mit motorisierten und gepanzerten Einheiten unter Beweis gestellt” (1960, p. 23) (“Nestas manobras, a possibilidade de Operações utilizando unidades motorizadas e blindadas foi posta à prova” – tradução do autor).

Caso essa relação seja identificada e avaliada, a solução proposta – a Força-Tarefa Subagrupamento – pode ser considerada como adaptada ao problema existente, portanto, viável no contexto estratégico português. O objetivo geral do trabalho é assim avaliar em que cenários de emprego das Forças Armadas portuguesas é possível empregar forças-tarefa baseadas em unidades de escalão subagrupamento.

A natureza social e a complexidade dos fenómenos em estudo dificultam a conclusão sobre a relação entre conceitos identificada, que estará sempre associada ao momento presente e por isso limitada na sua capacidade explicativa¹³. Há também o desafio acrescido que advém de estudar uma relação hipotética entre um modelo de força e os cenários de emprego do Conceito Estratégico Militar¹⁴ – tanto um como outros também hipotéticos –, o que poderia tornar o presente trabalho num ensaio de filosofia militar, sem dados empíricos que o suportassem.

Para mitigar estas limitações, o trabalho serve-se do modelo hipotético-dedutivo como base para o modelo de análise. Em primeiro, a partir do enquadramento teórico e do corpo de conceitos, são deduzidas hipóteses que constituam uma resposta possível à pergunta de partida. Em seguida, as hipóteses são confrontadas com a realidade. O resultado do confronto entre as hipóteses e a realidade é a resposta à pergunta de investigação. Assim, neste trabalho as hipóteses preveem uma relação entre os cenários de emprego do Conceito Estratégico Militar (CEM) e a possibilidade de emprego de Forças-Tarefa Subagrupamento:

- H1. O modelo de forças-tarefa baseadas numa unidade de escalão subagrupamento pode ser empregue em Cenários de Segurança Cooperativa.
- H2. O modelo de forças-tarefa baseadas numa unidade de escalão subagrupamento pode ser empregue em Cenários de Defesa Coletiva.
- H3. O modelo de forças-tarefa baseadas numa unidade de escalão subagrupamento pode ser empregue numa combinação de Cenários de Emprego do CEM.

¹³ Carl von Clausewitz (1997, pp. 122-123) afirma que a guerra é um fenómeno social, e por isso nem uma arte nem uma ciência. Com isto pretende enfatizar que a guerra ocorre entre grupos de seres humanos, e por isso qualquer ação é feita contra outra entidade consciente, que reage e por isso torna imprevisíveis os resultados das ações tomadas. Assim, isto torna impossível a criação de leis com elevado poder explicativo, permitindo apenas a identificação de leis gerais.

¹⁴ A dificuldade é semelhante a estudar o desempenho previsto uma dada força em tempo de paz. Svend Bergstein (2003, pp. 189-190) postula que apesar de as ciências sociais tentarem medir a coesão social de uma unidade através de questionários, simulações e exercícios, o teste derradeiro será sempre o desempenho dessa unidade em combate.

- H4. O modelo de forças-tarefa baseadas numa unidade de escalão subagrupamento não pode ser empregue em nenhum dos Cenários de Emprego do CEM (Hipótese Nula).

Para permitir a avaliação da possibilidade de emprego de Forças-Tarefa Subagrupamento no contexto português, o modelo de análise parte da relação de dependência entre forças e operações traduzida pelo processo de geração de forças: cada operação, associada a um cenário de emprego, gera uma força específica. Assim, foram empregues Forças-Tarefa Subagrupamento quando os requisitos e condicionantes da ação militar para essas operações específicas puderam ser melhor solucionados por forças deste género. Ao analisar as características das operações em que Forças-Tarefa Subagrupamento foram sido empregues e ao compará-las com as características dos Cenários de Emprego do Conceito Estratégico Militar, é possível avaliar a possibilidade de emprego deste modelo de forças no contexto estratégico nacional: se as operações analisadas possuírem características semelhantes aos Cenários de Emprego do CEM e se nessas operações foram empregues Forças-Tarefa Subagrupamento, o seu emprego será também possível nos Cenários considerados. O modelo de análise adotado é traduzido no conjunto de objetivos específicos.

- O1. Selecionar um modelo teórico que enquadre os cenários de emprego de força militar após o final da Guerra Fria.
- O2. Modelar o Processo de Geração de Forças do CEM.
- O3. Analisar as dimensões do conceito «Cenário de Emprego».
- O3.1. Caracterizar as dimensões de cada cenário de emprego do CEM.
- O4. Analisar as dimensões do conceito «Força».
- O4.1. Caracterizar as dimensões de «Força-Tarefa Subagrupamento».
- O5. Caracterizar as dimensões do cenário da Operação Serval.
- O5.1. Caracterizar as dimensões das forças-tarefa subagrupamento presentes na Operação Serval.
- O6. Caracterizar as dimensões do cenário da Operação Romeo-Alfa.
- O6.1. Caracterizar as dimensões das forças-tarefa subagrupamento presentes na Operação Romeo-Alfa.

Em concreto, são comparadas a Operação Serval¹⁵ e a Operação Romeo Alfa¹⁶ com os Cenários de Emprego do Conceito Estratégico Militar, utilizando como referencial doutrinário a doutrina NATO, que enquadra as doutrinas dos estados responsáveis pelos casos de estudo. Por sua vez, os dados que permitem a caracterização das variáveis nos casos de estudo são obtidos através da análise documental de fontes secundárias e de entrevistas semidiretivas. A sua recolha é orientada e estruturada por um conjunto de indicadores associado às dimensões das variáveis em estudo.

O estudo inicia-se com o Enquadramento Teórico, em que são selecionados e descritos os enquadramentos teóricos da investigação. Segue-se o Corpo de Conceitos, onde são analisados e caracterizados os conceitos «Cenário de Emprego», com base no Conceito Estratégico Militar, de «Força», com base em doutrina NATO em vigor, e de «Força-Tarefa Subagrupamento», uma extrapolação do conceito de SGTIA em vigor na doutrina francesa. Uma vez concluída a descrição dos conceitos, é possível explicar o Modelo de Análise em detalhe, ao que se segue a descrição do Processo de Recolha de Dados através da discussão das suas respetivas técnicas. Tudo isto permite a Análise dos Casos de Estudo, em que os dados recolhidos são enquadrados no sistema de conceitos criado, e a Discussão, em que os casos de estudo são comparados entre si e com os cenários do CEM, concretizando o modelo de análise. Finalmente, a Conclusão relaciona toda a investigação com o problema inicial e apresenta as implicações do estudo, as recomendações e as propostas para novas investigações.

¹⁵ Intervenção militar francesa no Mali entre 2013 e 2014 com o objetivo de auxiliar as Forças Armadas do Mali a travar o avanço de grupos terroristas e assegurar a segurança das populações ameaçadas (Ministère de la Défense, 2015).

¹⁶ Nome dado à participação espanhola na ISAF entre 2002 e 2014. A ISAF teve como objetivo o estabelecimento de um ambiente seguro, a extensão da autoridade do Governo do Afeganistão a todo o território e o auxílio na reconstrução do país.

CAPÍTULO 1

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O objetivo do enquadramento teórico feito neste capítulo é integrar o estudo nas teorias e correntes de pensamento pertinentes à relação entre variáveis proposta. Em concreto, isso significa explorar como decorre a adaptação das forças militares ao seu ambiente através da exploração de como se tem alterado o ambiente em que as forças operam. A dificuldade em teorizar a guerra origina uma breve discussão sobre a necessidade de enquadramento e sobre o papel da teoria no estudo da conduta da guerra, apresentada no Apêndice A.

1.1. Análise das Mudanças na Conflitualidade¹⁷

Procura-se relacionar a possibilidade do emprego de uma força específica com um conjunto de circunstâncias políticas e estratégicas: cenários de emprego, que traduzem situações de conflito hipotéticas. Parte-se então do pressuposto que o emprego de uma dada força depende do contexto, ou seja, da situação de conflito considerada. Assim, a mudança na organização de forças descrita inicialmente está associada a uma mudança na conflitualidade, especificamente, uma associada ao final da Guerra Fria (1991). Por traduzirem a situação atual, os cenários de emprego do CEM são fruto dessa mudança, sendo por isso necessário procurar explicações sobre as suas causas e sobre as características da nova fase da conflitualidade.

Um ponto de partida para descrever a mudança na conflitualidade é reconhecer que o fenómeno «Guerra» é ontologicamente dinâmico: sobre a guerra, o filósofo grego Heráclito postula que é “o pai de tudo”¹⁸, olhando para o fenómeno como uma manifestação da mudança inerente a todas as coisas. Assim, se a guerra é mudança e tudo também é

¹⁷ Com o termo «conflitualidade» procura-se descrever um conjunto dos conflitos que contém o fenómeno Guerra, mas também todos os conflitos interpessoais com fins políticos que alguns autores consideram como diferentes do fenómeno guerra. Sobre «Conflito», Cabral Couto considera-o um fenómeno social, entre pessoas ou grupos, caracterizado pela hostilidade e pela intencionalidade (1988, p. 101).

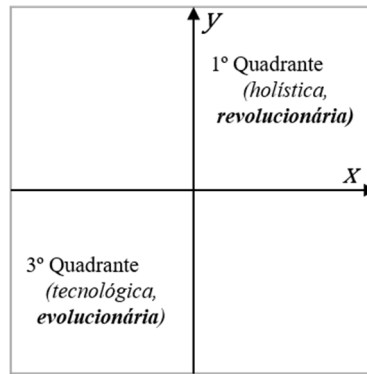
¹⁸ “An alternative definition of war is that it is an all-pervasive phenomenon of the universe. Accordingly, battles are mere symptoms of the underlying belligerent nature of the universe; such a description corresponds with a Heraclitean or Hegelian philosophy in which change (physical, social, political, economic, etc) can only arise out of war or violent conflict. Heraclitus decries that ‘war is the father of all things,’ and Hegel echoes his sentiments” (Moseley, 2010).

mudança, é impossível que a própria guerra permaneça estática. O axioma resultante é que a conflitualidade muda.

Carl von Clausewitz também lhe reconhece o caráter mutável, descrevendo a guerra como um camaleão que “muda de cor em cada caso particular” (1997, p. 48). É esse caráter que, como anteriormente descrito, impede qualquer teoria sobre a guerra de ter um elevado poder preditivo. Ao mesmo tempo, a análise de von Clausewitz aprofunda a simples constatação da mutabilidade da Guerra ao procurar identificar quais as dimensões e as leis gerais do fenómeno. Assim, o fenómeno «Guerra» é condicionado por uma trindade de dimensões: o ódio e a hostilidade, associados ao povo dos estados; a dimensão das possibilidades e da sorte, associada à conduta da guerra e ao emprego de forças; finalmente, a dimensão política, em que a guerra é um instrumento político com um fim racional, associada ao poder político (1997, pp. 48-49). A variabilidade do fenómeno é então explicada como fruto da interação entre os elementos desta trindade, que constituem «pólos» que influenciam a natureza de cada conflito em maior ou menor grau. Quando comparada com o axioma inicial, a teoria de von Clausewitz fornece um referencial que descreve as dimensões que mudam, mas não permite traçar uma evolução da conflitualidade necessária para o enquadramento da investigação.

O consenso, no entanto, termina com von Clausewitz. Se o seu sistema de conceitos relativos à guerra é geralmente aceite¹⁹, existem inúmeras teorias quanto à sua evolução. Na sua síntese *Understanding Land Warfare* (2014, pp. 42-43), Christopher Tuck identifica as duas principais divergências entre as teorias existentes. Em primeiro, discute-se se a guerra muda de forma evolucionária, através de uma evolução lenta e gradual, ou revolucionária, em períodos pontuais de intensa mudança. A segunda divergência aborda as causas dessa mudança: se esta se deve a avanços tecnológicos e militares ou se envolve outros fatores, económicos e sociais. Face à necessidade de um sistema de conceitos em que a investigação se apoie, há que selecionar quais as perspetivas adotadas em cada um dos debates, pelo que se torna necessário analisar teorias associadas a cada uma delas (Figura 1).

¹⁹ “Perhaps the dominant influence, certainly on Western militaries, has been the Prussian theorist Carl von Clausewitz (1780–1831) and his magnum opus, *On War*” (Tuck, 2014, p. 21).



**Figura 1 – «Referencial» Teórico: As mudanças na Conflitualidade.
Ox: Causas da mudança; Oy: Forma da mudança.**

Fonte: construído pelo Autor, baseado em Tuck (2014)

Assim, são revistas duas teorias de caráter evolucionário e duas de caráter revolucionário. As teorias evolucionárias descrevem a evolução como essencialmente causada por avanços tecnológicos e militares, ao passo que as revolucionárias descrevem a mudanças como tendo um conjunto de causas mais abrangente.

1.1.1. Teorias Evolucionárias

O primeiro esboço da evolução da conflitualidade em discussão é fornecido por Abel Cabral Couto na sua obra *Elementos de Estratégia* (1988, pp. 139-140). A sua perspetiva assenta no pressuposto de que o potencial de guerra é composto por três elementos: a força militar, o complexo económico-militar e o complexo psicológico²⁰, dispostos segundo a sua profundidade num dado território. Cada fase da evolução da guerra passa a afetar mais elementos do potencial que a anterior, a uma profundidade cada vez maior. Assim, a primeira fase, descrita como “atuação periférica”, dura até ao aparecimento da aviação, uma vez que até então a força militar só podia ser empregue para afetar a força militar adversária na maior parte dos casos. Nesta fase, a guerra é praticada por militares e os efeitos diretos da guerra afetam pouco as populações, cingindo-se essencialmente aos campos de batalha. A segunda fase da evolução da guerra, descrita como “atuação no interior dos estados”, aparece no final da 1ª Guerra Mundial (1914-1918) e abrange também a 2ª Guerra Mundial (1939-1945). Caracteriza-se pela extensão da guerra até à retaguarda dos estados, passando-se a afetar diretamente o complexo económico-militar através do uso da aviação. Finalmente, a terceira fase da evolução, descrita como “atuação sobre o espírito dos homens”, é possibilitada pela

²⁰ Cabral Couto utiliza a personificação para descrever cada elemento: assim, a força militar seria o corpo, o complexo económico-militar seria o coração e o complexo psicológico o espírito (1988, p. 139).

evolução dos meios de comunicação e de transporte de pessoas e bens. O uso de terrorismo, subversão e violência física por entidades não-militares são utilizados na consecução de objetivos políticos ao visar diretamente o complexo psicológico das populações. Em suma, segundo a visão de Cabral Couto, a evolução da guerra acompanha a evolução dos meios tecnológicos, abrangendo partes cada vez maiores das entidades políticas em conflito. Importa relevar que a mudança mais marcante ocorre entre a segunda e a terceira fases, ao terminar com monopólio da violência por parte das forças militares e ao visar diretamente o «espírito» da população adversária.

Em linha com a abordagem de Cabral Couto está o modelo das *Generations of War*²¹, promovido principalmente por William S. Lind e consubstanciado no artigo *The Changing Face of War: Into the Fourth Generation* pela mão de Lind, Nightingale, Schmidt, Sutton e Wilson (1989, pp. 22-26). Esta visão da evolução da conflitualidade centra-se também na conduta da guerra, dividindo a evolução ocorrida a partir da Paz de Vestefália (1648) em três gerações e propondo uma quarta como evolução futura. Segundo Lind (2004, p. 12), uma geração é assim uma “mudança dialética qualitativa”, possibilitada por avanços tecnológicos e conceptuais e surgida como resposta à geração anterior.

A primeira geração está associada às táticas lineares necessárias para o emprego dos mosquetes de alma lisa e para o controlo dos soldados, muitas vezes relutantes em combater²². Eventualmente, o aumento do poder de fogo disponível a partir da segunda metade do século XIX, (corporizado pelas espingardas de repetição, pelas metralhadoras e pelos fogos indirectos), tornou o emprego de táticas lineares insustentável. A reacção a este aumento foi a segunda geração da guerra, caracterizada por uma maior dispersão das tropas no campo de batalha e pelo emprego de fogos indirectos em massa em conjunção com os movimentos de tropas, segundo um plano rígido e pormenorizado. Finalmente, a terceira geração da guerra surge como resposta ao poder de fogo em massa da segunda, baseando-se em táticas não-lineares que procuram «paralisar» o adversário em vez de o destruir directamente, ignorando as suas linhas defensivas e concentrando-se em atacá-lo em toda a sua profundidade. Isto requer uma descentralização ainda maior dos meios e uma grande iniciativa de todos os comandantes, que têm de operar a grandes distâncias dos postos de

²¹ «Gerações da Guerra» (tradução do autor).

²² “The problem is that, around the middle of the 19th century, the battlefield of order began to break down. Mass armies, soldiers who actually wanted to fight (an 18th century's soldier's main objective was to desert), rifled muskets, then breech loaders and machine guns, made the old line and column tactics first obsolete, then suicidal” (Lind, 2004, p. 12).

comando e reagir rapidamente a mudanças na situação tática. Assim, a palavra-chave é «manobra».

Ao longo desta evolução, Lind identifica uma descentralização cada vez maior, o que requer uma mudança da cultura militar tradicional de comando e controlo centralizado, que vê como produto da primeira e da segunda gerações. Por essa razão, Lind vê a terceira geração da guerra como partindo essencialmente de «ideias», ao contrário da primeira e da segunda, que vê como partindo de avanços tecnológicos no armamento. A dificuldade dessa mudança cultural dá origem a uma coexistência de elementos da segunda e da terceira gerações da guerra na atualidade, acompanhada pela possível emergência de uma quarta geração. Por sua vez, a quarta geração da guerra é proposta como o culminar da tendência para a descentralização e dispersão dos meios no campo de batalha. Em vez de ultrapassar a frente para atacar a retaguarda das forças adversárias, método associado à terceira geração, o método proposto para a quarta geração ignora completamente as forças adversárias e afeta diretamente as dimensões política, económica e social do adversário. Assim, a distinção entre paz e guerra, combatente e não-combatente e entre frente de combate e sociedade civil esbate-se²³, e o terrorismo é descrito como possuindo várias características desta quarta geração emergente.

Lind atualiza o modelo de gerações da guerra no artigo *Understanding Fourth Generation War* (2004, pp. 12-16), assumindo que o terrorismo e as insurgências não são fenómenos novos e que a quarta geração é principalmente marcada pelo carácter não-estadual das entidades que a empregam e pela natureza dos seus objetivos. Isso constitui a maior rotura na evolução da guerra após o Tratado de Vestefália, (em muitos aspetos um retorno ao modelo existente antes do Tratado), não apenas por significar a perda do monopólio da violência por parte dos estados, mas também porque à semelhança da terceira fase descrita por Cabral Couto, as populações passam a ser diretamente ameaçadas, com vista a quebrar a vontade de combater do adversário.

Existem, no entanto, críticas ao conceito de gerações da guerra, especialmente quanto ao conceito de quarta geração. Segundo Antulio Echevarria (2005), as características da quarta geração da guerra são também as características da guerra irregular conforme é

²³ “In broad terms, fourth generation warfare seems likely to be widely dispersed and largely undefined; the distinction between war and peace will be blurred to the vanishing point. It will be nonlinear, possibly to the point of having no definable battlefields or fronts. The distinction between "civilian" and "military" may disappear” (Lind, Nightingale, Schmidt, Sutton, & Wilson, 1989, p. 23).

praticada desde a Antiguidade Clássica²⁴, tais como o esbater da divisão entre combatentes e não-combatentes e a ênfase em quebrar a vontade de combater do adversário indiretamente. Por isso, o modelo geracional é considerado inadequado em parte porque pressupõe uma sucessão de conceitos e de modelos na conduta da Guerra, quando na realidade se verifica a sua coexistência (2005, pp. 9-10). Assim, Echevarria critica o pensamento de Lind et al., que considera o terrorismo do período pós-Guerra Fria como produto da tendência para descentralização das forças no campo de batalha, quando seria mais correto vê-lo como o produto da interseção da insurgência com a mobilidade de pessoas, bens e informação permitida pela globalização²⁵ (2005, pp. 2-3). Finalmente, a visão de que a quarta geração é marcada pela integração da força militar nas dimensões política, social e económica deixa transparecer a falha do modelo geracional em considerar essas dimensões na descrição das três primeiras gerações (2005, pp. 15-16): segundo von Clausewitz, os elementos da trindade formada pelo povo, a força militar e poder político estão presentes, em maior ou menor grau, em todos os conflitos (1997, pp. 48-49). Em suma a crítica de Echevarria é útil, uma vez que permite identificar que a principal falha das teorias anteriores é centrar-se apenas num dos elementos da trindade, a força militar.

1.1.2. Teorias Revolucionárias

Tanto Cabral Couto como Lind et al. modelam a evolução da conflitualidade como produto de tendências que correm ao longo da história (profundidade e descentralização), aproximando-se do historicismo descrito por Popper²⁶. Em contraste, as ambições de Rupert Smith na sua obra *The Utility of Force* (2006) são descrever a “mudança de paradigma” ocorrida na conflitualidade entre 1945 e a atualidade: a mudança do paradigma da Guerra Industrial Interestadual para o da Guerra entre as Pessoas (*War Amongst the People*)²⁷. Smith recorre ao conceito de paradigma introduzido por Thomas Kuhn para ilustrar o

²⁴ “In fact, insurgency as a way of waging war actually dates back to classical antiquity, and thus predates the so-called second and third generations (firepower and maneuver) as described by 4GW theorists. Insurgents, guerrillas, and resistance fighters figured large in many of the wars fought during the age of classical warfare” (Echevarria, 2005, p. 10).

²⁵ “A Globalização Contemporânea é o aumento recente da magnitude, velocidade e extensão das interações, e o aumento da interligação entre atores dos sistemas mundiais (económicos, sociais ou políticos). Neste período identificamos efeitos que aparentemente rompem com o paradigma anterior do Sistema Político Internacional (...)” (Varanda, Sistema Político Internacional e Globalização: Continuidade ou Rotura?, 2016, p. 190).

²⁶ Cfr. Apêndice A.

²⁷ “It is now time to recognize that a paradigm shift has undoubtedly occurred: from armies with comparable forces doing battle on a field to strategic confrontations between a range of combatants, not all of which are armies, and using different types of weapons, often improvised. The old paradigm is that of interstate industrial war. The new one is the paradigm of war amongst the people” (Smith, 2006, p. 3).

enquadramento conceptual com que a conflitualidade é descrita. Na sua opinião, existe uma dissonância entre a conflitualidade na sua forma atual e o sistema de conceitos e pressupostos que é utilizado para a descrever, assente no paradigma da guerra industrial interestadual. Resolver esta dissonância implica assim o reconhecimento de que a mudança de paradigma já ocorreu e que a terminologia e os conceitos do anterior têm de ser reformulados no contexto do atual. As implicações desta dissonância não são meramente académicas, uma vez que a organização e o emprego das forças militares são efetuados com base num sistema de conceitos que descreve como e porque uma dada força é empregue (Smith, 2006, pp. 25-26). Assim, Smith introduz o conceito de “Utilidade da Força”, significando a capacidade de uma força contribuir para a consecução dos objetivos políticos do seu emprego.

Para suportar a sua tese, Smith analisa a evolução da conflitualidade a partir da Revolução Francesa (1789) e das Guerras Napoleónicas (1803-1815) até ao presente, começando por descrever o paradigma da guerra industrial interestadual. Este foi gerado pela interseção do nacionalismo e da Revolução Industrial através da pessoa de Napoleão Bonaparte, consolidado pela teoria de Carl von Clausewitz e pelo nascimento do Estado-Maior prussiano, sendo posteriormente imitado por todas as forças armadas e constituindo ainda hoje a fundação conceptual com que a conflitualidade é geralmente vista (Smith, 2006, p. 59). As características deste paradigma são resumidas por Smith como massa, indústria e força (Smith, 2006, p. 105). Destas três, é possivelmente a “força” a característica central do paradigma, que Smith descreve sucintamente como “a trial of strength to force the opponent to our will” (2006, p. 180). O objetivo do emprego da força dentro do paradigma é, à luz da trindade de von Clausewitz, destruir a força opositora para impedir o poder político de proteger a sua população, quebrando assim a sua vontade de combater. Gerar as forças “de massas” necessárias para o “trial of strength” requer o total apoio da população e da capacidade industrial de um estado em detrimento de todos os outros interesses, e por isso a guerra só pode ocorrer em períodos temporários e claramente demarcados, (inscritos na sequência “paz-crise-guerra-resolução” (2006, p. 16). Assim, a guerra industrial entre estados dura até que um estado perca a vontade de combater porque é incapaz de empregar as suas forças, quer porque foram destruídas, quer porque já não as consegue suportar.

O culminar do paradigma da guerra industrial interestadual foi simultaneamente a origem da anomalia, (utilizando a terminologia de Thomas Kuhn), que levou a que o paradigma se tornasse insustentável. A emergência das armas nucleares, fruto da direção total dos recursos do estado para a condução da 2ª Guerra Mundial, tornou a perspectiva de

outra guerra industrial interestadual insustentável. O preço a pagar por uma “vitória decisiva” numa guerra industrial interestadual combatida com armas nucleares seria demasiado elevado, uma vez que o seu poder destrutivo torna possível quebrar a vontade de combater de um adversário ao atacar diretamente a sua população – tornava-se possível a destruição completa do adversário, equilibrada pela possibilidade da própria destruição pela mão das armas nucleares inimigas. Isto torna também a força militar obsoleta na sua função dentro do paradigma (Smith, 2006, pp. 146-152). É desta impossibilidade da existência de uma guerra industrial interestadual que o novo paradigma, o da “guerra entre as pessoas”, nasce entre os conflitos paralelos à Guerra Fria: apesar de o modo de emprego da força associado ao novo paradigma – a guerra limitada e a guerra irregular, guerrilha ou insurgência – já existir, é a insustentabilidade da guerra industrial interestadual que o tornou a forma dominante de empregar a força (Smith, 2006, p. 267). Isto tornou-se especialmente aparente quando o fim da Guerra Fria tornou improvável a ocorrência de uma guerra industrial interestadual.

No novo paradigma, a ênfase está em vencer o “choque de vontades” em vez do “confronto entre forças” (Smith, 2006, p. 180). Esse choque decorre num período prolongado de confrontação que pode escalar num conflito em vez de ocorrer num período de guerra claramente demarcado (Smith, 2006, pp. 16-17), envolvendo entidades que podem nem sequer ter forças militares, tais como grupos terroristas (Smith, 2006, pp. 328-331). Smith caracteriza o novo paradigma através da descrição de seis principais temas (Tabela 1).

Tabela 1 – Características do paradigma *War amongst the People*

The ends for which we are fighting are changing	From the hard absolute objectives of interstate industrial war to more malleable objectives to do with the individual and societies that are not states
We fight amongst the people	A fact amplified literally and figuratively by the central role of the media: we fight in every living room in the world as well as on the streets and fields of a conflict zone
Our conflicts tend to be timeless	We are seeking a condition, which then must be maintained until an agreement on a definitive outcome, which may take years or decades
We fight so as to not lose the force	Rather than fighting by using force at any cost to achieve the aim
On each occasion, new uses are found for old weapons	The tools of industrial war are often irrelevant to war amongst the people
The sides are mostly non-state	We tend to conduct our conflicts and confrontations in some form of multinational grouping, whether it is an alliance or a coalition, and against some parties that are not states

Fonte: Adaptado de Smith (2006, pp. 17, 269).

Em suma, no novo paradigma as pessoas e não as forças são o objetivo numa dada confrontação. Assim, o emprego da força militar só permite a consecução dos objetivos políticos – só tem utilidade – se atuar no contexto do novo paradigma. A partir deste pressuposto, Smith identifica quatro funções para o emprego da força militar no novo paradigma, sendo que as duas primeiras (aliviar e conter) dispensam uma finalidade política concreta²⁸, ao passo que as outras duas (coagir/deter e destruir) a requerem (Tabela 2). Dentro do novo paradigma, as quatro funções podem ocorrer aos quatro níveis da guerra identificados por Smith – político, estratégico, operacional e tático – mas é a última função – destruir – a única para que as forças militares estão preparadas, visto que é a única diretamente comensurável com o paradigma anterior. Assim, é esta incomensurabilidade entre a maior parte das funções da força no novo paradigma e a única função da força no antigo que limita a utilidade da força na atualidade.

Tabela 2 – Funções da força militar no paradigma *War amongst the People*

Função	Descrição	Exemplos
<i>Ameliorate</i> (Aliviar)	As forças militares são empregues para reagir a uma emergência humanitária devido à sua prontidão, para treinar forças de outras entidades ou para vigiar tratados de paz.	<i>Here, the military deliver aid, put up camps, build bridges (...); Training or advising other armies; Military observers and monitoring missions.</i>
<i>Contain</i> (Conter)	As forças militares são empregues para prevenir um acontecimento.	<i>Prevent trade sanctions being broken, arms to be supplied; no-fly zones</i>
<i>Deter or Coerce</i> (Deter ou Coagir)	As forças militares são empregues para mudar as intenções de uma entidade através da constituição de uma ameaça (<i>deterrence</i>) ou da materialização dessa ameaça (<i>coercion</i>).	<i>Desert Shield (1990); NATO threats of bombing in 1998 to prevent the Serbs from harassing the Albanian minority [of Kosovo] and the 1999 bombing to coerce them into withdrawing from the province</i>
<i>Destroy</i> (Destruir)	As forças militares são empregues para destruir a força de uma entidade adversária para a impedir de atingir um propósito político.	<i>Operation Desert Storm (1991); Falklands War (1982).</i>

Fonte: Adaptado de Smith (2006, pp. 320-321)

²⁸ “These four functions fall into two pairs. The first two, amelioration and containment, can be put into play without knowing the desired political outcome, though it is preferable this be determined in advance. (...) To achieve the other two functions, deterrence and destruction, the actions taken must nest within a strategy, which in turn requires knowledge of the desired political outcome” (Smith, 2006, pp. 321-322).

Em suma, o modelo utilizado por Rupert Smith para descrever a mudança de conflitualidade entre a 2ª Guerra Mundial e a atualidade difere das outras abordagens por integrar verdadeiramente todos os elementos da trindade de von Clausewitz. Ao ver a mudança de conflitualidade como um novo paradigma, Smith realça a rotura nos objetivos dos conflitos e no papel da força militar em relação ao paradigma anterior.

A última teoria considerada parte da mão de Nuno Lemos Pires e de António José Telo na sua obra *Conflitos e Arte Militar na Idade da Informação* (2013). O objetivo da obra é acompanhar a evolução da arte militar ocidental e procurar associá-la às mudanças na ocorridas na conflitualidade ocorridas entre 1973 e 2013²⁹. Para o fazer, é adotada a perspetiva americana, por constituir o maior poder militar da atualidade (Telo & Lemos Pires, 2013, pp. 7-8). A principal conclusão desta análise é que decorre atualmente uma Revolução Militar³⁰, cujo tema central é a informação e a sua integração em todos os aspetos das operações militares, tornada possível pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação associadas à transição entre a idade industrial e a idade da informação (Telo & Lemos Pires, 2013, p. 137). Intimamente associada a esta transição está a emergência de um novo tipo de conflitualidade, os Conflitos do Caos, que os autores veem como a forma dominante da conflitualidade a partir de 2001. Do ponto de vista dos adversários do ocidente, os Conflitos do Caos partilham o modo de emprego da força com as Guerras Insurrecionais, (que as precederam como forma dominante de conflitualidade após a Guerra Fria), ou seja, o emprego de guerrilhas e outras táticas assimétricas (Telo & Lemos Pires, 2013, p. 98). As principais diferenças que tornam os Conflitos do Caos uma forma distinta de conflitualidade residem nos elementos complementares ao emprego da força (Tabela 3). Em suma, da interseção das mudanças na arte militar desencadeadas pela integração da informação e das mudanças na conflitualidade surge uma Revolução Militar que transcende uma simples mudança técnica na arte militar. Esta conclusão é comparável à da teoria do paradigma da *War amongst de People* de Rupert Smith, visto que ambas as teorias se centram na associação das mudanças no emprego da força com as mudanças no contexto desse emprego.

²⁹ O ensaio abrange o período entre o final do envolvimento militar americano na Guerra do Vietname (1973) e a atualidade (aquando da publicação da primeira edição, 2013).

³⁰ O conceito de «Revolução Militar» empregue por Telo e Lemos Pires (2013, p. 52) surgiu através de Michael Roberts, que defende ter ocorrido uma mudança profunda em toda a arte militar ocidental entre 1560 e 1660, principalmente devido ao progresso técnico. A ideia foi então expandida por Geoffrey Parker, que usa o termo para designar as mudanças ocorridas entre 1500 e 1800, e por outros autores, estando sempre associada a mudanças profundas ocorridas na arte militar.

Tabela 3 – Comparação entre as características das Guerras Insurrecionais e dos Conflitos do Caos

Guerras Insurrecionais (Guerra Fria)	Conflitos do Caos (após 1990)
Dois Lados	Muitos Lados
Cada lado apoiado por um dos pólos	Apoios diversificados e múltiplos
Instituições em pirâmide com cadeia de comando clara	Instituições em rede, sem cadeia de comando ou com cadeia de comando difusa
Objetivos centrais claros e fixos; facilidade em negociar soluções finais	Objetivos difusos e pouco claros; dificuldade em qualquer situação negociada
Choques entre forças militares regulares e irregulares	Choques entre forças armadas e desarmadas, militares e civis
A vitória da insurreição conduz à construção de uma nova soberania	A vitória das forças que promovem o caos conduz a uma pulverização do poder que pode levar a uma catástrofe humanitária
O ideário fundamental é o patriotismo, ligado ao Estado-nação	Ideários diversificados, com um peso crescente dos religiosos
Guerras internacionalizadas, mas em território definido	Guerras sem território fixo
Ações militares fundamentalmente em zonas urbanas	Ações civis e militares que se concentram em zonas urbanas
Guerra de guerrilha contra alvos militares representativos da soberania tradicional, que tende a evoluir para uma guerra convencional	Guerra com ações muito diversificadas onde são normais métodos que a guerrilha normal nunca usaria, como atentados bombistas contra a população em geral
Guerras mais políticas que militares	Choque de sistemas de valores diversificados num ambiente de caos
Papel fundamental das forças militares numa ação político-militar	Papel fundamental das instituições civis-militares, onde a instituição militar tem cada vez mais civis, as instituições civis cada vez mais militares e nascem unidades mistas, não sendo possível determinar se são «civis» ou «militares»
Conflito centrado na utilização de meios militares convencionais	O conflito tende a alastrar para novas áreas com a utilização de múltiplas técnicas emergentes: guerra biológica, química, ciberguerra, drogas, etc.

Fonte: Adaptado de Telo e Lemos Pires (2013, pp. 103-104).

1.1.3. Discussão

Apesar da sua visão divergente quanto à forma e quanto às causas da mudança na conflitualidade, a comparação das quatro correntes de pensamento analisadas revela um número de semelhanças importante, o que contribui para fornecer um enquadramento objetivo para a investigação. Já as suas divergências permitem discriminar qual o sistema de conceitos que melhor descreve a realidade.

Em primeiro lugar, todas as teorias – mesmo as evolucionárias – identificam uma mudança significativa ocorrida no período a partir de 1945: a partir de então, o modo dominante de guerra passa a ser descrito utilizando termos como «guerrilha», «insurrecional» ou «terrorismo»³¹. Quando comparada com dados empíricos, esta mudança nos padrões de conflitualidade é corroborada pelos resultados obtidos pelo estudo *Trends in Armed Conflict: 1946-2014*, da autoria de Gates, Nygård, Strand e Urdal (2016), que descrevem a forma de conflito predominante como o conflito intraestadual, geralmente envolvendo atores externos (Figura 2).

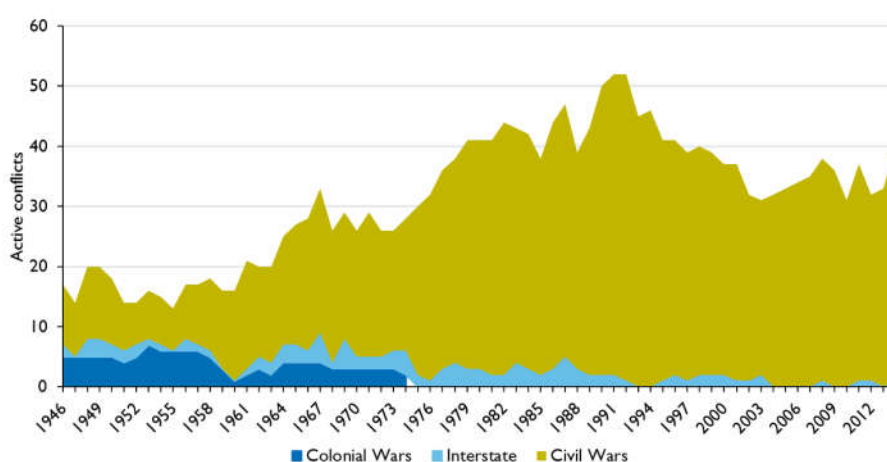


Figura 2 – Tendências nos Conflitos Armados 1946-2014

Fonte: Gates, Nygård, Strand, & Urdal (2016).

As teorias evolucionárias de Cabral Couto e de Lind et al. explicam esta mudança através de uma tendência para a descentralização das forças ou para a atuação a profundidades cada vez maiores. Por sua vez, as teorias revolucionárias de Telo e Lemos Pires e de Smith incluem as dimensões política, social e económica nas suas explicações do novo padrão de conflitualidade. Quando comparada com o referencial de von Clausewitz, esta abordagem revolucionária é holística, porque explica a ocorrência da mudança de paradigma em função de todos os elementos da «trindade», ao passo que a evolucionária explica a guerra como produto da evolução dos seus meios – técnicas e tecnologia. Como visto anteriormente através de Echevarria (2005), o âmbito exclusivamente militar da teoria

³¹ A palavra «terrorismo» consta das descrições da última fase/paradigma da conflitualidade em todas as teorias revistas – mesmo na visão de Abel Cabral Couto, formada antes do final da Guerra Fria e dos atentados de 11 de setembro de 2001.

da quarta geração da guerra constitui uma fraqueza, dado que não lhe permite explicar satisfatoriamente a importância cada vez maior dos elementos da trindade.

O que a análise das teorias parece sugerir é que a abordagem revolucionária é mais verosímil, relevando a mudança de paradigma necessária para descrever as mudanças na conflitualidade. No caso da teoria de Telo e Lemos Pires, a revolução que constitui o aparecimento Guerras do Caos é acompanhada por uma Revolução Militar, fruto do papel crescente da informação na conduta das operações militares. Por sua vez, a teoria de Rupert Smith centra-se mais no contexto e na função do emprego da força no paradigma War amongst the People – recorde-se a sua máxima “on each occasion, new uses are found for old weapons” (2006, p. 17) – do que em alterações tecnológicas revolucionárias. Ambas as perspetivas podem ser comparadas, ainda que não diretamente, com os resultados do estudo de Stephen Biddle, *Military Power: Explaining Victory and Defeat in Modern Battle* (2004). O seu objetivo entender é qual o fator determinante para a vitória em operações militares: a vantagem numérica, a vantagem tecnológica ou a forma do emprego das forças. Para tal, o estudo combina a análise de três *data sets* descrevendo características de várias guerras e operações militares de alta e média intensidade ocorridas num período entre 1900 e 1992³², um estudo detalhado de três operações e a realização de experiências através de simulação, concluindo que o fator determinante para o sucesso em combate é a forma de emprego das forças³³. Segundo Biddle, muitos dos sistemas descritos como causadores da Revolução Militar – munições inteligentes, meios de aquisição de objetivos e de vigilância e sistemas de processamento de dados – são meramente o resultado de uma evolução dos meios segundo as tendências introduzidas pelo “Sistema Moderno da Tática” (Biddle, 2004, p. 197). Apesar de nove anos separarem o estudo de Biddle e a teoria de Telo e Lemos Pires e de este se centrar somente na capacidade das forças durante o combate, o estudo sugere uma maior continuidade no emprego das forças do que o termo “Revolução Militar” pode indicar: a organização das forças continua a ser mais importante do que a sua vantagem tecnológica.

³² Especificamente, o *dataset Correlates of War* da Universidade do Michigan (guerras interestaduais entre 1815 e 1992), o *dataset CDB90* do Exército Americano (660 batalhas entre 1600 e 1982) e um *dataset* compilado pelo autor relativo sobre as diferenças tecnológicas entre os principais combatentes de dezasseis conflitos entre 1956 e 1992 (Biddle, 2004, p. 151).

³³ “In this view, technology’s effects are thus secondary to force employment’s and cannot be properly understood except in interaction with force employment: technology alone is a poor predictor of capability. The effects of numerical preponderance, like those of technology, are determined largely by force employment” (Biddle, 2004, p. 190).

1.2. Síntese

Face à ausência de um paradigma no estudo da guerra e da sua evolução, a revisão e comparação das teorias sobre as mudanças na conflitualidade permite localizar a investigação nas diferentes correntes de pensamento, o que por sua vez fornece um enquadramento conceptual para o trabalho. Assim, a investigação está assente nas teorias revolucionárias de Rupert Smith e de Telo e Lemos Pires. Na sua descrição dos padrões atuais de conflitualidade, o paradigma *War amongst the People* e o conceito de Guerras do Caos complementam-se: Telo e Lemos Pires descrevem de forma mais concreta a forma dominante de conflitualidade, ao passo que Rupert Smith expõe detalhadamente as implicações deste paradigma para o uso da força (Figura 3³⁴).

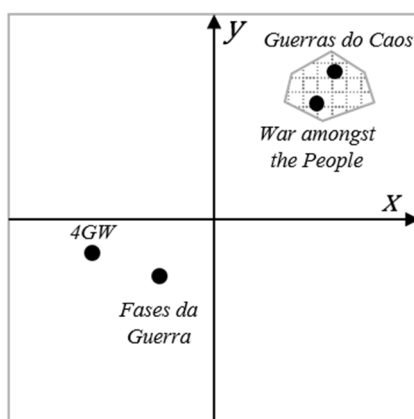


Figura 3 – «Referencial» Teórico adotado (inscrito no polígono cinzento). Ox: Causas da mudança (tecnológica/militar-holística); Oy: Forma da mudança (evolucionária-revolucionária).

Fonte: construído pelo Autor.

Em suma, a partir do enquadramento teórico adotado, é possível obter as seguintes proposições:

- Ocorreu uma mudança de paradigma na conflitualidade entre 1945 e a atualidade;
- A forma dominante dos conflitos do paradigma atual ocorre entre atores não estaduais que lutam entre a população, pela população;
- **O emprego das forças militares no novo paradigma tem objetivos diferentes e é feito de formas diferentes.**

³⁴ O posicionamento das teorias nos eixos do «referencial» serve somente como visualização da discussão do enquadramento teórico.

CAPÍTULO 2

CORPO DE CONCEITOS

O objetivo do corpo de conceitos é definir as variáveis em estudo e a sua relação. Isso implica considerar cada variável presente na pergunta de partida como um conceito sistémico³⁵, decompondo-o em dimensões. Adicionalmente, as dimensões de cada conceito são associadas a indicadores, atributos diretamente observáveis ou mensuráveis dessas dimensões. Tanto as dimensões como os indicadores têm origem no enquadramento teórico e em doutrina e legislação em vigor.

Para a consecução desse objetivo, o capítulo inicia com a definição do processo de geração de forças, que relaciona os cenários de emprego com as capacidades necessárias, seguindo-se a definição e decomposição do conceito de cenários de emprego das forças armadas, e a identificação das características particulares dos cenários de emprego previstos no CEM. Finalmente, é feita a definição e decomposição do conceito força e a definição do caso particular desse conceito, a Força-Tarefa Subagrupamento.

2.1. Processo de Geração de Forças

De uma forma abstrata, o conceito «Processo de Geração de Forças» traduz o processo de criação e adaptação de forças (*means*) que possam ser utilizadas (*ways*) para a consecução de objetivos (*ends*)³⁶ da ação militar. Por relacionar objetivos políticos e estratégicos com a criação, organização e equipamento das forças, este processo é o método da estratégia genética e estrutural. Note-se que segundo Cabral Couto, a estratégia genética tem o objetivo de responder à seguinte questão: “tendo em atenção à evolução previsível da conjuntura mundial e nacional e da tecnologia, de que meios e instrumentos se deverá dispor nos prazos de 5, 10 ou 20 anos para fazer face às ameaças previsíveis nesses prazos?” (1988, p. 232). Por sua vez, a estratégia estrutural deve definir “que estruturas devem ser eliminadas, corrigidas, desenvolvidas ou criadas, de forma a reduzirem-se vulnerabilidades e a reforçarem-se potencialidades, obtendo um melhor rendimento dos meios e recursos” (Cabral Couto, 1988, p. 232). Daqui decorre que as estratégias genética e estrutural

³⁵ A definição e decomposição dos conceitos considerados segue as prescrições de Quivy e Campenhoudt quanto à conceptualização (2008, pp. 121-126).

³⁶ “These three elements of ends, ways and means are eternal to the use of force, and if they are not clearly defined, and the balance between them correctly struck, there is very little chance of success in any military operation” (Smith, 2006, p. 22).

dependem principalmente de hipóteses acerca da evolução futura do ambiente operacional³⁷, os cenários, que têm de ser concretos o suficiente para que possam ser traduzidos em requisitos objetivos para as forças a formar sem que se tornem demasiado específicos, portanto, improváveis e inverosímeis³⁸.

Paul K. Davis (2002) explora a tensão entre a objetividade e a subjetividade da previsão no planeamento da defesa americana ao apresentar dois modelos contrastantes. Segundo Davis, a forma dominante de planeamento, o planeamento baseado em ameaças (*threat-based planning*) é baseada em cenários concretos (*point scenarios*), que identificam claramente a ameaça e o contexto que visam³⁹. Este método limita a incerteza no planeamento ao basear a definição de requisitos numa ameaça e contexto específicos, o que dá origem a requisitos concretos e facilmente operacionalizáveis, mas limita a adaptabilidade das forças geradas, pondo em causa a sua utilidade caso sejam empregues em circunstâncias imprevistas (2002, p. 8). Em contraste com esta forma de planeamento está o modelo proposto de planeamento por capacidades (*capability planning*), que parte de um “espaço de cenários” (*scenario space*) mais abstrato no qual são identificadas missões e tarefas necessárias. Assim, as capacidades⁴⁰ são edificadas para permitir a consecução dessas missões, que por serem geradas por um contexto mais abstrato permitem um planeamento mais abrangente (Davis, 2002, pp. 9-13). O objetivo final do modelo é a criação de módulos (*building blocks*) que contenham as capacidades necessárias, por oposição à criação de sistemas de forças adaptados completamente aos cenários previstos. Desta forma, a geração de forças só termina totalmente quando surge a necessidade de empregar as capacidades

³⁷ André Beaufre (2004, pp. 59-60) faz uma caricatura pertinente da estratégia: “o estrategista é semelhante a um cirurgião que tem de operar um doente em fase de crescimento constante e extremamente rápido, sem ter certezas quanto à topologia anatómica do doente, numa mesa de operações em movimento constante e com instrumentos que deveria ter encomendado pelo menos cinco anos antes...”

³⁸ “Em vez de deduções firmes e objetivas, a estratégia tem de refletir sobre hipóteses, assim como tem de criar as suas soluções através de verdadeiras invenções” (Beaufre, 2004, p. 58).

³⁹ Davis exemplifica o grau de objetividade dos cenários considerados pelo *Department of Defense* americano, propondo uma lista de cenários de projeção de forças plausível, que varia entre cenários altamente concretos, tais como uma invasão de Taiwan pela China, e cenários mais gerais, tais como uma intervenção americana com vista a travar cartéis de droga (2002, p. xii).

⁴⁰ O CEM define “capacidades” como “o conjunto de elementos que se articulam de forma harmoniosa e complementar e que contribuem para a realização de um conjunto de tarefas operacionais ou efeito que é necessário atingir, englobando componentes de doutrina, organização, treino, material, liderança, pessoal, infraestruturas e interoperabilidade, entre outras” (Conselho de Chefes de Estado-Maior, 2014, p. 38).

⁴¹ Existem inúmeras definições do conceito de capacidade militar, que Yue e Henshaw exploram no artigo *An holistic view of UK capability development* (2009, pp. 53-67). A definição de “Capacidade” adotada é assim o “poder para gerar um dado efeito ou resultado”. O conceito de capacidade é fractal, uma vez que as características das capacidades de níveis inferiores do sistema são semelhantes às dos níveis superiores – capacidade de vigilância pode referir-se a um UAV a vigiar um dado objetivo ou a um sistema de vigilância que inclua todos os sensores disponíveis nas forças armadas. Finalmente, o conceito de capacidade não é estático e depende do contexto em que a capacidade é mobilizada.

geradas: a força a empregar é construída a partir dos módulos de capacidade gerados e adaptada à situação concreta, num processo chamado *tailoring* (Davis, 2002, p. 55). Em suma, o planeamento de forças por capacidades permite uma flexibilidade acrescida em relação ao planeamento por ameaças, o que está em linha com o pensamento de Rupert Smith sobre a utilidade da força no novo paradigma da conflitualidade.

No caso português, o Conceito Estratégico Militar é o documento que define a estratégia militar, incluindo as suas vertentes genética e estrutural⁴². Desta forma, o CEM constitui a ligação entre os objetivos nacionais e os seus constrangimentos e entre o conjunto das capacidades militares disponíveis, expressas no Sistema de Forças nacional. A metodologia adotada é a cenarização estratégica (Figura 4).

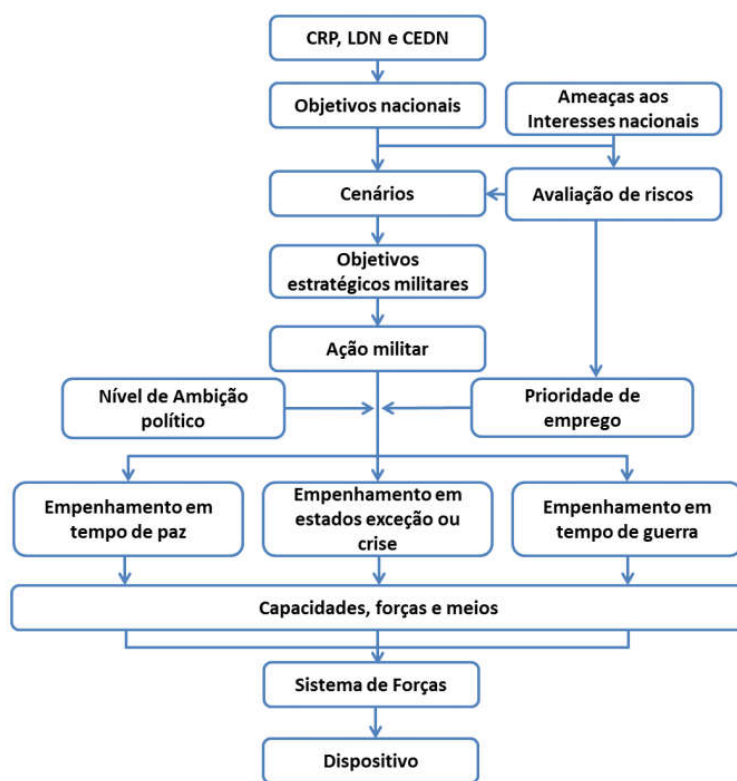


Figura 4 – Desenvolvimento conceptual do Conceito Estratégico Militar.

Fonte: Conselho de Chefes de Estado-Maior (2014, pp. A-2).

⁴² “Enquanto documento central da ação estratégico-militar nacional para a definição da estratégia operacional, da qual decorrem a estratégia estrutural e a estratégia genética, o CEM tem por finalidade orientar a constituição de um instrumento militar que permita dar respostas às necessidades, interesses e responsabilidades de âmbito nacional, onde se incluem as solicitações de natureza coletiva e cooperativa” (Conselho de Chefes de Estado-Maior, 2014, p. 2).

Tomando os modelos de Davis como referência, o planeamento e geração de forças nacional, expresso nas Orientações para o Sistema de Forças Nacional⁴³ contidas no CEM (2014, pp. 38-44), insere-se no modelo de planeamento por capacidades, sendo que a correlação entre as capacidades necessárias e as Missões das Forças Armadas é feita através do Anexo B do Sistema de Forças Nacional (2014). Assim, os requisitos partem das missões e não de cenários específicos, dando origem a capacidades e não a forças diretamente geradas.

Um constrangimento importante é a definição do Nível de Ambição, que expressa as capacidades necessárias para suportar o número, a natureza e a escala das operações definidos pelos objetivos políticos para a ação militar⁴⁴. Para as hipóteses lançadas durante a introdução, é relevante o primeiro ponto do Nível de Ambição estabelecido para o Exército⁴⁵:

“Capacidade para projetar e sustentar, em simultâneo, até três unidades de combate (até escalão batalhão), apoio de combate ou apoio de serviços, para participação nos esforços de segurança e defesa coletiva, podendo no máximo comandar uma única operação de escalão brigada em qualquer situação e grau de intensidade, por tempo limitado” (Conselho de Chefes de Estado-Maior, 2014, p. 36).

Por fim, das orientações concretas para a geração de forças expressas no CEM, destaca-se a primeira, que descreve os princípios pelos quais a geração de forças se deverá orientar: adaptação à realidade estratégica, modularidade, flexibilidade, e possibilidade de operar conjuntamente (incluindo com outras entidades do estado) ou de forma combinada, contendo as capacidades adequadas⁴⁶.

2.2. Cenário de Emprego das Forças Armadas

Um Cenário, conforme está expresso no CEM, é uma situação hipotética, provável e possível do emprego da força militar (2014, p. 16). No contexto das hipóteses consideradas,

⁴³ O Sistema de Forças nacional e o Dispositivo de Forças são ambos documentos confidenciais.

⁴⁴ O CEM não define diretamente “Nível de Ambição”, pelo que foi necessário recorrer à definição da NATO (2014) relativa ao processo de planeamento da NATO. Recorde-se que, por fazer parte da aliança atlântica, Portugal tem de alinhar o seu planeamento de forças com o planeamento da NATO.

⁴⁵ No presente trabalho esta é a primeira menção de «Exército». Apesar da existência da capacidade de Forças Ligeiras na Marinha, através do Corpo de Fuzileiros, o Exército é o ramo das Forças Armadas orientado para o desenvolvimento e emprego de capacidades do domínio terrestre. Por ter como variável independente um modelo de força terrestre, a sua possibilidade de emprego deve ser entendida no contexto do Exército, pelo que se aplicam ao trabalho todos os constrangimentos e orientações aplicáveis especificamente ao Exército Português.

⁴⁶ “Organizar as Forças Armadas de acordo com a atual realidade estratégica, colocando aa tónica no emprego modular e flexível, capacitadas para ações conjuntas e combinadas, e expedicionárias, dotadas de adequado comando e controlo, proteção, superioridade de informação, poder de fogo, mobilidade, velocidade, alcance e sustentação e capazes de atuar com outras instituições do Estado” (Conselho de Chefes de Estado-Maior, 2014, p. 40)

o conceito de cenário é a variável independente, analisada nos casos de estudo de forma a entender que circunstâncias específicas tornaram necessário o emprego de forças-tarefa subagrupamento. Essa análise tem como objetivo a classificação de cada caso em estudo segundo um cenário específico do CEM, considerando cada caso em estudo como um cenário concretizado. Esta classificação requer, em primeiro lugar, a definição das dimensões que permitirão a classificação dos casos de estudo, e em segundo lugar, a definição do conjunto dos cenários do CEM considerados nas hipóteses e a sua classificação segundo as dimensões adotadas, de forma a permitir a comparação entre os mesmos e os resultados obtidos.

2.2.1. Dimensões e Indicadores

Se um cenário de emprego descreve, numa situação específica, a aplicação de uma força, entender o conceito «força» no âmbito da Física fornece um modelo existente para a identificação das suas dimensões: da mesma forma que na Física, uma força altera o momento da massa que afeta⁴⁷, a força militar é empregue para alterar uma situação de conflito. Continuando a analogia, na Física, a aplicação de uma força é descrita por um vetor, uma grandeza caracterizada por uma magnitude e uma direção e com origem no corpo afetado⁴⁸. Transpondo este modelo para os cenários de emprego da força militar, há que identificar a Direção (O quê?) e a Magnitude (Como?) do emprego da força. Assim, as dimensões do conceito de cenário de emprego adotadas são a Função e o Nível de Violência, dimensões que permitem a descrição de cenários concretizados e podem ser discutidas sem recurso a dados inacessíveis ou a prospetiva estratégica. Importa referir que a complexidade associada à definição de fenómenos torna impossível garantir que as dimensões adotadas sejam completamente independentes entre si, de forma que a Função pode influenciar o Nível de Violência.

2.2.1.1. Função

A dimensão «Função» descreve a função principal do emprego da força militar num dado cenário. Tem por base as quatro funções para a força militar no paradigma *War amongst the People* descrito por Rupert Smith (2006, pp. 320-321) (Tabela 3). Desta forma, a

⁴⁷ Segundo Barrantes, Pawl, Pritchard e Wilk, “Force produces a change in the momentum of a mass on which it acts. (...) Forces result from various types of physical interactions, which always generate a pair of opposite forces acting on two different objects” (2009).

⁴⁸ Segundo Ivanov (2011), Vetor é um segmento de reta dirigido dentro do Espaço Euclidiano, em que um dos extremos é a origem e o outro o ponto final. Um Vetor caracteriza-se pelo seu módulo e pela sua direção.

dimensão «Função» contém as seguintes categorias possíveis: Aliviar, Conter, Coagir e Destruir. Os indicadores associados à dimensão «Função» são os elementos que permitem a descrição dos objetivos do emprego da força militar em cada cenário, os Objetivos da Operação. Acresce indicar que a Função e o Nível de Violência se influenciam mutuamente.

2.2.1.2. Nível de Violência

A dimensão «Nível de Violência» descreve o nível de violência empregue pelas entidades em conflito num dado cenário. Tem por base o Espetro de Conflito presente na PDE 3-00 Operações (Estado-Maior do Exército, 2012, pp. 2-1, 2-2). Assim, segundo o Nível de Violência, um cenário pode ser descrito com recurso às seguintes categorias (Tabela 4): Paz Estável, Paz Instável, Conflito Irregular e Guerra Convencional⁴⁹. Os indicadores associados ao Nível de Violência estão relacionados com os meios empregues pelas entidades envolvidas: Forças⁵⁰ empregues e Natureza da Ameaça.

Tabela 4 – Características das categorias da dimensão «Nível de Violência».

Paz Estável	Ausência significativa de violência organizada entre as entidades envolvidas.
Paz Instável	As entidades envolvidas ameaçam o emprego de violência organizada.
Conflito Irregular	As entidades envolvidas empregam a violência de forma limitada Ex.: Existência de Regras de Empenhamento para pelo menos uma das entidades.
Guerra Convencional	As entidades envolvidas empregam a violência sem restrições.

Fonte: Parcialmente adaptado da PDE 3-00 (Estado-Maior do Exército, 2012, pp. 2-1, 2-2).

2.2.2. Conjunto de Cenários possíveis

Segundo o CEM, os cenários de emprego são gerados a partir da interseção da análise dos Objetivos Nacionais Permanentes e Conjunturais, (em linha com o conceito estratégico da NATO e com a *European Security Strategy*), com a análise das ameaças de âmbito militar aos interesses nacionais (2014, pp. A-1). Deste processo resultam seis Cenários de Emprego das Forças Armadas: Segurança e Defesa do Território Nacional e dos Cidadãos; Defesa Coletiva; Exercício da Soberania, Jurisdição e Responsabilidades Nacionais; Segurança

⁴⁹ Segundo o PDE 3-00 (Estado-Maior do Exército, 2012, pp. 2-1, 2-2), o Espetro do Conflito admite a existência de Guerra Subversiva e de Guerra Total. De forma a representar melhor a mudança de paradigma descrita pelas teorias revolucionárias, são adotados os termos «Conflito Irregular» e «Guerra Convencional».

⁵⁰ Adota-se a perspetiva do estado responsável pela intervenção.

Cooperativa; Apoio ao Desenvolvimento e Bem-Estar; e Cooperação e Assistência Militar. Adicionalmente, estes cenários são decompostos num total de dezanove subcenários de emprego.

Serão descritos e classificados diretamente os cenários considerados nas hipóteses de investigação, Defesa Coletiva e Segurança Cooperativa, por serem considerados aqueles em que o emprego de forças-tarefa subagrupamento é mais plausível.

2.2.2.1. Defesa Coletiva

O cenário «Defesa Coletiva» (Conselho de Chefes de Estado-Maior, 2014, p. 20) descreve as situações em que as forças armadas são empregues como resposta a um ataque convencional ou não convencional a um dos seus aliados, derivando do Artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte para o caso de uma agressão a um membro da NATO e da cláusula de solidariedade do Tratado de Lisboa no caso de uma agressão a um membro da União Europeia. A este cenário está associado o objetivo estratégico militar “Contribuir com forças e meios para as organizações internacionais, das quais depende a defesa e segurança coletiva, materializando os compromissos assumidos” (Conselho de Chefes de Estado-Maior, 2014, pp. C-1), atribuído ao Conjunto Modular de Forças⁵¹.

2.2.2.2. Segurança Cooperativa

O cenário «Segurança Cooperativa» (Conselho de Chefes de Estado-Maior, 2014, pp. 21-23) descreve as situações em que forças nacionais são destacadas para a participação em “operações de resposta a crises, humanitárias e outras missões em tempo de paz, sob a égide da ONU, OTAN, UE e CPLP, ou no quadro bilateral ou multilateral, tendo como referência de prontidão e sustentabilidade, períodos de seis meses” (Conselho de Chefes de Estado-Maior, 2014, p. 31). Especificamente, são identificados cinco subcenários, relacionados com cada uma das possibilidades acima descritas: Operações de Resposta a Crise no âmbito da OTAN (não artigo 5º), Outras Operações e Missões no âmbito da OTAN, Operações e missões no âmbito da UE, Operações de Paz no âmbito da ONU e da CPLP e Operações e missões no âmbito de acordos bilaterais e multilaterais. Finalmente, os objetivos estratégicos militares deste cenário de emprego são também atribuídos ao Conjunto Modular de Forças, sendo descritos da seguinte forma:

⁵¹ Segundo o CEM, o Conjunto Modular de Forças (CMF) é “o conjunto de forças e meios orientado para resposta a compromissos internacionais nos quadros da defesa coletiva e da segurança cooperativa (FND), constituídas ou a constituir, para emprego sustentado, por períodos de seis meses, para empenhamento até três operações simultâneas de pequena dimensão ou numa operação de grande dimensão” (2014, p. 41).

“contribuir com forças e meios para as organizações internacionais, das quais depende a defesa e segurança coletiva, materializando os compromissos assumidos; participar em operações no âmbito da segurança cooperativa e humanitária, garantindo a aptidão para atuar em todo o espectro de ações militares, a um nível que assegure relevância estratégica ao País, enquanto ator no sistema internacional” (Conselho de Chefes de Estado-Maior, 2014, pp. C-1).

2.2.2.3. Classificação dos Cenários de Emprego

Finalmente, as dimensões adotadas permitem estimar a classificação dos Cenários de Emprego do CEM (Tabela 5).

Tabela 5 – Classificação dos cenários de emprego do CEM

Cenário	Função	Nível de Violência
C1: Segurança e Defesa do Território Nacional e dos Cidadãos	Conter; Coagir; Destruir	Conflito Irregular; Guerra Convencional
C2: Defesa Coletiva	Coagir; Destruir	Conflito Irregular; Guerra Convencional
C3: Exercício da Soberania, Jurisdição e Responsabilidades Nacionais	Conter	Paz Estável
C4: Segurança Cooperativa	Conter, Coagir	Paz Instável, Conflito Irregular
C5: Desenvolvimento e Bem-Estar e Assistência Militar	Aliviar	Paz Estável
C6: Assistência Militar	Aliviar	Paz Estável

Fonte: Criada pelo Autor.

Sobre os cenários C2 e C4, é possível identificar uma sobreposição nas dimensões Função e Nível de Violência. Esta análise sugere que a fronteira entre os cenários C2 e C4 não é clara, ou seja, que a Defesa Coletiva e a Segurança Cooperativa se distinguem principalmente nos extremos de ambos os cenários, existindo num «espaço contínuo». Especificamente, o Nível de Ambição do CEM aplica-se diretamente a ambos os cenários considerados através da atribuição do Conjunto Modular de Forças. Recorde-se que a baixa especificidade dos cenários descritos, condicionada pela confidencialidade dos dados associados ao planeamento da estratégia militar, aumenta a imprecisão associada à classificação.

2.3. Força Militar

Recordando a introdução, uma força é uma solução, solução essa um conjunto de homens e material, que inclui necessariamente armamento, organizado para um cumprimento de uma missão (Smith, 2006, pp. 18-19). Relacionando essa definição com o processo de planeamento referido anteriormente, as capacidades necessárias para a

consecução dos objetivos de cada cenário de emprego estão presentes nas forças, o produto final de todo o processo. Em suma, o conceito de «Força» depende do conceito de «Cenário», o que, em última análise, torna todas as forças únicas⁵².

Ainda assim, a existência de forças militares é necessária mesmo na ausência de uma situação concreta do seu emprego, o que dá origem a sistemas de forças compostos por módulos organizados de forma genérica⁵³, as unidades e subunidades. Cada módulo contém um conjunto de capacidades específicas, o que permite que a geração de uma força para uma operação específica seja feita através da combinação de módulos e não através da geração prévia das capacidades necessárias. Essa combinação é feita de acordo com modelos e princípios descritos na doutrina (Davis, 2002, p. 55), o que resulta em forças únicas organizadas através de um conjunto genérico de modelos e princípios: as forças-tarefa.

De forma a ilustrar a relação entre módulos e modelos⁵⁴, considere-se que para uma operação do âmbito da NATO é necessário empregar um Corpo. Um Corpo é um modelo padronizado de organização de Divisões⁵⁵ e outros meios necessários, os módulos organizados segundo o modelo «Corpo». Descendo um nível hierárquico, as Divisões que constituem o Corpo são também modelos para a organização dos módulos que as compõem, ou seja, são simultaneamente módulos e modelos.

Extrapolando este raciocínio, tem-se que ao dividir em níveis hierárquicos uma força gerada para uma operação concreta, só o nível de topo, a própria força gerada, é que não é um módulo. Os níveis imediatamente inferiores são geralmente organizados para a missão específica, ou seja, são um modelo de organização de módulos inferiores, sendo, no entanto, simultaneamente os maiores módulos que compõem a força gerada. Ao percorrer os níveis hierárquicos da força, chega-se ao modelo mais baixo, ou seja, ao componente mais pequeno

⁵² Recorrendo novamente a Rupert Smith (Smith, 2006, p. 18), é relevante citar diretamente toda a sua visão sobre a unicidade das forças militares: “There does not exist a generic «military force». There may be more standard, even generic types of resources: land, sea and air forces; special forces of various kinds; fighter and bomber aircraft; carriers and submarines; missiles and artillery; tanks and machine guns; and a variety of weapons systems and technological aids in our current era. These are all important components, but they are just that: components, to be selected by a commander for a specific force. And each force is specific—to a period, to a state, to a war, to a single theatre of war, possibly to a battle. Even a standing force is specific: a result of the factors of the time of its formation. For at base, it must be understood that battle is an event of circumstance, and therefore every element of force must be understood as a product of the circumstances in which it was created or used”

⁵³ “Modularity concepts are at the heart of building capabilities amid uncertainty. After all, capabilities-based planning applies when we do not know precisely what challenges will arise. Thus, we develop relatively generic capabilities that can be combined suitably to meet the needs” (Davis, 2002, p. 51).

⁵⁴ Neste contexto, «Modelo» traduz o conjunto de modelos e princípios utilizados na geração de forças.

⁵⁵ Segundo o Glossário de Termos e Definições da NATO, a publicação AAP-6(C) (2015, pp. 2-A-18), um Corpo é uma formação que consiste em duas ou mais divisões, conjuntamente com os seus elementos de apoio.

da força organizado para a situação específica. A esse componente, chamar-se-á «unidade fundamental»⁵⁶.

Caso o princípio utilizado para organizar cada nível hierárquico da força seja o mesmo, é possível caracterizá-la como «fractal»⁵⁷, uma vez que a organização de cada componente é (relativamente) semelhante. O princípio das armas combinadas, que segundo a doutrina NATO (2009, pp. 3-19, 3-20) implica a combinação de diferentes capacidades na mesma estrutura, pode dar origem a forças de estrutura fractal, em que os componentes dos diferentes níveis hierárquicos possuem uma combinação semelhante de capacidades, ou seja, em que os módulos se parecem com os modelos.

No âmbito do trabalho, a variável dependente, a Força-Tarefa Subagrupamento, é geralmente a unidade fundamental de uma força maior, ou seja, simultaneamente um modelo e um módulo, logo, um caso específico do conceito de «Força», podendo ser decomposta nas mesmas dimensões. O mesmo acontece com as forças consideradas em cada caso de estudo, forças geradas para uma operação específica, mas simultaneamente, casos específicos do conceito de Força-Tarefa Subagrupamento.

2.3.1. Dimensões e Indicadores

Para cada cenário, uma força agrupa um conjunto de capacidades necessárias. Deste pressuposto é possível extrair as principais dimensões do conceito: as capacidades que agrupa, descritas na organização e natureza dos seus elementos, e a quantidade de homens e meios que constitui essas capacidades, o seu escalão. Esta afirmação é corroborada pela linguagem corrente, em que uma expressão que combine o escalão e a organização dos seus elementos é suficiente para descrever as características principais de uma força: a expressão «bateria de artilharia de campanha» combina o escalão «bateria» com uma descrição do tipo

⁵⁶ Recorde-se a dificuldade em teorizar sobre o estudo da guerra explorada no Apêndice A: as definições feitas não devem ser entendidas como leis, mas sim como simplificações da realidade. No caso concreto de «unidades fundamentais», tomando o subagrupamento como uma unidade fundamental de uma força gerada para uma operação, uma exceção ocorre se o comandante de um subagrupamento alterar a composição de um dos seus pelotões para uma tarefa específica, esse pelotão deixa de ser um mero módulo do subagrupamento. Ainda assim, de uma forma geral, o subagrupamento é a unidade fundamental da força. Isto demonstra a impossibilidade de definir univocamente conceitos e categorias no âmbito do estudo da Guerra.

⁵⁷ De acordo com a *Encyclopedia of Systems and Cybernetics* (2012), uma estrutura fractal é uma estrutura autossimilar em diferentes níveis: “Discovered as a mathematical structure by [Benôit] Mandelbrot, it is now used to model a great number of self-similar concrete systems or structures, as for example geographic features as coastlines, or river basins; networks of seismic faults; roots and branches of trees; bronchial and lungs structures. [Hector] Sabelli observes that fractal structures, in biological systems, allow for the formation of complex and even irregular structures, starting from a quite simple genetic template”. Note-se que a estrutura de uma força dificilmente será rigidamente fractal, servindo o conceito para auxiliar a sua descrição.

de elementos que a constitui⁵⁸. Finalmente, a comparação entre forças diferentes segundo as dimensões «Escalão» e «Elementos» requer que seja adotada uma linguagem comum. Para os casos de estudo, essa linguagem é o corpo de doutrina produzido pela NATO.

2.3.1.1. Escalão

A dimensão «Escalão» descreve a quantidade de homens e meios presentes numa dada força, e simultaneamente, a sua posição quanto à hierarquia do sistema de forças em que se insere. Tem por base o anexo B da publicação APP-6(C), NATO Joint Military Symbology (2011, pp. B-1, B-2), *Comparative Formation/Unit Designations*⁵⁹. O escalão de uma força varia entre unidades de grupo 1 (esquadra⁶⁰) e de grupo 11 (grupo de exércitos), relacionadas entre si pela posição ocupada na estrutura do sistema de forças⁶¹. Para além da classificação do escalão da força, outros indicadores relacionados são as missões atribuídas e a autonomia logística e operacional. Finalmente, no contexto da investigação, a variável dependente – a força-tarefa subagrupamento – pertence necessariamente ao escalão companhia (grupo 4), definido como:

“A unit designed to be capable of administering itself if operating independently and may be self-accounting. It is composed of two or more group 3 [Pelotão] units and is commanded by an OF-2 or 3 (...). It is normally part of a group 5 [Batalhão] unit. It can be a composite group 4 unit of mixed arms” (NATO, 2011, pp. B-1).

2.3.1.2. Elementos

A dimensão «Elementos» descreve o tipo, a organização e a função dos elementos que a compõem, traduzindo as capacidades que a força agrupa e as funções que pode desempenhar. Tem por base a descrição dos Elementos da Força presente na publicação NATO ATP-3.2.1 Allied Land Tactics (2009, pp. 3-1, 3-2), escolhida em detrimento de outras terminologias, tais como armas, funções de combate ou áreas de capacidade, por se centrar na natureza dos elementos e não na sua função, que é relativa a uma situação específica⁶² – isto não impede que exista uma associação entre a classificação dos Elementos

⁵⁸ No caso de unidades de escalão brigada ou superior, a sua descrição pode dispensar os seus elementos por se tratarem de unidades de armas combinadas, ou seja, com um conjunto de elementos de diversos tipos. Antes, uma designação do tipo de meios é utilizada, tal como «blindada» ou «aeromóvel».

⁵⁹ A terminologia do Anexo B da publicação APP-6(C) tem como objetivo permitir a comparação entre unidades de diferentes países. Ainda que a publicação prescreva que as descrições dos escalões contidas no anexo B não devam ser utilizadas fora do seu contexto, a ausência de outra definição unívoca dos diferentes escalões requer que esta sirva de base à dimensão adotada.

⁶⁰ Designação em uso no Exército Português

⁶¹ Uma vez que a força-tarefa subagrupamento está associada a um escalão específico, a descrição dos escalões existentes encontra-se no Anexo A.

⁶² “The combat functions describe tactical activities conducted by forces on the battlefield to meet their objectives and are an analytic tool that assists in the description of battlefield functions. They provide a broad

e o as Funções de Combate que desempenham. Em suma, os elementos de uma força dividem-se nas categorias de Combate, Apoio de Combate, Apoio de Serviços e Apoio de Comando (Tabela 6). Finalmente, os indicadores associados são a organização da força, e os meios e capacidades presentes em cada elemento.

Tabela 6 – Elementos de uma Força

Elementos	Descrição	Exemplos
Combate	Elementos que se empenham diretamente, geralmente através de fogos diretos	Infantaria, Carros de Combate, Aviação do Exército
Apoio de Combate	Elementos que apoiam a ação dos elementos de combate, afetando o adversário, o ambiente ou as próprias forças	Apoio de Fogos, meios ISTAR, Defesa Aérea
Apoio de Serviços	Elementos que sustentam toda a força com os recursos materiais necessários para que cumpra a sua missão	Transporte, Manutenção, Alimentação, Apoio Sanitário
Apoio de Comando	Elementos que possibilitam as ações do comandante da força	Estado-Maior (<i>staff</i>), Comunicações, Informações

Fonte: Adaptado da publicação ATP 3.2.1 (NATO, 2009, pp. 3-1, 3-2)

2.3.2. Força-Tarefa Subagrupamento

Em traços gerais, considera-se uma força-tarefa subagrupamento como um modelo de organização de escalão companhia (grupo 4) que contenha elementos de todas as categorias e seja capaz de operações autónomas. Como um caso específico de «Força», pode ser caracterizado quanto às dimensões «Escalão» e «Organização», o que é necessário para que possa servir como referência durante a análise dos casos de estudo. Por sua vez, a força-tarefa subagrupamento é uma extrapolação do *Sous-Groupement Tactique Interarmes* francês, definido no *Manuel du Sous-Groupement Tactique* como:

“l’unité de base de mise en œuvre du combat interarmes. De niveau 5 [Companhia, segundo a doutrina francesa], aux ordres d’un chef unique, il est constitué à partir d’une unité organique infanterie ou cavalerie blindée et peut intégrer des éléments d’appui et de soutien. Formé au sein d’un GTIA [Groupement Tactique Interarmes, conceito análogo de escalão Batalhão], à partir de ses unités, il est destiné à manœuvrer de façon autonome pour une durée déterminée.”⁶³ *Interarmes* (Armée de Terre, 2009, p. 4).

and complete description of battlefield activity, which is not constrained by consideration of arm or service” (NATO, 2009, pp. 2-11).

⁶³ “A unidade-base na implementação do «combate interarmas». De nível 5, às ordens de um único chefe, é constituída a partir de uma unidade orgânica de infantaria ou de cavalaria blindada e pode integrar elementos

Assim, a definição do escalão e dos elementos do SGTIA é o ponto de partida ideal para permitir a modelação do conceito adotado. Como referência, é utilizada a doutrina francesa em vigor.

2.3.2.1. *Sous-Groupement Tactique Interarmes*

Segundo a publicação FT-04 *Fundamentals of Combined Arms Maneuver*⁶⁴ (Armée de Terre, 2012, p. 11), o princípio das armas combinadas é o princípio-base da geração de forças, uma vez que só unidades de armas combinadas permitem todo o espectro de operações. Por «armas combinadas» entende-se a combinação das capacidades e das funções de combate para provocar efeitos sinérgicos, “incluindo em escalões mais baixos do que anteriormente considerado”. Isso implica a extensão do princípio ao escalão companhia através da formação do SGTIA, descrito no mesmo documento como “a base para o combate interarmas” (Armée de Terre, 2012, p. 26). Esta é a génese do conceito de SGTIA, cuja lógica subjacente é a criação de unidades com um conjunto de capacidades otimizado à situação específica do seu emprego, quer contribuindo para os efeitos do GTIA enquadrante, quer autonomamente, com uma duração, área de responsabilidade e objetivo definidos (Armée de Terre, 2009, p. 12).

Quanto à génese de um SGTIA em si, este é geralmente organizado a partir das unidades e meios à disposição de um GTIA quando é necessário favorecer a autonomia e a “reatividade” dos seus elementos, o que ocorre geralmente em cenários com um inimigo assimétrico ou dissimétrico, (que procura evitar o combate com o GTIA), e em cenários com uma grande dispersão de forças ou com uma grande necessidade de descentralização, tal como em zonas urbanas⁶⁵ (Armée de Terre, 2009, p. 13). Concretamente, a organização dos diferentes meios segue um conjunto de princípios, nomeadamente, a unidade de comando, a constituição a partir de um núcleo existente, a complementaridade, a estrutura quaternária e a natureza estritamente nacional⁶⁶ (Tabela 7).

de apoio de combate e de apoio de serviços. Formada no seio de um GTIA, a partir das suas unidades, está destinada a manobrar de forma autónoma por uma duração estipulada” (Tradução do autor).

⁶⁴ Foi utilizada a tradução inglesa (oficial) da doutrina mencionada

⁶⁵ No francês original, ZUB (*Zones Urbanisées*).

⁶⁶ Adicionalmente, os princípios apresentados são complementados por três características a respeitar, a estrutura durável, a dominância de infantaria ou cavalaria e a pertença de todos os meios à mesma grande unidade. É importante realçar a necessidade de ter uma estrutura durável num SGTIA, que permite o seu emprego durante toda a missão de uma forma autónoma. Pelo contrário, a reorganização constante de meios age em detrimento da coesão e eficácia do SGTIA (Armée de Terre, 2009, p. 5).

Tabela 7 – Princípios da formação de um SGTIA

Unidade de Comando	O SGTIA tem um único comandante, responsável por garantir a integração de todos os meios
Constituição a partir de Núcleo Existente	O SGTIA deve ser constituído a partir de uma unidade de manobra de escalão companhia, herdando o comandante e pelo menos dois pelotões
Complementaridade	A complementaridade entre manobra montada e apeada e entre manobra e apoios distingue o SGTIA de uma unidade de escalão companhia reforçada
Estrutura Quaternária	Um SGTIA será sempre composto por quatro unidades de manobra de escalão pelotão e por um máximo de quatro meios de apoio sob o comando direto do comandante
Natureza Nacional	Todos os meios sob o controlo direto do SGTIA deverão pertencer à mesma nação

Fonte: Adaptado do *Manuel du Sous-Groupement Tactique Interarmes* (Armée de Terre, 2009, pp. 5-6).

Sobre a natureza dos meios e capacidades à disposição do SGTIA⁶⁷, para além dos quatro pelotões de manobra referidos, (dos quais o quarto será sempre complementar aos outros três), um SGTIA inclui necessariamente elementos de apoio de combate, de apoio de serviços e de apoio de comando, ligados por relações de Comando Operacional⁶⁸ ao comandante do SGTIA. Os elementos de apoio de combate do SGTIA, os apoios⁶⁹, dividem-se entre apoios necessários (equipa de observação e coordenação de fogos, secção de engenharia de combate) e apoios complementares⁷⁰ (Armée de Terre, 2009, p. 6). Quanto ao apoio de serviços e sustentação (*soutien*) do SGTIA, todos os componentes se encontram agrupados nos Trens de Combate, que incluem no mínimo meios de reabastecimento e transporte, meios de manutenção e uma ambulância, no âmbito do apoio sanitário. O apoio de serviços do SGTIA é primariamente desempenhado pelo GTIA, podendo, no entanto, ser reforçado com meios caso a situação requeira maior autonomia (Armée de Terre, 2009, pp. 48-51). Finalmente, quanto ao comando do SGTIA, este é feito primariamente por uma equipa de três oficiais: o Comandante do Subagrupamento, o Oficial-Adjunto, (segundo comandante cujas funções são orientadas para a preparação da operação subsequente) e o

⁶⁷ Um esquema ilustrativo da Composição dos SGTIA encontra-se no Anexo B.

⁶⁸ Segundo a AJP-3(B) *Allied Joint Doctrine* (NATO, 2011, pp. 1-27), “Operational command (OPCOM) is the authority granted to a commander to assign missions or tasks to subordinate commanders, to deploy units and to reassign forces, and to retain or delegate operational and/or tactical control as it may be deemed necessary. It does not of itself include responsibility for administration or logistics. OPCOM may also be used to denote the forces assigned to a commander”.

⁶⁹ A doutrina francesa refere-se aos elementos de apoio de combate por “apoios” (*appuis*).

⁷⁰ A lista extensa de apoios complementares dificulta a sua descrição total. Uma representação visual do tipo de apoios disponível encontra-se no esquema do Anexo B.

Oficial-Adjunto da Logística (que organiza o apoio logístico do SGTIA) (Armée de Terre, 2009, pp. 17-18).

2.3.2.2. Definição de Força-Tarefa Subagrupamento

A partir das características do SGTIA, é possível extrapolar, segundo as dimensões de «força» previamente identificadas, uma definição para «Força-Tarefa Subagrupamento»:

- Quanto ao **escalão**, a força-tarefa subagrupamento é uma força de escalão companhia (Grupo 4), agrupando módulos de combate de escalão pelotão. Adicionalmente, quanto às relações com o escalão superior, a força-tarefa subagrupamento pode ser empregue de forma autónoma e dispersa, durante um período de tempo previamente estabelecido, desde que suportada com o apoio logístico necessário.
- Quanto à organização dos seus **elementos**, a força-tarefa subagrupamento é gerada para uma operação específica a partir de uma unidade de combate de escalão companhia. A sua composição inclui necessariamente elementos de apoio de combate, de apoio de comando e de apoio de serviços, seguindo o princípio das armas combinadas. A configuração-base (os elementos de combate, os apoios necessários e o apoio logístico mínimo) de uma força-tarefa subagrupamento deve permanecer constante durante todo o período de emprego dessa força.

Tem-se assim que as principais características da força-tarefa subagrupamento são a autonomia de emprego e a combinação de todos os tipos de elementos na mesma estrutura.

CAPÍTULO 3

MODELO DE ANÁLISE

O objetivo do capítulo é explicar como o modelo de análise utilizado pela investigação obtém resultados a partir dos dados recolhidos. Isso implica explicar primeiro os objetivos e a abordagem utilizada pelo estudo em que se insere o modelo. Seguidamente, o centro do capítulo descreve o modelo de análise adotado, classificando-o quanto aos métodos de procedimento empregues e explorando as razões para a sua adoção e as suas limitações. Finalmente, são indicados quais os casos de estudo, que servem de input ao modelo de análise, explicando também as razões para a sua escolha.

3.1. O Estudo

O objetivo do estudo é *avaliar em que cenários de emprego das Forças Armadas portuguesas se podem empregar forças-tarefa baseadas numa unidade de escalão subagrupamento*. Pretende-se avaliar⁷¹, segundo os critérios fornecidos pela teoria e pela doutrina, se o modelo de forças-tarefa subagrupamento tem utilidade no contexto nacional previsto. A complexidade associada aos objetos em estudo – situações hipotéticas de conflitualidade e a aplicação de forças a essas situações – implica que é necessário adotar uma abordagem que se adapte às suas características e que permita obter resultados e conclusões relevantes.

Em primeiro lugar, o problema requer uma abordagem qualitativa⁷². De uma forma geral, quanto mais elevado é o nível de análise durante o estudo da guerra, mais evidente é a impossibilidade de a modelar matematicamente⁷³, ou seja, de criar um modelo que preveja

⁷¹ Segundo Anderson e Krathwohl (2001, pp. 67-68 *citados por* Forehand, 2005), o nível cognitivo “Evaluating” é definido como “making judgments based on criteria and standards through checking and critiquing”, ocorrendo no contexto da Taxonomia de Bloom revista. Por sua vez, Mary Forehand (2005), descreve a Taxonomia de Bloom, criada pelo psicólogo americano Benjamin Bloom (1913-1999), como um modelo hierárquico que classifica as ações cognitivas segundo seis níveis crescentes de complexidade: conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação. Em 2001, Anderson e Krathwohl efetuaram uma revisão à taxonomia original, atualizando os termos utilizados e a ordem dos níveis cognitivos, dando origem a uma taxonomia revista: memorizar, compreender, aplicar, analisar, avaliar e criar.

⁷² Maggie Summer (2006, pp. 248-249) define Investigação Qualitativa como investigação que trata dos fenómenos sociais cuja medição quantitativa é inviável, utilizando métodos centrados no significado e na interpretação dos fenómenos dentro dos contextos em que ocorrem.

⁷³ Svend Bergstein (2003, p. 213) admite que é possível a modelação de eventos pontuais, como a probabilidade que um míssil antiaéreo tem de atingir o seu objetivo, concluindo, porém, que a presença de inúmeras variáveis imensuráveis tidas em conta durante análise de níveis mais elevados, e mais complexos, da Guerra a torna impossível de modelar. É revelador como Bergstein conclui a sua reflexão *War cannot be calculated* da

os seus resultados e otimize a sua conduta. Assim, avaliar sobre a utilidade de um dado modelo de força num dado conjunto de cenários envolve necessariamente uma visão subjetiva: os referenciais teóricos adotados, o contexto estratégico considerado, o modelo de análise criado e a perspectiva do investigador, indissociável de todos os aspetos do estudo, condicionam as conclusões obtidas.

É então necessário mitigar a subjetividade do estudo. Para isso, é adotado o modelo hipotético-dedutivo^{74 75}, partindo de hipóteses⁷⁶ assentes em teoria existente que traduzem uma relação possível entre a possibilidade de emprego de forças-tarefa subagrupamento e os cenários de emprego do CEM:

H1. O modelo de forças-tarefa baseadas numa unidade de escalão subagrupamento pode ser empregue em Cenários de Segurança Cooperativa.

H2. O modelo de forças-tarefa baseadas numa unidade de escalão subagrupamento pode ser empregue em Cenários de Defesa Coletiva.

H3. O modelo de forças-tarefa baseadas numa unidade de escalão subagrupamento pode ser empregue numa combinação de Cenários de Emprego do CEM.

H4. O modelo de forças-tarefa baseadas numa unidade de escalão subagrupamento não pode ser empregue em nenhum dos Cenários de Emprego do CEM (Hipótese Nula).

A criação das hipóteses só é possível através da seleção prévia de um enquadramento teórico, que permite a seleção dos cenários de emprego considerados pela sua inclusão no novo paradigma da conflitualidade. Por sua vez, a seleção dos cenários de emprego só é possível através da definição das variáveis a partir de doutrina em vigor. Tanto uma como

seguinte forma: “The outcome of a war and the overall progress of the activities in it, the warfare, cannot be calculated with mathematics”. Uma discussão da sua posição é feita em maior detalhe no Apêndice A.

⁷⁴ “A general model of science in which science is stated as involving the formulation of hypotheses and theories from which particular occurrences can be deduced and thus also predicted and explained. As a model of scientific discovery and explanation the hypothetico-deductive method is advanced as an alternative to Baconian ‘inductive method’ in which the simple accumulation of instances gives rise to generalizations. The model is based on the idea that, rather than the accumulation of facts, hypotheses are essential to science as the basis of proposed generalizations and their empirical testing (cf. ‘falsification’)” (Jary, 2006, pp. 138-139).

⁷⁵ Segundo Karl Popper (1966a, p. 222 citado em Bergstein, 2003, p. 188), a única forma que as ciências sociais têm de produzir conhecimento científico, ou seja, falsificável, é através do método científico comum a todas as outras ciências, que implica a formulação de hipóteses que possam ser testadas.

⁷⁶ “Hypothesis: an untested assertion about the relationship between two or more variables. The validity of such an assertion is assessed by examining the extent to which it is, or is not supported by data generated by empirical inquiry” (Jupp, Hypothesis, 2006a, p. 137).

outra medida mitigam a subjetividade ao definir para o estudo um sistema de conceitos objetivos, sistema esse que constitui núcleo do modelo de análise.

3.2. O Modelo de Análise

A opacidade da relação entre as variáveis em estudo condiciona a construção de um modelo de análise: é possível identificar as principais dimensões do input (os cenários) e do output (as forças), mas o processo de geração de forças que as relaciona permanece largamente opaco⁷⁷. A existência de uma relação entre cenários e forças é, no entanto, suficiente para que se possa identificar uma relação de causalidade⁷⁸ (primeiro pressuposto), de forma a que um cenário de emprego específico gere uma força específica. Desta forma, o cenário é a variável independente, ao passo que a possibilidade de emprego da força é a variável dependente.

O segundo pressuposto utilizado na construção do modelo parte da inserção do estudo no novo paradigma da conflitualidade: admite que o conjunto de cenários de emprego da força é semelhante entre atores semelhantes, uma vez que os seus objetivos para o uso da força são semelhantes. Caso atores com cenários semelhantes tenham também processos de geração de forças semelhantes, cenários idênticos dão origem a forças idênticas, o que permite a adoção do método comparativo. Especificamente, os estados pertencentes à NATO adotam um sistema doutrinário que condiciona todos os aspetos das suas forças, incluindo a sua geração. Adicionalmente, a mera pertença à NATO condiciona os cenários de emprego da força de cada estado-membro, o que reforça a oportunidade para a comparação.

Partindo dos pressupostos anteriores, o estudo compara a participação de dois estados distintos em duas operações distintas em que forças pertencentes ao modelo (tipo ideal⁷⁹) «força-tarefa subagrupamento» foram utilizadas. O objetivo é a definição das dimensões do

⁷⁷ A classificação de segurança de todo o processo condiciona a informação disponível sobre o mesmo. Seria especialmente valioso conhecer a hierarquia entre os cenários de emprego, que permite atribuir valorações diferentes às capacidades a gerar, e os subprocessos utilizados para definir as missões a partir dos cenários e as capacidades a partir das missões.

⁷⁸ Hammersley (2006, pp. 23-24) admite que a causalidade é um conceito complicado, que pode ser definido como a expectativa de que uma dada causa A produza um efeito B, uma vez que a observação mostra que isso se verifica em todos os casos observados. Note-se que a observação não garante que seja a causa A a responsável pelo efeito B, podendo existir outros responsáveis, nunca identificados, que causem o efeito B sem intervenção de A. Uma vez que o processo de geração de forças é um processo desenhado, mais próximo da engenharia do que de um fenómeno espontâneo, é possível partir do pressuposto que existe causalidade entre os cenários e as forças geradas.

⁷⁹ A definição das características de «força-tarefa subagrupamento» é um exercício de definição de um tipo ideal, ou seja, de uma descrição abstrata que permita a comparação entre diferentes casos. O uso de tipos ideais nas ciências sociais está associado ao sociólogo alemão Max Weber (1864-1920) (Colombo, 2006, p. 141).

cenário (concretizado) de cada operação – segundo o primeiro pressuposto, foram as características do cenário as responsáveis pela geração das forças utilizadas. Finalmente, são comparadas as características dos cenários de cada operação com os cenários de emprego previstos no CEM. Caso sejam julgados semelhantes, é possível concluir que o emprego de forças-tarefa subagrupamento é possível nos cenários semelhantes aos das operações analisadas (Equação 1), confirmando ou infirmando as hipóteses. O esquema que ilustra o modelo análise encontra-se no Apêndice B.

$$(c_1, c_2 \dots c_6) \in C_{CEM}, (c'_1, c'_2) \in C'_{estudo}$$

$$\exists f: f_x = p(c_x), \forall c_x \in C_{CEM} \cup C'_{estudo}$$

$$Assim, se c'_2 \approx c_2 \rightarrow f'_2 \approx f_2$$

Equação 1 – Pseudoequações que descrevem o modelo de análise.

C_{CEM}: Conjunto de Cenários de emprego do CEM; **C'_{estudo}**: Conjunto de cenários dos casos de estudo; **f_x**: força gerada para o cenário **c_x**; **p(c_x)**: Processo de geração de forças.

A principal limitação do modelo de análise adotado reside na simplificação de «Cenário» em duas dimensões, nenhuma das quais relacionada com as características geográficas – físicas e humanas – do ambiente em que a força militar seria empregue. A distância entre o «palco» do cenário e o estado que atua, assim como as características desse «palco», influenciam decisivamente a organização e os meios das forças intervenientes. Esta dimensão foi ignorada de forma a permitir a comparação entre os cenários concretizados, (ou seja, as operações em estudo), e os cenários hipotéticos presentes no CEM, assumindo-se apenas que os cenários considerados nas hipóteses são ambos «expedicionários», definidos no âmbito do trabalho como fora do território da União Europeia.

Uma segunda limitação reside no método comparativo⁸⁰ adotado, que implica uma comparação entre o emprego de forças de dois estados distintos. Ruffa e Soeters (2014, pp. 216-227) descrevem a comparação de “estilos operacionais” de diferentes estados como uma oportunidade para identificar as variáveis das quais esses estilos dependem (Ruffa & Soeters, 2014, p. 218). Isto pode ser atingido através da aplicação de um modelo quasi-experimental⁸¹, em que vários casos são comparados quanto a um conjunto de variáveis independentes, de forma a entender quais estão causalmente relacionadas com as variáveis dependentes

⁸⁰ “[Comparative Method:] The selection and analysis of cases that are similar in known ways and differ in other ways, with a view to formulating or testing hypotheses” (Jupp, 2006b, p. 33).

⁸¹ “[Quasi-Experiment:] An experiment that attempts to test a hypothesis about the effects of an intervention by methods other than those used in a ‘true experiment’, where the latter is deemed to require random allocation to experimental and control conditions” (Tilley, 2006, p. 251).

consideradas. A dificuldade reside na manipulação das condições extrâneas da «experiência», ou seja, na a escolha dos casos de estudo (Ruffa & Soeters, 2014, pp. 219-220). Estes devem ser semelhantes quanto às condições extrâneas, para que as variáveis dependentes possam ser causalmente traçadas às variáveis independentes com o mínimo de interferência⁸², o que só é geralmente viável num número reduzido de casos – a chamada *small-N research* (Ruffa & Soeters, 2014, p. 220). No caso do presente estudo, a seleção de casos semelhantes quanto às condições extrâneas limita o número de casos em análise, dificultando a extrapolação dos resultados.

Em suma, o modelo de análise é operacionalizado através dos seguintes objetivos:

- O1. Selecionar um modelo teórico que enquadre os cenários de emprego de força militar após o final da Guerra Fria.
- O2. Modelar o Processo de Geração de Forças do CEM.
- O3. Analisar as dimensões do conceito «Cenário de Emprego».
 - O3.1. Caracterizar as dimensões de cada cenário de emprego do CEM
- O4. Analisar as dimensões do conceito «Força».
 - O4.1. Caracterizar as dimensões de «Força-Tarefa Subagrupamento».
- O5. Caracterizar as dimensões do cenário da Operação Serval.
 - O5.1. Caracterizar as dimensões das forças-tarefa subagrupamento presentes na Operação Serval.
- O6. Caracterizar as dimensões do cenário da Operação Romeo-Alfa.
 - O6.1. Caracterizar as dimensões das forças-tarefa subagrupamento presentes na Operação Romeo-Alfa.

3.3. Os Casos de Estudo

Finalmente, os casos estudados são a Operação Serval e a Operação Romeo-Alfa⁸³, selecionados primariamente por incluírem o emprego de forças-tarefa subagrupamento (variável dependente) e secundariamente com base nas semelhanças entre as características extrâneas «estado responsável», «data» e «teatro de operações» (Tabela 8). Apesar de as

⁸² Ruffa e Soeters apontam o estudo de John Nagl, *Learning to Eat Soup with a Knife: Counter-Insurgency Lessons from Malaya and Vietnam* (2002 *ctado por* Ruffa & Soeters, 2014, p. 220) como um exemplo de controlo insuficiente sobre os casos escolhidos. A intervenção britânica na Malásia (1948-1960) e a intervenção americana no Vietname (1964-1973) diferem em dimensões importantes, incluindo a data e o estatuto de cada estado envolvido (antigo colonizador *versus* superpotência recente), o que põe em causa a relação entre sucesso obtido e estilo operacional.

⁸³ Uma descrição sumária da Operação Serval e da Operação Romeo-Alfa encontra-se no Apêndice C.

características extrâneas serem superficialmente dissimilares, a sua análise revela semelhanças que permitem a comparação entre si, e entre os cenários dos casos de estudo e os cenários de emprego do CEM.

Tabela 8 – Comparação dos casos de estudo quanto às características extrâneas.
Em itálico: cenários do CEM, provenientes do Corpo de Conceitos.

Cenário	Estado Responsável	Data	Teatro de Operações
Operação Serval	França (NATO/UE)	2013-2014 (pós-11 setembro 2001)	Mali (fora da UE)
Operação Romeo-Alfa	Espanha (NATO/UE)	2002-2014 (pós-11 setembro 2001)	Afganistão (fora da UE)
<i>C2 e C4 do CEM</i>	<i>Portugal (NATO/UE)</i>	<i>Hipotético (pós-11 setembro 2001)</i>	<i>Hipotético (possivelmente fora da UE)</i>

Fonte: Criada pelo Autor.

Quanto aos estados responsáveis, França e Espanha, ambos são membros da União Europeia e da NATO, especificamente, da sua estrutura militar integrada⁸⁴. A participação na estrutura militar da NATO e na União Europeia influencia os processos de geração de forças nacionais e os cenários de emprego da força, pelo que deve ser comum a todos os casos de estudo. No caso da data, todos os casos de estudo necessitam de estar temporalmente inscritos no novo paradigma da conflitualidade. Tanto a Operação Serval como a Operação Romeo-Alfa ocorreram após os atentados de 11 de setembro de 2001, sendo por isso abrangidos por ambas as teorias revolucionárias consideradas. Finalmente, ambos os casos de estudo considerados ocorreram fora da União Europeia, uma vez que a distância geográfica entre o respetivo território nacional e o teatro de operações influenciou a geração e o emprego das forças.

A existência de dois casos de estudo, coincidente com a *small-N research*, tem a vantagem de permitir uma comparação interna entre casos, anterior à comparação externa com os cenários de emprego do CEM. Semelhanças nos modelos de força e nas dimensões dos cenários dos casos de estudo sugerem a tese de que a força-tarefa subagrupamento é uma solução específica para um conjunto restrito de cenários de emprego. Pelo contrário, semelhanças nos modelos de forças e divergências nas características dos cenários sugerem que a força-tarefa subagrupamento tem uma aplicação mais vasta.

⁸⁴ É relevante referir que França esteve ausente da estrutura militar da NATO entre 1966 e 2008 (Permanent Representation of France to NATO, 2013).

CAPÍTULO 4

PROCESSO DE RECOLHA DE DADOS

O objetivo do capítulo é explicar como é feita a recolha dos dados relativos aos casos de estudo. Segundo Quivy e Campenhoudt (2008, p. 155), isto implica responder às três perguntas que a enquadram: o que recolher, em quem recolher e como recolher. Assim, são descritos o tipo de dados, a origem dos dados, (incluindo as técnicas de amostragem), e a técnicas de recolha, especificamente, a análise documental e o inquérito por entrevista.

4.1. Natureza dos Dados

A definição de dimensões é insuficiente para criar uma linguagem comum que permita a comparação entre os casos de estudo, uma vez que estas não são facilmente mensuráveis. É então necessário associar indicadores⁸⁵, características mais facilmente mensuráveis do que as dimensões associadas a cada variável. A natureza qualitativa do estudo implica que todos os indicadores, descritos em detalhe no Corpo de Conceitos, sejam qualitativos, ou seja, que sejam qualidades mais facilmente mensuráveis do que as dimensões associadas. Finalmente, a recolha de dados, independentemente da técnica, é orientada pelos indicadores, o que tem a vantagem de associar diretamente os dados recolhidos às dimensões das variáveis, produzindo diretamente informação⁸⁶, sistematizada na discussão para produzir o conhecimento que constitui o objetivo do trabalho.

4.2. Origem dos Dados

A acessibilidade é o primeiro condicionante da origem das fontes de dados. A classificação de segurança associada à conduta de uma operação militar condiciona o acesso a fontes abertas e impede os entrevistados de revelar todos os dados. Um segundo condicionante é quantidade de fontes disponíveis, uma vez que ambos os casos de estudo foram eventos de grande escala, envolvendo milhares de indivíduos e sendo descritos numa

⁸⁵ Segundo Sapsford (2006, p. 145), um indicador é uma quantidade mensurável que pretende representar uma característica mais difícil de medir. No seu sentido mais restrito, descreve uma quantidade suficientemente correlacionada com a característica que se deseja medir para que a possa representar. No seu sentido mais lato, designa uma categoria mensurável ligada logicamente a um dado critério. O estudo recorre ao conceito no seu sentido lato, interpretando-o como uma qualidade mensurável segundo os sistemas doutrinários adotados.

⁸⁶ Note-se que isto implica uma relação entre Dados e Informação. Bellinger, Castro e Mills (2004) inscrevem esta relação na cadeia hierárquica “Dados, Informação, Conhecimento e Sabedoria” (em inglês, “*Data, Information, Knowledge and Wisdom*”), em que o termo posterior é produto do processamento do anterior. Neste contexto, a informação consiste num conjunto de dados relacionados entre si, conferindo-lhes significado.

grande quantidade de documentos. Este reflete-se no principal⁸⁷ critério de seleção utilizado, a pertinência. Numa fonte pertinente, têm de existir dados mensuráveis pelos indicadores em uso (Quivy & Campenhoudt, 2008, pp. 155-156). Um quadro-síntese das características dos documentos analisados e dos indivíduos entrevistados encontra-se no Apêndice D.

4.3. Análise Documental

A recolha de dados secundários e documentais é descrita por Quivy e Campenhoudt (2008, pp. 201-205) como especialmente adequada à análise de fenómenos de grande escala. Assim, das variáveis consideradas, a análise documental adapta-se melhor à caracterização, dos cenários de cada caso de estudo. Concretamente, são analisadas fontes secundárias produzidas por organismos oficiais ou a seu pedido durante ou pouco tempo depois do período de tempo abrangido pela operação⁸⁸. A principal vantagem da aplicação desta técnica à análise dos casos de estudo é que permite o acesso a dados e informação recolhidos e tratados numa escala muito superior à que seria possível no âmbito deste trabalho.

4.4. Inquérito por Entrevista

No inquérito por entrevista⁸⁹, a quantidade de participantes (*stakeholders*) nos respetivos casos de estudo obrigou a uma amostragem⁹⁰ intencional⁹¹. Especificamente, foram selecionados comandantes de forças do modelo «força-tarefa subagrupamento»⁹² empregues nas operações em estudo, sendo que o acesso aos entrevistados foi também determinante para constituir a amostra. A entrevista semidiretiva⁹³ foi adotada uma vez que permitiu associar indicadores a cada uma das perguntas e simultaneamente aprofundar os assuntos pertinentes. Por fim, o guião das entrevistas encontra-se no Apêndice E.

⁸⁷ Segundo Sarmiento (2013, p. 17), a informação recolhida deve obedecer a quatro condições: exatidão, fiabilidade, validade e completude. Extrapolando este conjunto de critérios, obtém-se que as fontes selecionadas têm de conter informação exata, fiável, válida e completa.

⁸⁸ Uma fonte oficial, ainda que considerada fiável, é necessariamente parcial, o que é uma limitação importante.

⁸⁹ “[Interview:] A method of data collection, information or opinion gathering that specifically involves asking a series of questions. Typically, an interview represents a meeting or dialogue between people where personal and social interaction occur” (Davies, 2006, p. 157).

⁹⁰ A amostragem designa o processo de seleção de uma amostra, ou seja, de “um conjunto não-vazio de indivíduos pertencentes a uma população” (Sarmiento, 2013, p. 75).

⁹¹ “[Purposive Sample:] A form of non-probability sampling in which decisions concerning the individuals to be included in the sample are taken by the researcher, based upon a variety of criteria” (Oliver, 2006, p. 244).

⁹² Respetivamente, SGTIA (França) e *Subgrupos Tácticos* (Espanha).

⁹³ Sarmiento (2013, p. 34) define uma entrevista semidiretiva como uma entrevista em que “o entrevistado responde às perguntas do guião pela ordem que entender, podendo também falar de outros assuntos relacionados com as perguntas”.

CAPÍTULO 5

ANÁLISE DOS CASOS DE ESTUDO

O objetivo da Análise dos Casos de Estudo é caracterizar os cenários e as forças de modelo «força-tarefa subagrupamento» neles empregues segundo as dimensões adotadas, recorrendo para isso aos seus indicadores. Em suma, é feita a sistematização dos dados recolhidos, obtendo a informação pretendida sobre cada caso de estudo. Para isso, cada caso é tratado separadamente, sendo feita primeiro a caracterização do cenário e só depois a das forças-tarefa subagrupamento.

5.1. Operação Serval

5.1.1. Caracterização do Cenário⁹⁴

5.1.1.1. Função (Indicador: Objetivos)

Segundo o então Primeiro-Ministro francês, Jean-Marc Ayrault (Guilloteau & Nauche, 2013, p. 33), os objetivos da intervenção francesa no conflito do Mali foram três: travar o avanço dos grupos jihadistas até Bamako; preservar a existência do Estado do Mali e permitir a recuperação da sua integridade territorial; e auxiliar a aplicação das resoluções internacionais através do emprego da força africana de estabilização e do apoio às forças armadas do Mali na recuperação do norte do país. Shurkin (2014, pp. 7-8) acrescenta a esta lista o objetivo de proteger os cidadãos franceses (cerca de 6000) e europeus (cerca de 1000) presentes em Bamako, cujo número era demasiado elevado para que uma operação de evacuação de não-combatentes fosse lançada para garantir a sua segurança.

Por sua vez, os objetivos da operação seriam atingidos através de quatro missões atribuídas às forças armadas francesas, definidas pelo então Ministro da Defesa, Jean-Yves Le Drian (Guilloteau & Nauche, 2013, p. 33): Auxiliar as forças do Mali a travar a progressão dos grupos jihadistas, quer através de fogos aéreos sobre objetivos identificados, quer através do emprego de forças terrestres; Destruir as bases – depósitos de combustível ou munições, postos de comando – dos grupos jihadistas, de forma a impedir a sua reconstituição; Sustentar a estabilidade de Bamako, garantindo a segurança dos cidadãos

⁹⁴ A caracterização do cenário baseia-se no Relatório de Informação à Assemblée Nationale sobre a Operação Serval (Guilloteau & Nauche, 2013) e no estudo de Michael Shurkin (2014), *France's War In Mali – Lessons for an Expeditionary Army*, escrito com o patrocínio do Exército Americano.

franceses e dos cidadãos europeus aí presentes; Favorecer a constituição da AFISMA e do emprego de forças africanas no apoio ao governo do Mali, e da missão europeia de treino às suas forças armadas (EUTM Mali).

Sintetizando, apesar de os objetivos e missões da operação serem vários e complexos, desde *aliviar* o estado do Mali através do treino das suas forças até *destruir* os grupos jiadistas que o ameaçavam, a **Função** dominante do emprego da força na Operação Serval foi a **coaço** dos grupos jiadistas para garantir a segurança dos cidadãos franceses e a integridade do território do Mali, uma vez que esses são os objetivos que traduzem diretamente a origem da operação. Note-se, porém, que à medida que esse objetivo foi sendo cumprido, o emprego das forças armadas francesas passou a ter outras funções, orientadas para a manutenção do estado de segurança conseguido.

5.1.1.2. Nível de Violência (Indicadores: Natureza da Ameaça e Meios Empregues)

Quanto à ameaça constituída pelos grupos jiadistas, esta é descrita por Shurkin (2014, p. 6) como na ordem dos milhares de homens⁹⁵, suficientemente financiados para que as suas forças fizessem um uso extensivo de *technicals*⁹⁶ e para que surgissem rumores da posse de mísseis antiaéreos e anticarro portáteis. A sua opção tática mais perigosa seria um avanço rápido até Bamako utilizando os seus veículos – o *rezou*⁹⁷ –, o que poria rapidamente em causa a segurança dos cidadãos franceses. Após a fase das operações ofensivas, a ameaça dos grupos jiadistas tornou-se assimétrica; O Capitão Clément Houillon⁹⁸ refere o emprego de minas e de explosivos improvisados, mas assinala a hostilidade que a população local tinha face à insurgência jihadista, dificultando a sua ação.

Finalmente, sobre os meios, as forças francesas foram geradas para a missão atribuída, agrupando forças pertencentes a várias brigadas e regimentos diferentes na Brigada Serval (Shurkin, 2014, pp. 17-18). A participação francesa culminou em 4000 homens no início de fevereiro (Shurkin, 2014, pp. 15-16), organizados em três GTIA, por sua vez compostos por

⁹⁵ “The numbers of fighters associated with the Islamist groups prior to the French intervention are not known, although estimates generally gave Ansar Dine and AQIM a few thousand fighters each, and MUJWA perhaps under 1,000” (Shurkin, 2014, p. 6)

⁹⁶ Veículos do tipo pick-up, geralmente armados com metralhadoras pesadas ou outro armamento coletivo.

⁹⁷ “Although not explicitly referenced by the French sources (...), a current draft of a new French Army field manual on desert operations makes it clear that the French are familiar with indigenous tactics in the region and have a great deal of respect for the speed and offensive capability of a rezzou, a long-distance raid by columns of Toyota-mounted fighters armed with machine guns and rocket-propelled grenades (RPGs), against poorly prepared defenders” (Shurkin, 2014, p. 8).

⁹⁸ Entrevista realizada na Academia Militar, Lisboa, a 18 de maio de 2016.

vários SGTIA, e apoiados por um máximo de 14 aviões de combate. A urgência da operação, decorrente da necessidade de travar o avanço dos grupos jihadistas antes que a segurança dos cidadãos franceses fosse posta em causa, favoreceu o emprego de forças médias⁹⁹ e aerotransportáveis (Shurkin, 2014, p. 9), cuja projeção foi auxiliada pelo pré-posicionamento de forças francesas em estados africanos aliados, no âmbito do sistema *Guépard*¹⁰⁰ ou no âmbito de outros empenhamentos na região¹⁰¹. A retração parcial das forças francesas iniciou-se em abril de 2013, permanecendo um GTIA reforçado no norte do Mali até ao final da operação.

Em suma, na Operação Serval, as forças francesas enfrentaram inicialmente uma ameaça que tinha sido capaz de manobrar e de conquistar e manter a posse de terreno, transformando-se numa ameaça totalmente assimétrica face à superioridade francesa. Para a destruição dessa ameaça, França projetou uma brigada equipada com meios blindados médios e empregou fogos terrestres e aéreos, reduzindo o seu empenhamento assim que terminaram as operações ofensivas. À primeira vista, tal situação poderia sugerir a sua classificação como *Guerra Convencional*, mas o emprego da força feito por uma das entidades (França) foi condicionado por regras de empenhamento, e a diferença de meios entre as entidades, mesmo na fase inicial, leva a que quanto ao **Nível de Violência**, a Operação Serval seja classificada como um **Conflito Irregular**

5.1.2. Caracterização dos SGTIA empregues¹⁰²

5.1.2.1. Escalão (Indicadores: Autonomia e Missões Atribuídas)

Shurkin (2014, p. 27) descreve como “os atributos mais óbvios do exército francês no Mali” a pequena dimensão da força total empregue e a capacidade de utilizar o SGTIA como a unidade fundamental, simultaneamente um módulo do GTIA e uma força dotada de grande autonomia. A “escalabilidade”¹⁰³, ou seja, a capacidade de agregar rapidamente vários SGTIA para realizar operações de nível GTIA, é apontada como um dos fatores de sucesso do modelo francês, juntamente com a integração dos diferentes elementos e de o

⁹⁹ Segundo a ATP-3.2.1 (NATO, 2009, pp. 3-2, 3-3), as forças médias são forças terrestres equipadas com veículos blindados de média dimensão, geralmente de rodas (*wheeled*) e com armamento integrado.

¹⁰⁰ O sistema *Guépard* prevê que, no final de dado um ciclo de treino, uma unidade seja colocada num estado de prontidão mais elevado durante um dado intervalo de tempo (Shurkin, 2014, p. 38).

¹⁰¹ A título de exemplo da rapidez da resposta, no mesmo dia em que a Operação Serval foi anunciada, chegou ao Mali um SGTIA vindo do Chade, a primeira força convencional a entrar no Mali (Shurkin, 2014, p. 13).

¹⁰² A caracterização do emprego dos SGTIA têm por base Shurkin (2014) e a entrevista realizada ao Capitão Clément Houillon.

¹⁰³ O conceito é análogo à fractalidade descrita anteriormente.

treino operacional ter por base o SGTIA¹⁰⁴. Esta flexibilidade permitiu que um SGTIA vindo do Chade fosse a primeira força convencional a entrar no Mali, que os diferentes SGTIA participassem, enquadrados nos respetivos GTIA, na fase inicial da Operação, e que fossem dispersos pelo norte do Mali durante a fase de estabilização¹⁰⁵. Em 2014, a autonomia do seu emprego é ilustrada pela distância a que operavam do posto de comando do GTIA, em Gao: Houillon descreve situações em que o seu SGTIA operava isolado a mais de 100 km de distância do posto de comando, durante períodos de cerca de 10 dias. Numa operação normal durante a fase de estabilização, o comandante do GTIA atribuiria uma área a um SGTIA, que teria liberdade para manobrar nessa área. Assim, quanto ao **Escalão**, os SGTIA empregues podem ser caracterizados como unidades do Grupo 4 (Companhia/Subagrupamento), empregues de forma autónoma, enquadrados num dispositivo com uma grande dispersão¹⁰⁶ de forças.

5.1.2.2. Elementos (Indicadores: Organização e Capacidades)

Sobre a organização dos SGTIA, Shurkin (2014, pp. 27-29) descreve-a de acordo com o *Manuel du Sous-Groupement Tactique Interarmes* anteriormente descrito: como uma força de armas combinadas, composta por quatro pelotões de manobra, um pelotão de comando e logística, um pelotão de engenharia [*sic*] e outros apoios necessários, geralmente contendo sempre a capacidade de coordenação de fogos, descrita como uma das características centrais do SGTIA. Quanto ao seu SGTIA (“dominante em cavalaria”), Houillon também o descreve como construído em torno de um esquadrão de reconhecimento existente, ou seja, três pelotões de reconhecimento e um pelotão de comando e logística, dispondo adicionalmente de todos os apoios necessários para as missões específicas, incluindo células HUMINT, CIMIC e secções mini-UAV. Concluindo, quanto aos **Elementos**, os SGTIA empregues agruparam numa única estrutura todos os elementos. Um aspeto importante da sua organização é que é descrita doutrinariamente em detalhe.

¹⁰⁴ “They [The French Army] train as GTIAs and SGTIAs and deploy and fight as such. French units rotate through their national training centers as SGTIAs; French Army captains study the art of commanding SGTIAs as part of their formal training. By the time those who participated in Operation Serval (or operations in Afghanistan) arrived in theater, they already had extensive experience conducting operations in Africa and elsewhere as part of GTIAs and SGTIAs, even if the particular GTIAs and SGTIAs to which they were newly assigned were pulled together ad hoc” (Shurkin, 2014, p. 29).

¹⁰⁵ “Les opérations de pression sur l’ennemi relèvent aujourd’hui du niveau du SGTIA. La force Serval désormais regroupée dans trois villes (Gao, Tessalit, Kidal) avec un seul GTIA renforcé « GTIA Désert » qui, tout en assurant une fonction d’élément réservé, maintient la pression sur les GAD par des opérations ciblées” (Guilloteau & Nauche, 2013, p. 54).

¹⁰⁶ «Dispositivo» designa a disposição espacial das forças no Teatro de Operações. Um dispositivo será mais disperso quanto menos forças existirem numa dada área.

5.2. Operação Romeo-Alfa

5.2.1. Caracterização do Cenário¹⁰⁷

5.2.1.1. Função (Indicador: Objetivos)

A participação espanhola no Conflito do Afeganistão esteve enquadrada na ISAF, cujas missões são descritas por Garcés Meduiña (2014, p. 50) como “conduzir operações para reduzir a capacidade e vontade da insurgência, apoiar as capacidades das Forças de Segurança Afegãs e facilitar a melhoria da governabilidade e desenvolvimento socioeconómico”¹⁰⁸, com a finalidade última de evitar a criação de um estado falhado, que alargue a instabilidade a toda a região. Quanto às missões desenvolvidas, Garcés Meduiña (2014, pp. 50-51) enquadra as mesmas em quatro blocos de atividades principais: atividades de apoio à segurança; atividades de auxílio à reforma do setor de segurança; atividades de apoio à governação; e atividades de apoio ao desenvolvimento socioeconómico do país. Assim, uma vez que a criação de um estado estável só pode ser atingida através da reconstrução das suas estruturas (incluindo das suas forças armadas), a **Função** dominante do emprego das forças espanholas foi a **contenção** da insurgência e da instabilidade, com o objetivo da manutenção das condições de segurança para permitir a reconstrução do Afeganistão. Note-se que novamente, esta função não é única, e (elementos das) forças armadas espanholas foram empregues na consecução de outros objetivos, tais como o treino das forças afegãs.

5.2.1.2. Nível de Violência (Indicadores: Meios Empregues e Natureza da Ameaças)

Para a consecução das tarefas referidas, os principais instrumentos empregues pela ISAF foram as *Provincial Reconstruction Teams* (PRT), equipas mistas (civis e militares) responsáveis pelos esforços de reconstrução de uma província e pelo apoio à sua governação (Garcés Meduiña, 2014, p. 51). Espanha assumiu o controlo da PRT de Badghis em maio de 2003, assumindo em 2009 as *Operational Military Liaison Teams* (OMLT) na mesma província e projetando no mesmo ano um *Grupo Tático*¹⁰⁹, sob a dependência do *Regional Command – West* da ISAF, com vista a garantir a segurança da região – este foi o esforço

¹⁰⁷ A caracterização do cenário da Operação Romeo-Alfa sintetiza os artigos de Paul Escolano (2014), Garcés Meduiña (2014) e de Sánchez Romero (2014), bem como os testemunhos dos oficiais espanhóis entrevistados.

¹⁰⁸ Tradução do autor.

¹⁰⁹ Unidade de armas combinadas de escalão batalhão (Mando de Adestramento y Doctrina, 2011, pp. 4-9).

máximo da participação espanhola, agregado numa *Agrupación Táctica*¹¹⁰ sob o comando do Coronel comandante da PRT, e mantido até à entrega das responsabilidades de segurança às forças afegãs (2013). As forças empregues foram predominantemente compostas por infantaria, que empregava veículos blindados ligeiros e fazia uso extensivo de apoio de fogos aéreo e terrestre.

Quanto à ameaça, as forças da ISAF enfrentavam uma insurgência que Sánchez Romero (Sánchez Romero, 2014, pp. 70-71) descreve como ágil, inteligente e capaz de se adaptar às circunstâncias. A suas principais táticas eram o emprego de explosivos improvisados e de emboscadas, evitando o confronto direto com as forças da ISAF. O Capitão Egea Amador¹¹¹ ilustra a ameaça da insurgência, que classifica como assimétrica quanto ao tipo e média quanto à magnitude, indicando que nos cinco meses em que foi comandante de um *Subgrupo Táctico* na província de Badghis, encontrou cerca de 6 000 engenhos explosivos improvisados nos cerca de 6 000 km percorridos. Uma outra fonte de perigo eram as emboscadas e as flagelações com morteiros, armas ligeiras e fogo de RPG.

Em suma, a quanto ao **Nível de Violência**, a Operação Romeo-Alfa pode ser classificada como enquadrada num **Conflito Irregular**: verifica-se a existência de uma ameaça assimétrica, uma insurgência que atuava de forma organizada contra as forças da ISAF. Por sua vez, apesar de o emprego da força pela ISAF ter restrições, incluiu meios cuja única função é a destruição de uma ameaça (fogos aéreos e terrestres).

5.2.2. Caracterização dos *Subgrupos Tácticos* empregues¹¹²

5.2.2.1. Escalão (Indicadores: Autonomia e Missões Atribuídas)

A doutrina espanhola em vigor, especificamente a PD1-001 Empleo de las Fuerzas Terrestres (2011, pp. 4-9) prevê (mas não regula) a existência de forças temporárias de armas combinadas até ao nível *Subgrupo Táctico* (S/GT)¹¹³, formado a partir de uma unidade de escalão companhia para uma missão específica. No contexto da Operação Romeo-Alfa, o

¹¹⁰ Unidade de armas combinadas de escalão regimento. “La agrupación táctica es la organización operativa constituida bajo un mando único, sobre la base de uno o más grupos tácticos, con los elementos de mando y apoyo necesarios.” (Mando de Adiestramiento y Doctrina, 2011, pp. 4-9)

¹¹¹ Entrevista realizada na Academia General Militar, Zaragoza, a 11 de abril de 2016.

¹¹² A caracterização dos *Subgrupos Tácticos* empregues sintetiza os artigos de Pérez Pérez (2014), de Sánchez Romero (2014) e os testemunhos dos oficiais espanhóis entrevistados.

¹¹³ A doutrina espanhola admite, no entanto, a criação de forças temporárias de escalões atípicos, associadas intimamente a uma missão específica.

S/GT é descrito por todos os entrevistados¹¹⁴, como a unidade fundamental, visto que a grande maioria das operações era conduzida pelos S/GT. Segundo Pérez Pérez (2014, pp. 46-47), o *Grupo Táctico* (GT) Badghis destacava¹¹⁵ dois S/GT para as COP¹¹⁶ de Ludina-Moqur¹¹⁷ e Darreh Ye Bum, com a missão de exercer o controlo das respetivas zonas, sendo que o terceiro S/GT permanecia junto do posto de comando do GT Badghis, utilizado como reserva tática, para executar escoltas ou para outras operações pontuais. Em suma, quanto ao **Escalão**, os S/GT podem ser caracterizados como forças de Grupo 4 (Companhia/Subagrupamento), empregues de forma autónoma e dispersa.

5.2.2.2. Elementos (Indicadores: Organização e Capacidades)

Organicamente, os S/GT empregues não possuíam nenhum elemento de apoio (Pérez Pérez, 2014, p. 46). Os vários elementos de apoio de combate e apoio de serviços de origem espanhola eram geridos pelo GT Badghis, sendo distribuídos conforme a situação específica de cada S/GT. Um desses casos específicos era o S/GT que constituía a reserva do GT Badghis, que o Capitão Egea Amador descreve como um «minibatalhão» devido à quantidade de apoios que possuía: equipas EOD e EOR, equipas TACP e observadores avançados de artilharia, viaturas de reabastecimento, ambulâncias e viaturas de recuperação.

Na prática, de acordo com o Capitão Egea Amador, os regulamentos em vigor na ISAF impediam qualquer unidade de operar sem que possuísse capacidade TACP e capacidades EOD ou EOR. Adicionalmente, a permanência numa COP durante longos períodos de tempo requeria a atribuição de elementos de apoio logístico a cada S/GT, responsáveis pela alimentação, recuperação, manutenção e apoio sanitário ao S/GT. Assim todos os S/GT tinham certos elementos de apoio atribuídos durante a sua missão. Outras capacidades, como a capacidade CIMIC ou PSYOPS, eram atribuídas ao S/GT na reserva, que ficava responsável pela condução dessas operações.

Em síntese, apesar de a doutrina espanhola não regular a organização dos S/GT, quanto à organização dos seus **Elementos** é possível caracterizá-los como detentores de todos os elementos na sua estrutura, principalmente devido aos requisitos da ISAF.

¹¹⁴ Os Comandantes Medina e Sanchez Macizo e os Capitães Medina Aguilar, Egea Amador e San Miguel, entrevistados na Academia General Militar entre 06 de abril e 11 de abril de 2016.

¹¹⁵ O Capitão Medina Aguilar descreve a duração média dos períodos na COP como entre quinze dias a um mês. Nesse período, o S/GT é uma unidade praticamente independente, estando condicionada apenas pela frequência do apoio logístico.

¹¹⁶ *Combat Outpost* (Posto de Combate Avançado).

¹¹⁷ Para ilustrar as distâncias envolvidas, o Capitão Medina Aguilar descreve a distância entre o posto de comando do Batalhão, em Qala-i-Naw e a COP de Ludina como cerca de 20 km.

CAPÍTULO 6

DISCUSSÃO

Se a análise dos resultados sistematiza os dados segundo o sistema de conceitos adotado, obtendo informação, a discussão relaciona a informação obtida, obtendo o conhecimento que constitui o objetivo do estudo. Assim, os casos de estudo são comparados entre si e com os cenários do CEM.

6.1. Comparação entre Casos de Estudo

A análise das operações revela semelhanças quanto ao Nível de Violência, mas não quanto à Função dominante do uso de força militar. No caso do Afeganistão, a participação espanhola iniciou em 2002, meses após a deposição do regime talibã. Assim, o objetivo da intervenção internacional foi a estabilização e auxílio à reconstrução do Afeganistão: as forças projetadas tiveram a missão de assegurar um nível de segurança suficiente para permitir as outras atividades¹¹⁸. Já a Operação Serval teve como objetivo a coação da ameaça constituída pelos grupos jihadistas, de forma a garantir a estabilidade do Mali e a segurança dos cidadãos franceses e europeus. Neste caso, a força militar passa a ser o agente central na operação, e mesmo após as operações ofensivas terem sido concluídas, a destruição dos grupos jihadistas continuou a ser um objetivo permanente. Em suma, quando comparados, os dois casos de estudo diferem não apenas na função do emprego de forças militares, mas no «nível de protagonismo» que estas têm na resolução de cada cenário.

Existem também semelhanças no tipo de meios empregues em ambos os cenários – predominantemente manobra, transportada em viaturas blindadas ligeiras ou médias e apoiadas extensivamente por fogos aéreos e terrestres –, que podem ser vistas como respostas à natureza da ameaça encontrada. Em ambos os casos, a ameaça foi assimétrica como resposta ao potencial de combate as forças que intervieram, mas capaz de organização e até mesmo do emprego de armas antiaéreas (MANPADS) e de fogos indiretos. Assim, ambos os cenários podem ser caracterizados como «Conflito Irregulares», apesar das diferentes funções da força.

¹¹⁸ Note-se que mesmo se a deposição do regime talibã fosse considerada, o objetivo da intervenção continuaria a ser a estabilização e auxílio à reconstrução do Afeganistão, sob um regime diferente do deposedo.

Uma outra consequência do tipo de ameaça encontrado pode ter sido o modelo de forças empregue. Em ambos os casos, as forças de modelo «Força-Tarefa Subagrupamento» não só foram empregues como foram consideradas a unidade-fundamental de ambas as intervenções. O emprego de unidades autónomas de escalão (relativamente) baixo permite a sua dispersão pelas áreas a controlar sem que se perca uma grande vantagem em potencial de combate, o que requer um elevado grau de autonomia e a presença de elementos de apoio de combate, de serviços e de comando na própria unidade. Aqui é possível assinalar uma diferença importante nos dois casos de estudo: a doutrina francesa não só prevê a formação dos SGTIA como regula a sua organização, assumindo que as unidades de armas combinadas são a norma e não a exceção, mesmo no treino regular. No caso espanhol, ainda que os apoios não fossem orgânicos aos S/GT, sendo nominalmente distribuídos pelo GT, as necessidades operacionais obrigaram à sua integração duradoura. Tem-se então que a existência de doutrina e de treino regular do modelo SGTIA constitui uma vantagem, prevendo um emprego mais eficaz da força e permitindo que os SGTIA se agreguem para operar como GTIA e se dispersem novamente com o mínimo de «fricção», permitindo também responder rapidamente a uma situação imprevista – como o caso do primeiro SGTIA a entrar no Mali, no próprio dia em que a operação foi anunciada.

Em suma, ainda que a função do emprego da força seja diferente, os casos de estudo são semelhantes em todas as outras dimensões consideradas (Tabela 9).

Tabela 9 – Quadro-Síntese da comparação entre casos de estudo

	Cenário		Força-Tarefa Subagrupamento	
	Função (Dominante)	Nível de Violência	Escalão	Elementos
Operação Serval	Coagir	Conflito Irregular	Grupo 4, autónoma	Todos; organização regulada doutrinariamente
Operação Romeo-Alfa	Conter	Conflito Irregular	Grupo 4, autónoma	Todos; organização <i>ad hoc</i>

Fonte: Criado pelo autor.

Um efeito desta semelhança é que enquadra ambos os casos no novo paradigma da conflitualidade descrito inicialmente: ambas as intervenções tiveram como adversário entidades não-estaduais que operavam de forma assimétrica, pelo controlo da população. Adicionalmente, a proteção da população e a estabilidade foram os objetivos do uso da força em ambas as situações – mesmo no caso da Operação Serval, em que a destruição dos grupos

terroristas teve como finalidade a segurança do Mali e dos cidadãos franceses e europeus. Um corolário deste raciocínio é que no novo paradigma, a força militar é empregue de formas diferentes. Assim, o emprego de forças-tarefa subagrupamento como principal módulo das forças nos conflitos do novo paradigma pode ser visto como uma adaptação aos novos objetivos e às novas ameaças – “new uses are found for old weapons” (Smith, 2006, p. 17).

6.2. Comparação com os Cenários do CEM

Tanto as operações analisadas como os cenários de emprego do CEM considerados nas hipóteses caracterizam-se como Conflitos Irregulares quanto ao seu Nível de Violência. Adicionalmente, cada operação analisada é traduzível num dos cenários do CEM, ainda que essa tradução seja contraintuitiva. Quanto à Operação Romeo-Alfa, apesar de o Artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte ter sido invocado durante o início da intervenção internacional no Afeganistão¹¹⁹, a formação e emprego da ISAF foi feita no contexto das Nações Unidas, com o objetivo da estabilização e auxílio à reconstrução do Afeganistão, pelo que seria traduzida como Segurança Cooperativa no contexto do CEM¹²⁰. Já a Operação Serval foi feita a pedido do governo do Mali¹²¹, com o objetivo de assegurar a sua integridade territorial e a segurança das suas populações face à ameaça dos grupos jihadistas, o que leva a que seja equiparado ao cenário de Segurança Cooperativa. Em suma, é possível associar as dimensões dos casos estudados aos cenários do CEM considerados (Tabela 10).

Tabela 10 – Comparação entre os cenários de emprego do CEM e as operações analisadas

Cenário/Operação	Função	Nível de Violência
C2: Defesa Coletiva	Coagir; Destruir	Conflito Irregular; Guerra Convencional
Operação Serval	Coagir	Conflito Irregular
C4: Segurança Cooperativa	Conter, Coagir	Paz Instável, Conflito Irregular
Operação Romeo-Alfa	Conter	Conflito Irregular

Fonte: Criada pelo Autor.

Um efeito desta associação é ilustrar como os cenários do CEM se inscrevem na nova conflitualidade. Se os conflitos do novo paradigma constituem a forma dominante da

¹¹⁹ Cfr. Apêndice C.

¹²⁰ Note-se que, conforme descrito na introdução, Portugal contribuiu com tropas para a ISAF; ao contrário da participação espanhola, Portugal não foi responsável por um PRT ou contribuiu com um Batalhão (Marques Cardoso, et al., 2014).

¹²¹ Cfr. Apêndice C.

atualidade, como foi visto no enquadramento teórico, isso aumenta a importância dos cenários que os preveem, orientando a geração de forças para responder a missões e requisitos associados a esses cenários.

6.3. Aplicabilidade de Forças-Tarefa Subagrupamento aos cenários do CEM

Para permitir o modelo de análise, partiu-se dos pressupostos que as forças são dependentes dos cenários, e que cenários semelhantes de estados semelhantes gerarão forças semelhantes. Estes pressupostos são largamente suportados pela análise e discussão dos casos de estudo:

- **Estados semelhantes com cenários semelhantes gerarão forças semelhantes:** em dois conflitos com características do novo paradigma, França e Espanha empregaram forças cuja unidade fundamental pode ser descrita através do modelo «Força-Tarefa Subagrupamento»;
- **As forças dependem do cenário:** se a força-tarefa subagrupamento como unidade fundamental é vista como uma adaptação às circunstâncias do novo paradigma, a força depende do cenário.

É o suporte de ambos os pressupostos com os casos de estudo e a comensurabilidade dos cenários concretizados dos casos de estudo com os cenários do CEM que permite a avaliação da possibilidade emprego de Forças-Tarefa Subagrupamento nos cenários do CEM considerados. Assim, segundo o modelo de análise adotado:

- Se Forças-Tarefa Subagrupamento foram empregues na Operação Serval e na Operação Romeo-Alfa – os casos em estudo;
- Se ambos os casos em estudo são diretamente traduzíveis em cenários de emprego do CEM – especificamente, Segurança Cooperativa;
- Se se considera que os processos de geração de forças dos três estados são semelhantes – pois são constrangidos da mesma forma pela NATO e pela União Europeia;
- **Então, o emprego de Forças-Tarefa Subagrupamento é julgado possível para os cenários de Segurança Cooperativa (Hipótese H1).**

CONCLUSÃO

Quase como um sistema complexo¹²², o Sistema de Forças Nacional exibe um comportamento imprevisível a partir de um conjunto de princípios simples. Ele reflete o conjunto instável de objetivos políticos, recursos disponíveis e ameaças existentes, traduzidos nos cenários de emprego das forças armadas que o condicionam. De facto, a complexidade é talvez a característica principal da estratégia, e por isso é possível ver o Sistema de Forças como um sistema complexo e as estratégias genética e estrutural como o «problema vivo» aludido inicialmente.

É este o contexto do problema de investigação. Apesar das limitações da investigação, através do modelo de análise julgou-se possível o emprego de forças-tarefa subagrupamento no cenário de Segurança Cooperativa. Isto permite a discussão das implicações do seu emprego – associadas às implicações da adoção desse modelo de forças:

- As forças-tarefa subagrupamento expandem o elenco de opções de emprego da ação militar disponível aos decisores políticos, ao constituir uma unidade fundamental de baixo escalão (integrado num Agrupamento Multinacional, por exemplo), realizável com uma quantidade de recursos inferior à da unidade fundamental tipicamente considerado (*Battlegroup*, de escalão Grupo 5/Batalhão);
- Se a fractalidade na organização for adotada, um conjunto de forças-tarefa permite a formação de uma força maior com uma combinação semelhante de elementos, (tal como no caso da primeira fase da Operação Serval), o que permite a resposta a um conjunto alargado de cenários;
- Ao integrar regularmente os diferentes elementos ao nível subagrupamento, as forças-tarefa subagrupamento expandem a cultura «interarmas» e tornam possível a sua prática, mesmo em exercícios de pequenas dimensões, o que tem efeitos de segunda ordem benéficos para as Forças Armadas (tal como acontece em França).

Em suma, recomenda-se a adoção da Força-Tarefa Subagrupamento como modelo dominante de organização de unidades do Grupo 4 (Companhia).

¹²² “Num sistema complexo, regras simples dão a cada agente um grau de liberdade para atuar, causando relações não-lineares de causa-efeito e um comportamento imprevisível e complexo do sistema” (Jones, 2003 citado por Varanda, 2016, p. 183).

Finalmente, a recomendação feita vem acompanhada de propostas relativas à sua implementação. A primeira é a concretização da analogia a um projeto de engenharia, feita na Introdução: uma vez identificado o problema e proposta uma solução, o próximo passo seria a construção de um protótipo, o que implicaria a parametrização detalhada dos cenários do CEM relevantes e de forças-tarefa subagrupamento existentes – especificamente, os SGTIA. A segunda proposta é o uso da doutrina francesa relativa ao SGTIA como fonte para a regulamentação da força-tarefa subagrupamento. Como o SGTIA permite comprovar, a doutrina francesa não só apresenta soluções originais para os seus problemas específicos como é regularmente testada em operações de grandes dimensões. Finalmente, mesmo considerando as semelhanças entre o contexto estratégico francês e o português, é talvez a cultura das suas forças armadas – *le système D*, a cultura de adaptação a todas as situações com os recursos disponíveis no momento – que tem maior simetria com as portuguesas.

Concluindo, há que expandir o sistema D ao sistema de forças.

BIBLIOGRAFIA

- Anderson, L., & Krathwohl, D. R. (Edits.). (2001). *A taxonomy for learning, teaching and assessing: A revision of Bloom's Taxonomy of educational objectives*. New York, Estados Unidos da América: Longman.
- Armée de Terre. (2009). *Manuel du Sous-Groupement Tactique Interarmes*. Paris: Ministère de la Défense.
- Armée de Terre. (2012). *FT-04 Fundamentals of Combined Arms Maneuver*. Paris: Ministère de la Défense.
- Barrantes, A., Pawl, A., Pritchard, D., & Wilk, S. (2009). *RES.8-002 A WikiTextBook for Introductory Mechanics*. Obtido em 24 de Maio de 2016, de Massachusetts Institute of Technology: <https://wikis.mit.edu/confluence/display/RELATE/RELATE+MechanicsWIKI+Home>
- Beaufre, A. (2004). *Introdução à Estratégia* (1ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Bellinger, G., Castro, D., & Mills, A. (2004). *Data, Information, Knowledge, and Wisdom*. Obtido em 29 de Maio de 2016, de Systems Thinking: <http://www.systems-thinking.org/dikw/dikw.htm>
- Bergstein, S. (2003). War Cannot Be Calculated. Em B. Booß-Bavnbek, & J. Høyrup (Edits.), *Mathematics and War* (pp. 183-215). Roskilde, Dinamarca: Birkhäuser Verlag.
- Biddle, S. (2004). *Military Power - Explaining Victory and Defeat in Modern Battle*. Princeton: Princeton University Press.
- Cabral Couto, A. (1988). *Elementos de Estratégia*. Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Calçada, J. (1998). *Elementos de Tática* (1ª ed.). Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Carreiras, H. (2009). *Inquérito à População Portuguesa sobre Defesa e Forças Armadas: Resultados Globais*. ISCTE. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Obtido em 26 de Abril de 2016, de

http://fa.cies.iscte.pt/content/news/inquerito%20defesa%20e%20forcas%20armadas_sintese%20dos%20resultados.pdf

Charpentier, H. (Março de 2011). (A. d. Terre, Ed.) *Doctrine Tactique*(21), pp. 4-5. Obtido em 26 de Abril de 2016, de

<http://www.cdef.terre.defense.gouv.fr/layout/set/print/periodiques/reflexions-tactiques-doctrine-tactique/archives-doctrine-tactique/dt-21>

Cibangu, S. (2012). Karl Popper and the Social Sciences. Em A. Lopez-Varela (Ed.), *Social Sciences and Cultural Studies - Issues of Language, Public Opinion, Education and Welfare* (pp. 19-38). InTech. Obtido em 06 de Maio de 2016, de <http://www.intechopen.com/books/howtoreference/social-sciences-and-cultural-studies-issues-of-language-public-opinion-education-and-welfare/karl-popper-and-the-social-sciences>

Colombo, A. (2006). Ideal Type. Em V. Jupp (Ed.), *The SAGE Dictionary of Social Research Methods* (pp. 141-142). London, Reino Unido: SAGE Publications.

Conselho de Chefes de Estado-Maior. (2014). Anexo B - Missões, Áreas de Capacidade e Capacidades. Em *Sistema de Forças Nacional* (pp. B-1). Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Conselho de Chefes de Estado-Maior. (2014). *Conceito Estratégico Militar*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Davies, P. (2006). Interview. Em V. Jupp (Ed.), *The SAGE Dictionary of Social Research Methods* (pp. 157-158). London, Reino Unido: SAGE Publications.

Davis, P. K. (2002). *Analytic Architecture for Capabilities-Based Planning, Mission-System Analysis and Transformation*. National Defense Research Institute. RAND Corporation. Obtido em 19 de Maio de 2016, de https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monograph_reports/2005/MR1513.pdf

DREX. (Março de 2011). Les enseignements tirés des engagements des SGTIA en OPEX. *Doctrine Tactique*, pp. 19-20. Obtido em 26 de Abril de 2016, de <http://www.cdef.terre.defense.gouv.fr/layout/set/print/periodiques/reflexions-tactiques-doctrine-tactique/archives-doctrine-tactique/dt-21>

- Echevarria, A. J. (Novembro de 2005). *Fourth Generation Warfare and other Myths*.
Obtido em 10 de Maio de 2016, de Strategic Studies Institute:
<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/pub632.pdf>
- Encyclopedia of Systems and Cybernetics. (2012). *Structure (Fractal)*. Obtido em 25 de Maio de 2016, de Encyclopedia of Systems and Cybernetics:
<http://systemspedia.org/entry.aspx?entry=3236>
- Estado-Maior do Exército. (2012). *PDE 3-00 Operações* (1ª ed.). Lisboa: Exército Português.
- Flick, U. (2009). *An Introduction to Qualitative Research*. London, Reino Unido: SAGE Publications.
- Forehand, M. (2005). *Bloom's Taxonomy*. (M. Orey, Editor, & University of Georgia)
Obtido em 28 de Maio de 2016, de Emerging Perspectives on Learning, Teaching and Technology:
http://epltt.coe.uga.edu/index.php?title=Bloom%27s_Taxonomy#Why_use_Bloom.27s_Taxonomy.3F
- Garcés Meduiña, J. M. (Maio de 2014). Equipos de Reconstrucción Militar - Instrumento de Estabilización. *Revista Ejército*, pp. 50-58.
- Gates, S., Nygård, H. M., Strand, H., & Urdal, H. (2016). *Trends in Armed Conflict 1946-2014*. Obtido em 16 de Maio de 2016, de Peace Research Institute Oslo:
www.prio.org/ConflictTrends
- Governo de Portugal. (05 de Abril de 2013). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*.
Obtido de Governo de Portugal:
http://www.portugal.gov.pt/media/909457/20130405_cedn_publicacao_oficial.pdf
- Guderian, H. (1960). *Erinnerungen eines Soldaten*. Neckargemünd, República Federal da Alemanha: Kurt Vowinkel Verlag.
- Guilloteau, C., & Nauche, P. (2013). *Rapport d'Information par la Commission de la Défense Nationale et des Forces Armées en conclusion des travaux d'une mission d'information sur l'opération Serval au Mali*. Assemblée Nationale, Commission de la Défense Nationale et des Forces Armées. Obtido em 29 de Maio de 2016, de
<http://www.assemblee-nationale.fr/14/rap-info/i1288.asp>

- Hammersley, M. (2006). Causality. Em V. Jupp (Ed.), *The SAGE Dictionary of Social Research Methods* (pp. 23-24). London: SAGE Publications.
- Ivanov, A. B. (07 de Fevereiro de 2011). *Vector*. Obtido em 24 de Maio de 2016, de Encyclopedia of Mathematics:
<https://www.encyclopediaofmath.org/index.php/Vector>
- Jary, D. (2006). Hypothetico-Deductive Model. Em V. Jupp (Ed.), *The SAGE Dictionary of Social Research Methods* (pp. 138-139). London, Reino Unido: SAGE Publications. Obtido de SAGE Research Methods.
- Jupp, V. (2006a). Hypothesis. Em V. Jupp (Ed.), *The SAGE Dictionary of Social Research Methods* (pp. 137-138). London, Reino Unido: SAGE Publications.
- Jupp, V. (2006b). Comparative Method. Em V. Jupp (Ed.), *The SAGE Dictionary of Social Research Methods* (pp. 33-34). London, Reino Unido: SAGE Publications.
- Karlenzig, B. (1998). *Plausibility*. (W. H. Swatos Jr., Editor, & AltaMira Press) Obtido em 03 de Maio de 2016, de Encyclopedia of Religion and Society:
<http://hrr.hartsem.edu/ency/Plausibility.htm>
- Kuhn, T. S. (1970). The Structure of Scientific Revolutions. Em O. Neurath, R. Carnap, & C. Morris (Edits.), *International Encyclopedia of Unified Science* (2^a ed., Vol. II). Chicago, Estados Unidos da América: The University of Chicago Press. Obtido em 06 de Maio de 2016, de
http://projekintegracija.pravo.hr/_download/repository/Kuhn_Structure_of_Scientific_Revolutions.pdf
- Labaree, R. V. (27 de Abril de 2016). *Organizing Your Social Sciences Research Paper: Theoretical Framework*. Obtido em 03 de Maio de 2016, de USCLibraries:
<http://libguides.usc.edu/writingguide/theoreticalframework>
- Lemos Pires, N. (2014). *Wellington, Spínola e Petraeus - O Comando Holístico da Guerra*. Alcochete: Nexo Literário.
- Lind, W. S. (Setembro-Outubro de 2004). Understanding Fourth Generation War. *Military Review*, pp. 12-16. Obtido em 10 de Maio de 2016, de Anti-War:
<http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/milreview/lind.pdf>
- Lind, W. S., Nightingale, K., Schmidt, J., Sutton, J. W., & Wilson, G. I. (Outubro de 1989). The Changing Face of War: Into the Fourth Generation. *Marine Corps*

Gazette, pp. 22-26. Obtido em 10 de Maio de 2016, de <https://www.mca-marines.org/files/The%20Changing%20Face%20of%20War%20-%20Into%20the%20Fourth%20Generation.pdf>

Mando de Adiestramiento y Doctrina. (2011). *PD1-001 Empleo de las Fuerzas Terrestres*. Granada, Espanha: Ministerio de la Defensa.

Marcum, J. A. (2015). *Kuhn, Thomas S*. Obtido em 06 de Maio de 2016, de Internet Encyclopedia of Philosophy - A Peer-Reviewed Academic Resource: <http://www.iep.utm.edu/kuhn-ts/#SH2b>

Marques Cardoso, N., Baptista Domingos, P., Relvas Marino, L., Vasconcelos de Almeida, P., Costa Bernardino, J., Verdelho Fontoura, Ó., . . . Cardoso, E. (2014). *International Security Assistance Force - Portugal - 12 anos de participação na ISAF*. (N. Marques Cardoso, Ed.) s/l: 8º Contingente Nacional/ISAF. Obtido em 27 de Abril de 2016, de <http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/missoes/natoisaf/>

McCarthy, K. (16 de Março de 2016). *Time to Stop Maximizing the Chances of Failure in Afghanistan*. Obtido em 02 de Junho de 2016, de War on the Rocks: <http://warontherocks.com/2016/03/time-to-stop-maximizing-the-chances-of-failure-in-afghanistan/>

Ministère de la Défense. (18 de Janeiro de 2013a). *Operation SERVAL in Mali – weekly update 1 - Launch of Operation SERVAL*. Obtido em 2014 de Março de 25, de http://www.ambafrance-in.org/IMG/pdf/Operation_SERVAL_in_Mali_-_Weekly_Update_1_-_18_Jan_2013.pdf

Ministère de la Défense. (2013b). *Operation Serval: update on the 14 February 2013*. Obtido em 2014 de Maio de 04, de Ministère de la Défense: <http://www.defense.gouv.fr/english/content/view/full/193272>

Ministère de la Défense. (30 de Novembro de 2015). *Opération Barkhane*. Obtido em 02 de Junho de 2016, de Ministère de la Défense: <http://www.defense.gouv.fr/operations/sahel/dossier-de-presentation-de-l-operation-barkhane/operation-barkhane>

Ministère de la Défense. (13 de Dezembro de 2015). *Opération Serval (2013-2014)*. Obtido em 01 de Maio de 2016, de Ministère de la Défense:

<http://www.defense.gouv.fr/operations/autres-operations/operations-achevees/operation-serval-2013-2014>

Ministério da Defesa Nacional. (2015). *Defesa 2020*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Moseley, A. (2010). *War, The Philosophy of*. Obtido em 09 de Maio de 2016, de Internet Encyclopedia of Philosophy - A Peer-Reviewed Academic Resource: <http://www.iep.utm.edu/war/>

Murga Martínez, J. L. (Maio de 2014). Repliegue de las Tropas Españolas de Baghdís. *Revista Ejército*, pp. 76-81.

NATO. (2009). *ATP-3.2.1 Allied Land Tactics*. NATO.

NATO. (2010). *Active Engagement, Modern Defence: Strategic Concept for the Defence and Security of the Members of the North Atlantic Treaty Organisation*. NATO. Obtido em 26 de Abril de 2016, de http://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_publications/20120214_strategic-concept-2010-eng.pdf

NATO. (2011). *AJP-3(B) Allied Joint Doctrine*. NATO.

NATO. (2011). *APP-6(C) NATO Joint Military Symbolology*. NATO.

NATO. (11 de Novembro de 2014). *The NATO Defense Planning Process*. Obtido em 22 de Maio de 2016, de NATO - North Atlantic Treaty Organization: http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_49202.htm

NATO. (2015). *AAP-6(C) NATO Glossary of Terms and Definitions (English and French)*. NATO.

NATO. (2016). *History*. Obtido em 02 de Junho de 2016, de NATO - Afghanistan - Resolute Support Mission: <http://www.rs.nato.int/history.html>

NATO. (2016). *Troop numbers and contributions*. Obtido em 03 de Junho de 2016, de NATO - Afghanistan - Resolute Support Mission: http://www.rs.nato.int/images/media/20160518_rsmplacemat.pdf

Oliver, P. (2006). Purposive Sample. Em *The SAGE Dictionary of Social Research Methods* (pp. 244-245). London, Reino Unido: SAGE Publications.

- Paul Escolano, F. J. (Maio de 2014). El proceso de generación de contingentes en el ámbito de la Fuerza Terrestre. *Revista Ejército*, pp. 13-20.
- Pérez Pérez, R. (Maio de 2014). El Batallón de Maniobra: Una organización operativa para el combate y la contrainsurgencia. *Revista Ejército*, pp. 43-49.
- Permanent Representation of France to NATO. (12 de Junho de 2013). *France and NATO*. Obtido em 28 de Maio de 2016, de Permanent Representation of France to NATO: <http://www.rpfrance-otan.org/France-and-NATO>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- RAND Corporation. (2016). *Military Doctrine*. Obtido em 04 de Maio de 2016, de RAND Corporation: <http://www.rand.org/topics/military-doctrine.html>
- Ruffa, C., & Soeters, J. (2014). Cross-National Research in the Military - Comparing Operational Styles. Em J. Soeters, P. M. Shields, & S. Rietjens (Edits.), *Routledge Handbook of Research Methods in Military Studies* (pp. 216-227). Exeter, Reino Unido: Routledge.
- Sánchez Romero, J. A. (Maio de 2014). Combatiendo a la Insurgencia en Afganistán. *Revista Ejército*, pp. 70-75.
- Sapsford, R. (2006). Indicator. Em V. Jupp (Ed.), *The SAGE Dictionary of Social Research Methods* (pp. 144-145). London, United Kingdom: SAGE Publications.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Shea, B. (2015). *Karl Popper: Philosophy of Science*. Obtido em 04 de Maio de 2016, de The Internet Encyclopedia of Philosophy - A peer-reviewed publication: <http://www.iep.utm.edu/pop-sci/#H5>
- Shurkin, M. (2014). *France's War in Mali - Lessons for an Expeditionary Army*. Santa Monica, Estados Unidos da América: RAND Corporation. Obtido em 22 de Outubro de 2014, de http://www.rand.org/pubs/research_reports/RR770.html
- Smith, R. (2006). *The Utility of Force*. London, Reino Unido: Penguin Books.

- Stewart, D. J. (2013). *What is next for Mali? The Roots of Conflict and Challenges to Stability*. Carlisle, Pennsylvania, Estados Unidos da América: US Army War College Press.
- Summer, M. (2006). Qualitative Research. Em V. Jupp (Ed.), *The SAGE Dictionary of Social Research Methods* (pp. 248-249). London, Reino Unido: SAGE Publications.
- Telo, A. J., & Lemos Pires, N. (2013). *Conflitos e Arte Militar na Idade da Informação 1973-2013* (1ª ed.). Cascais: Tribuna da História.
- Thornton, S. (2013). *Karl Popper*. Obtido em 04 de Maio de 2016, de Stanford Encyclopedia of Philosophy: <http://plato.stanford.edu/entries/popper/>
- Tilley, N. (2006). Quasi-Experiment. Em V. Jupp (Ed.), *The SAGE Dictionary of Social Research Methods* (pp. 251-252). London, Reino Unido: SAGE Publications.
- Tramond, O., & Seigneur, P. (June de 2013). Early Lessons From Frances's Operation Serval in Mali. *Army*, pp. 40-43.
- Tuck, C. (2014). *Understanding Land Warfare*. London, Reino Unido: Routledge.
- Varanda, A. (2016). Sistema Político Internacional e Globalização: Continuidade ou Rotura? *Proelium, X*, pp. 179-194.
- Varanda, A., & Lourenço, Y. (2014). *O Conflito do Mali, 2012-2014*. Trabalho de Investigação de Grupo para a unidade curricular M322 Teoria Geral da Estratégia, Academia Militar, Amadora.
- Von Clausewitz, C. (1997). *Da Guerra*. (I. Busse, Trad.) Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Wharton, C. (2006). Document Analysis. Em V. Jupp (Ed.), *The SAGE Dictionary of Social Research Methods* (pp. 79-81). London, Reino Unido: SAGE Publications.
- Yue, Y., & Henshaw, M. (2009). An holistic view of UK military capability development. *Defense and Security Analysis, 25* (1), pp. 53-67. Obtido em 22 de Maio de 2016, de <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.461.4551&rep=rep1&type=pdf>

APÊNDICE A – DISCUSSÃO: A TEORIA NO ESTUDO DA GUERRA

Necessidade de Enquadramento

Considerem-se as hipóteses da investigação: são relações entre a possibilidade de emprego do modelo de força em estudo e o conjunto dos cenários em que o emprego desse modelo de força é considerado possível. Quando considerada sozinha, sem qualquer enquadramento, uma relação semelhante poderia ser formulada entre a possibilidade de emprego de qualquer tipo de força e qualquer cenário de emprego do CEM, de forma a que uma hipótese resultante fosse:

H0. Forças organizadas e equipadas segundo uma Legião Romana do século II a.C. podem ser empregues no Cenário de Defesa Coletiva do Conceito Estratégico Militar Português.

Apesar de ser pouco plausível, a hipótese acima construída está formalmente correta (Jupp, Hypothesis, 2006a, p. 137), uma vez que relaciona a possibilidade de emprego de uma força e um cenário de emprego do CEM. Esta discrepância entre a correção formal e a plausibilidade da hipótese adveio da ausência de enquadramento durante sua a formulação¹²³.

Pelo contrário, quando a relação em estudo é considerada em conjunto com o enquadramento teórico, tanto as variáveis como a hipótese que as relacionam são resultado de conhecimento já existente (Labaree, 2016). De facto, segundo o modelo hipotético-dedutivo, que serve de fundação ao presente trabalho, o conhecimento científico é entendido como uma rede de proposições e teorias ligadas dedutivamente (Jary, 2006, p. 139).

Por sua vez, é também a visão hipotético-dedutiva que traduz melhor as limitações do enquadramento teórico para a presente investigação. No seu expoente máximo, este modelo considera uma teoria como um conjunto de proposições ligadas matematicamente entre si e às observações empíricas feitas (Jary, 2006, p. 139). Isto parece orientar o modelo exclusivamente para estudos quantitativos, o que dificultaria o estudo de todos os fenómenos

¹²³ Na Encyclopedia of Religion and Society, Bruce Karlenzig (1998) descreve que o problema da plausibilidade é geralmente descrito como “porque” e “como” cada indivíduo considera as suas crenças, seculares ou religiosas, como reais ou verdadeiras. Karlenzig compara então as explicações psicológicas, que interpretam a plausibilidade como um fenómeno subjetivo, com as sociológicas, que se focam na relação entre o conteúdo dos sistemas de conceitos existentes e a plausibilidade do novo conceito. Aplicando esta abordagem ao exemplo de hipótese dado, avaliar a plausibilidade de uma premissa é compará-la com um sistema de conceitos existentes – com um enquadramento.

difícilmente descritos através da matemática – tal como a presente investigação. Uma outra posição é avançada por Uwe Flick (2009, pp. 48-50), que postula que se num estudo qualitativo as hipóteses não podem ser deduzidas a partir das teorias existentes da mesma forma que num estudo quantitativo, é através da revisão da literatura teórica que é possível entender as correntes de pensamento, os debates, os conceitos e as questões em aberto de uma dada área. Assim, é visão de Flick a que melhor se adequa à presente investigação e que melhor descreve os objetivos do seu enquadramento teórico.

Necessidade de Teoria

A discussão anterior resolve qual o papel do enquadramento teórico num estudo qualitativo, mas permite também identificar como é que a visão hipotético-dedutiva do conceito de teoria pode ser antitética ao estudo do fenómeno guerra. Para proceder, importa entender primeiro qual o papel da teoria no estudo da guerra, de forma a poder seleccionar as teorias enquadrantes investigação.

A antítese entre teoria científica e Guerra advém da dificuldade de a descrever. No seu artigo *War Cannot be Calculated* (2003), Svend Bergstein argumenta porque é que o fenómeno guerra resiste a ser modelado matematicamente de forma satisfatória, recorrendo para tal a nove argumentos criados a partir de citações da obra *Vom Kriege*, de Carl von Clausewitz (Tabela 11).

Tabela 11 – Argumentos para a incalculabilidade da guerra.

Conclusão	The outcome of a war and the overall progress of the activities in it, the warfare, cannot be calculated with mathematics
Argumentos	The social coherence of military units cannot be tested sufficiently during peacetime
	The validity of empirical data gathered in war quickly erodes
	We cannot predict the impact of peoples' passions on the war effort
	We cannot quantify the courage and talent of the armed forces as a whole
	The effects of political guidance upon war an unpredictable
	Even broad guidelines for waging war can fail
	Relative strength can only be estimated, not calculated
	Sometimes we cannot know for sure, whether we have won or lost
	Even a small number of unavoidable minor deviations or accidents can cause disastrous effects

Fonte: Adaptado de Bergstein, (2003, p. 213).

Assim, a impossibilidade de modelar matematicamente o fenómeno guerra deveria impedir a formulação de teorias, no sentido hipotético-dedutivo do termo, sobre a Guerra. O próprio Carl von Clausewitz reconhecia que do fenómeno «Guerra» é apenas possível descrever as suas leis gerais (1997, pp. 122-123) e que sobre a Conduta da Guerra nem sequer deve ser utilizado o conceito de Lei¹²⁴: é impossível aplicar uma lei à diversidade e variedade de fenómenos e de circunstâncias que podem ocorrer (1997, p. 124). A visão de von Clausewitz traduz a tensão entre a generalidade necessária a uma teoria e a especificidade das circunstâncias da conduta da guerra¹²⁵. Segundo ele, uma “teoria de condução da guerra” contém “princípios, regras, instruções e métodos¹²⁶”, de forma a que conduza a uma “doutrina positiva” (1997, p. 125), ou seja, que procure traduzir a realidade do momento em que foi criada.

Em linha com o pensamento de von Clausewitz, a RAND Corporation (2016) define doutrina militar como “o conjunto fundamental de princípios que guia as forças militares durante a consecução de objetivos de segurança nacional”¹²⁷. Apesar de esta definição demonstrar a utilidade da doutrina para o presente trabalho, a sua especificidade requer que esta seja tratada a jusante do enquadramento teórico. José Calçada (1998) explica como essa especificidade afeta a aplicabilidade da doutrina: “A teoria visa um aprofundamento dos conceitos com um alcance global, com vista a obter um saber que seja utilizável universalmente, independentemente da geografia e da história. (...) A doutrina, por seu lado é local e não global, adaptada a um dado quadro nacional e/ou técnico” (1998, p. 11).

À primeira vista, existe então um «intervalo» entre a teoria geral, descritiva, avançada por von Clausewitz e a doutrina específica, prescritiva, de cada organização. Por um lado, a teoria geral é insuficiente para enquadrar o problema e as variáveis da investigação; por outro, a doutrina é local e específica, impedindo a interpretação de todos os casos de estudo pelo

¹²⁴ Von Clausewitz define “Lei” enquanto o “sujeito de conhecimento” e enquanto “sujeito de vontade” (1997, p. 124): quanto ao conhecimento, uma lei é uma relação entre duas coisas e o efeito dessa relação; quanto à vontade, uma lei é um “motivo de ação”, equivalente a um “comando” ou a uma “proibição”.

¹²⁵ Bergstein concorda com o pensamento de von Clausewitz quando propõe que a complexidade da modelação da conduta da guerra cresce consoante o nível considerado (2003, p. 197). Assim, é possível modelar satisfatoriamente a probabilidade de um míssil ar-ar atingir o seu objetivo, mas é impossível prever o decurso de uma guerra inteira. Compare-se isto com von Clausewitz, que afirma que só é possível a construção de doutrina positiva, prescritiva, para a conduta da guerra, ao passo que para o fenómeno guerra a teoria é meramente descritiva (1997, pp. 110-111).

¹²⁶ Um “Princípio” contém o espírito de uma lei de ação, mas não tem o seu significado formal, servindo para conduzir o julgamento em casos aos quais é impossível serem previstos; uma “Regra” é semelhante a um “Princípio”; uma “Instrução” é uma ordem de ação para um número limitado de circunstâncias “menores”, o que não justifica a criação de uma lei geral; finalmente, “método” é um procedimento repetido (1997, pp. 123-124).

¹²⁷ Tradução do Autor.

mesmo referencial. É então necessário enquadrar a investigação em teoria que estude a conduta da guerra, especificamente, que descreva as adaptações das forças às circunstâncias do seu emprego. As teorias enquadrantes devem então ser mais específicas que a teoria geral de von Clausewitz, apoiadas tanto quanto possível em dados empíricos e com um propósito explicativo.

Este problema é comum às ciências sociais em que o estudo da Guerra se insere¹²⁸. Segundo a visão de Karl Popper¹²⁹, as tentativas de criação de teorias prescritivas e preditivas em ciências sociais são criticadas como abordagens historicistas¹³⁰. Segundo Popper (1957, p. 3 citado em Shea, 2015), estas abordagens têm como principal objetivo a previsão através da identificação de padrões, ritmos, tendências ou leis que modelem a evolução histórica. Popper considera impossível formular e testar leis gerais sobre a História, uma vez que a história é um único processo, impossível de repetir, prevenindo assim a refutação¹³¹ dessas leis da mesma forma que esta é feita nas ciências empíricas. O resultado desta crítica ao Historicismo é que Popper considera o papel das ciências sociais – onde se inclui o estudo do fenómeno «Guerra» – como “explicar e conhecer eventos em termos de ações humanas e situações sociais”¹³² (1966b, p. 166 citado em Cibangu, 2012, p. 25), ou seja, como preocupado em descrever os fenómenos sociais em situações concretas através dos comportamentos dos indivíduos participantes¹³³, por oposição à previsão através de tendências históricas. Aplicar a perspectiva de Popper ao estudo da Guerra e ao enquadramento teórico da investigação implica assim privilegiar as teorias que descrevam fenómenos concretos, preterindo as que ambicionem explicar e prever toda a história da guerra.

Na prática, porém, o tipo de teorias defendido por Popper não descreve a maior parte das teorias sobre a guerra. A efemeridade do fenómeno e as suas características inatas tornam a aquisição de dados empíricos muito difícil – dados esses que se tornam rapidamente inválidos, como já foi mencionado. Há assim que procurar respostas numa perspectiva

¹²⁸ Recorde-se que von Clausewitz defende a Guerra como um fenómeno social (1997, pp. 122-123).

¹²⁹ A justaposição entre as perspectivas de Carl von Clausewitz e de Karl Popper a respeito do papel da teoria inspira-se na justaposição feita entre ambos os autores por Svend Bergstein (2003, pp. 185-190).

¹³⁰ “Historicism (...) is the belief that history develops inexorably and necessarily according to certain principles or rules towards a determinate end” (Thornton, 2013)

¹³¹ Recorde-se que para Popper, o que distingue uma teoria científica é a sua refutabilidade, (também conhecida como falsificabilidade): uma teoria científica é assim um modelo temporário e imperfeito da realidade, que persiste até ser falsificada (Shea, 2015).

¹³² Tradução do Autor.

¹³³ “In place of historicism and utopian holism, Popper argues that the social sciences should embrace both methodological individualism and situational analysis” (Shea, 2015).

divergente, a de Thomas Kuhn. De acordo com Marcum (2015), Kuhn avança a posição de que a maior parte das teorias surge no contexto de um paradigma¹³⁴ – um sistema de conceitos, métodos e critérios que serve de fundação a outras teorias. Os paradigmas são assim eles próprios um enquadramento, visões sobre o mundo. Por sua vez, as teorias inscritas num paradigma procuram corresponder às observações empíricas a esse paradigma¹³⁵. Ao contrário de Popper, para quem uma teoria é uma explicação verosimilhante da realidade, válida até que seja refutada com observações, Kuhn vê essas anomalias nas observações como responsáveis por criar novas teorias – explicações para essas anomalias, inscritas no paradigma da teoria original. Caso as anomalias não possam ser explicadas, o paradigma original colapsa e o estudo dessa disciplina entra assim num período de ciência extraordinária, de onde surge eventualmente um novo paradigma¹³⁶. O mesmo ocorre durante a formação de uma disciplina científica nova (ciência pré-paradigmática), que ocorre quando um novo fenómeno é identificado e as diferentes perspectivas e explicações competem entre si pelo consenso da comunidade científica, procurando formar o paradigma dessa nova disciplina. A visão de Kuhn sobre o estado de ciência extraordinária, ou mesmo pré-paradigmática, parece também descrever a diversidade de visões existentes sobre a Guerra e a sua conduta. A falta de consenso no estudo da Guerra¹³⁷, associada à dificuldade da recolha de dados e às considerações de sigilo que impedem a sua difusão, impede a produção de teorias que descrevam o fenómeno em grande detalhe, pelo que condiciona o enquadramento teórico à inscrição da investigação em sistemas de conceitos que lhe sirvam de base, por oposição a teorias rigidamente apoiadas por dados empíricos.

Em suma, o enquadramento teórico da investigação é condicionado em primeiro lugar pela exclusão da doutrina, limitada a um contexto demasiado específico; em segundo lugar, pela busca de teorias descritivas; em terceiro lugar, pela necessidade de o enquadrar em sistemas de conceitos que sirvam de fundação às variáveis em estudo, emulando o papel de um paradigma.

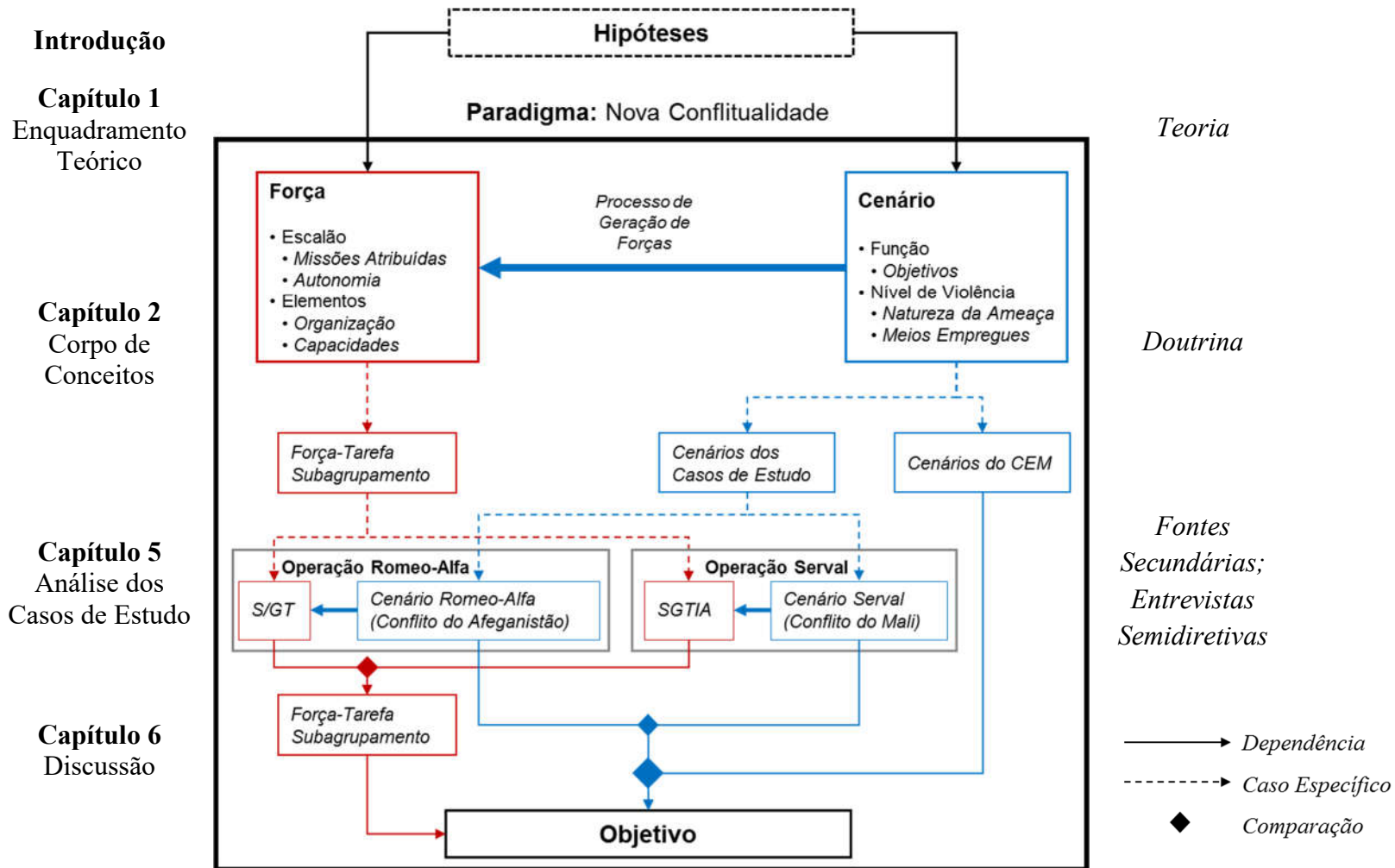
¹³⁴ “[Paradigm are] universally recognized scientific achievements that for a time provide model problems and solutions to a community of practitioners” (Kuhn, 1970, p. viii).

¹³⁵ Kuhn descreve o objetivo dos paradigmas como *problem-solving*, ou seja, sem solução esperada. Por oposição, a ciência produzida dentro de um dado paradigma é *puzzle-solving*, ou seja, com uma solução esperada que provém de um dado paradigma (Marcum, 2015). Esta distinção enfatiza que a ciência “normal” se insere dentro de uma visão do mundo prevista por um paradigma.

¹³⁶ “Third, the crisis is resolved with the replacement of the old paradigm by a new one but only after a period of extraordinary science” (Marcum, 2015).

¹³⁷ Note-se que no estudo da Guerra, é ontologicamente impossível atingir um consenso internacional, uma vez que a natureza hostil do fenómeno impede a formação de uma única comunidade científica.

APÊNDICE B – MODELO DE ANÁLISE



APÊNDICE C – CONTEXTO DOS CASOS DE ESTUDO

Operação Serval¹³⁸ e o Conflito do Mali

A situação de instabilidade que desencadeou a intervenção francesa teve a sua origem direta em 2011, com a deposição do regime do Coronel Gaddafi, na Líbia (Stewart, 2013, p. 36). A sua queda obrigou à migração dos tuaregues¹³⁹, membros das forças do regime de Gaddafi, em direção ao norte do Mali – região conhecida como Azawad, que desde a independência do Mali (1960) é palco de revoltas tuaregues com o objetivo da formação de um estado tuaregue nessa região. A entrada de veteranos da Revolução Líbia, trazendo consigo armamento e experiência em operações de «guerrilha»¹⁴⁰, no norte do Mali reacendeu as tendências independentistas da região, dando origem ao Mouvement National de Libération de l’Azawad (MNLA¹⁴¹). Juntamente com as organizações fundamentalistas islâmicas Ansar Dine¹⁴² e MUJAO¹⁴³, ambas apoiadas pela organização Al Qaeda no Magrebe Islâmico (AQIM), o MNLA tomou o controlo da parte norte do Mali no início de 2012, dando origem a um vácuo de poder criador de instabilidade para a região. Por sua vez, o governo do Mali apelou às Nações Unidas para que lhe auxiliassem a recuperar a soberania da parte norte do país, o que, em dezembro de 2012 (Stewart, 2013, p. 43), deu origem à criação da AFISMA, uma força multinacional composta por principalmente por países da ECOWAS com o objetivo de treinar o exército do Mali e de o auxiliar a recuperar o controlo do norte do país.

Eventualmente, o avanço dos grupos jihadistas atingiu a 10 de janeiro de 2013 a cidade de Konna, a 500 km da capital Bamako. Assim, temendo um avanço dos extremistas até ao sul do Mali – Bamako continha cerca de 6000 cidadãos franceses e outros 1000 cidadãos europeus (Shurkin, 2014, p. 8) – o governo de França lançou a Operação Serval a 11 de

¹³⁸ A síntese dos antecedentes e da Operação Serval baseia-se no relatório *What is next for Mali?* (2013), da autoria de Donna J. Stewart para o Strategic Studies Institute do US Army War College.

¹³⁹ Povo nómada, predominantemente muçulmano, que habita o deserto do Sahara.

¹⁴⁰ “The MNLA had assembled an impressive arsenal, accumulated over a number of years of planning and fortified by heavy weaponry [ex.: MANPADS] brought by fighters returned from Libya. They also had experience implementing long-range guerrilla tactics over distances of hundreds of miles” (Stewart, 2013, pp. 38-39)

¹⁴¹ Note-se que o MNLA é um grupo secular, com um carácter somente político (Stewart, 2013, pp. 37, 42).

¹⁴² Ator territorial com o objetivo da independência de Azawad segundo um modelo islâmico.

¹⁴³ *Mouvement pour le Tawhîd et du Jihad en Afrique de l’Ouest* (Movimento pelo Tawhîd e de Jihad na África Ocidental) – Organização transnacional com o objetivo de impor a lei islâmica na África Ocidental.

janeiro de 2013 a pedido do governo do Mali¹⁴⁴, com o objetivo de parar o avanço islâmico (Ministère de la Défense, 2013a). A ofensiva francesa, em apoio das forças do governo do Mali, permitiu retomar Tombuctu, a principal cidade do norte do Mali, a 28 de janeiro, culminando na reconquista de Tessalit a 14 de fevereiro, evento que assinalou o final das operações ofensivas e o início das operações de estabilização (Ministère de la Défense, 2013b).

Apesar de ameaça dos grupos jihadistas a Bamako ter sido detida com sucesso, a instabilidade no norte do Mali continuou, fruto do conflito entre o MNLA¹⁴⁵ e o governo do Mali e da insurgência de origem jihadista, nunca totalmente eliminada. Assim, a presença multinacional, sob a égide da MINUSMA¹⁴⁶, continua. Quanto à Operação Serval, terminou oficialmente no dia 1 de agosto de 2014, sendo sucedida pela Operação Barkhane, o posicionamento de forças nos estados do Sahel¹⁴⁷ com o objetivo de mitigar o terrorismo na região (Ministère de la Défense, 2015).

Operação Romeo-Alfa¹⁴⁸ e o Conflito do Afeganistão

A participação espanhola no Conflito do Afeganistão (2001-presente), a Operação Romeo-Alfa, teve a sua origem no atentado terrorista perpetrado por fundamentalistas islâmicos a 11 de Setembro de 2001, atingindo objetivos em Nova Iorque e em Washington. A resposta americana, a *Operation Enduring Freedom* (OEF), foi desencadeada imediatamente, com o objetivo de retaliar contra objetivos terroristas, espalhados por dezenas de estados¹⁴⁹. Assim, o regime talibã do Afeganistão, com fortes associações a grupos terroristas, foi um dos objetivos principais. A *Operation Enduring Freedom – Afghanistan* (OEF-A) foi desencadeada a 21 de setembro de 2001, depondo o regime talibã em apenas 45 dias graças ao uso de forças especiais, tecnologias de comunicação e de

¹⁴⁴ “La France est intervenue au Mali à la suite d’une demande d’aide formulée le 10 janvier 2013 par le Président du Mali, adressée à la France et au Conseil de sécurité des Nations unies, et au titre de l’article 51 de la Charte des Nations unies relatif à la légitime défense” (Guilloteau & Nauche, 2013, p. 31).

¹⁴⁵ O MNLA cessou as hostilidades com o governo do Mali aquando do lançamento da Operação Serval (Stewart, 2013, pp. 42-43), permanecendo, no entanto, em conflito perante a questão da independência de Azawad (Shurkin, 2014, p. 25).

¹⁴⁶ Missão sucessora da AFISMA, no âmbito das Nações Unidas.

¹⁴⁷ Região de transição entre o Deserto do Sahara e a África Subariana.

¹⁴⁸ A síntese das operações no Afeganistão tem por base as obras *Conflitos e Arte Militar na Idade da Informação* (2013), da autoria de Telo e Lemos Pires, e a obra *Wellington, Spínola e Petraeus – O Comando Holístico da Guerra* (2014), da autoria de Nuno Lemos Pires. Quanto à descrição da participação espanhola nas operações, tem por base os vários artigos presentes na edição extraordinária do periódico do *Ejército de Tierra*, subordinada ao tema *Operación Romeo-Alfa: Balance de las Operaciones en Afganistán* (2014).

¹⁴⁹ Lemos Pires (2014, p. 204) descreve como no final de 2001, os Estados Unidos tinham empregues cerca de 47 000 militares do Comando de Operações Especiais, atuando em mais de 140 países.

vigilância e de fogos aéreos e navais (Telo & Lemos Pires, 2013, pp. 77-80). Acompanhando o desencadear da OEF esteve a invocação do Artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte, feita pela primeira vez, “deixando a porta aberta a quem se quisesse juntar” (Telo & Lemos Pires, 2013, p. 79) à ação dos Estados Unidos contra o terrorismo, sendo aceite por unanimidade por todos os membros da NATO.

A deposição do regime talibã, em novembro de 2001, deu origem um vácuo de poder, que teria de ser preenchido para criar um ambiente seguro e estável e permitir a reconstrução do Afeganistão. O objetivo de uma intervenção seria a edificação de um estado estável e viável, que não permitisse o estabelecimento de bases de grupos terroristas dentro das suas fronteiras. Na prática, a OEF-A não previu nenhum período de reconstrução (Telo & Lemos Pires, 2013, p. 82), o que deu origem ao aumento gradual da instabilidade.

Entretanto, em novembro de 2001, a Conferência de Bona, organizada pelas Nações Unidas, esteve na origem da *International Security and Assistance Force* (ISAF), uma força com o objetivo de assistir a Autoridade Afegã Interina, abrangendo inicialmente a área de Cabul e posteriormente todo o território do Afeganistão. O acordo finalizar-se-ia em Londres, em dezembro desse ano, dando origem a uma força liderada pelo Reino Unido em que a primeira participação espanhola se enquadrou. A participação espanhola foi apelidada de *Operación Romeo-Alfa*, iniciando-se com a chegada das primeiras forças, a ASPFOR I, em fevereiro de 2002.

Um fator importante para o aumento da instabilidade no Afeganistão foi o empenhamento americano na Operação Iraqui Freedom, a partir 1 de maio de 2003 – o mesmo dia em que o então Secretário da Defesa americano Donald Rumsfeld anunciou a vitória em Cabul (Telo & Lemos Pires, 2013, p. 82). A partir de então, o foco seria no Iraque, o condicionou de tal forma os meios americanos disponíveis para a estabilização do Afeganistão que levou o então Joint Chief of Staff¹⁵⁰, o Almirante Mike Mullen, a dizer ao Congresso em 2007 que no Iraque se fazia o que se devia, mas no Afeganistão só se fazia o que se podia (Telo & Lemos Pires, 2013, p. 91). Dentro desse conjunto possível de ações, o foco da ISAF estava na reconstrução do Afeganistão, ou seja, das suas infraestruturas e da viabilidade da sua economia. O principal vetor desta ação eram as *Provincial Reconstruction Teams* (PRT), conceito aplicado ao Afeganistão a partir de 2006, na sua essência uma equipa civil e militar responsável pela segurança e pela liderança da reconstrução de uma dada

¹⁵⁰ Análogo ao Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas

província afegã, que deveria principalmente ser liderada pelos próprios afegãos (Lemos Pires, 2014, pp. 245-246).

O aumento da instabilidade seria mitigado pela aplicação da “Estratégia da Anaconda”¹⁵¹ ao Afeganistão, precedido de um período de aumento da quantidade de forças e da frequência e ambição das operações conhecido como *surge*, liderado pelo General David Petraeus. Finalmente, a diminuição da violência conseguida pela *surge*, bem como a morte de Osama Bin Laden, líder da organização que provocou os atentados de 11 de setembro de 2001, conduziu a uma alteração da postura americana: foi estabelecido que somente uma pequena quantidade de forças americanas e internacionais permaneceria no Afeganistão a partir de 2014, ainda sob o nome de ISAF, mas com uma missão orientada para o treino das forças armadas afegãs, a Operação Resolute Support (NATO, 2016). A intenção era entregar às forças armadas e serviços de segurança afegãos a responsabilidade pela sua própria segurança. Quanto ao envolvimento espanhol, a Operação Romeo-Alfa terminou com a entrega das bases ocupadas pela sua PRT às autoridades afegãs, em outubro de 2013 (Murga Martínez, 2014, pp. 76-81). Por sua vez, forças espanholas integram atualmente a Operação Resolute Support, contribuindo com 7 militares (NATO, 2016).

Apesar dos ganhos da *surge*, a instabilidade do Afeganistão não parece ter um fim à vista e a iniciativa é novamente dos talibãs. Recentemente, Kevin McCarthy¹⁵² (2016) descreveu a situação no Afeganistão como a pior desde 2001, com 40 distritos (de um total de 398) sob controlo talibã e outros 39 a serem contestados. A tendência parece ser a expansão desta instabilidade, em parte devido à incapacidade das forças afegãs em lidar com a insurgência.

¹⁵¹ Segundo Lemos Pires (2014, p. 275), “a estratégia da «Anaconda» de Petraeus desenvolvia-se através de uma ação do tipo «whole of government», em que todos os elementos, civis e militares, governamentais e privados, eram usados para asfixiar as ações dos terroristas”.

¹⁵² Presentemente, o House Majority Leader (Chefe da Bancada Parlamentar) do Partido Republicano na Câmara dos Representantes dos Estados Unidos.

APÊNDICE D – CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES

Entrevistas						
Nome	Posto/Arma	Nacionalidade	Funções relevantes na operação em estudo	Data de participação na operação em estudo nas funções relevantes	Local da Entrevista	Data da Entrevista
José Ignacio Medina Aguilar	Capitán/Infanteria	Espanhola	Comandante de S/GT	2011-2012	Academia General Militar, Zaragoza	2016/04/06
Ivan San Miguel Lopez	Capitán/Infanteria	Espanhola	Comandante de S/GT, Operação Romeo-Alfa	2009	Academia General Militar, Zaragoza	2016/04/11
Miguel Sanchez Macizo	Comandante/Infanteria	Espanhola	Comandante de S/GT; Comandante de Companhia de Proteção e Segurança; Operação Romeo-Alfa	2009 (S/GT), 2011 (Companhia de Proteção e Segurança)	Academia General Militar, Zaragoza	2016/04/11
Rafael Medina Castello	Comandante/Infanteria	Espanhola	Comandante de S/GT, Operação Romeo-Alfa	2009	Academia General Militar, Zaragoza	2016/04/11
Carlos Egea Amador	Capitán/Infanteria	Espanhola	Comandante de S/GT, Operação Romeo-Alfa	2009, 2010	Academia General Militar, Zaragoza	2016/04/11
Pierre-Edouard Clément Houillon	Capitaine/Arme Blindée Cavalerie	Francesa	Comandante de SGTIA, Operação Serval	2014	Academia Militar, Lisboa	2016/05/18

Documentos (Fontes Secundárias)				
Título	Autores	Data de Publicação	Natureza	Entidade Requisitante/Patrocinadora
Rapport d'Information par la Commission de la Défense Nationale et des Forces Armées en conclusion des travaux d'une mission d'information sur l'opération Serval au Mali	Christophe Guilloteau ; Philippe Nauche.	2013	Relatório	Assemblée National, République Française
France's War in Mali: Lessons for an Expeditionary Army	Michael Shurkin	2013	Relatório	US Army
Operación Romeo-Alfa: Balance de las Operaciones en Afganistán	(Vários)	Maio de 2014	Periódico (Revista Ejército de Tierra)	Ejército de Tierra

APÊNDICE E – GUIÃO DA ENTREVISTA



Guião da Entrevista para o Trabalho de Investigação Aplicada

Cenários de Emprego de uma Força-Tarefa Subagrupamento

*

Investigador: Aspirante-Aluno de Artilharia Artur Jorge Abreu Varanda

Orientador: Coronel de Infantaria (Doutor) Nuno Correia Barrento de Lemos Pires

*

No seu livro *The Utility of Force*, o General Sir Rupert Smith (2006, p. 399) conclui que à medida que a conflitualidade evolui para um novo paradigma, a necessidade de mudança mais urgente recai na organização das forças: a sua organização estratégica tem de refletir a maneira como serão utilizadas *estrategicamente*. Essa utilização das forças é feita cada vez mais fora do respetivo território nacional, para proteger o modo de vida dos estados e das alianças.

É esta necessidade de adaptação que move o estudo em que se insere esta entrevista. Tomando com exemplo a organização das forças francesas durante a Operação Serval (Mali, 2013-2014), o estudo procura entender se o modelo do *Sous-Groupement Tactique Inter-Armes* (SGTIA), ou seja, de uma Força-Tarefa baseada numa unidade de Escalão Subagrupamento, pode ser empregue nos Cenários de Emprego definidos pelo Contexto Estratégico Militar português.

Para o fazer, serão analisadas uma operação francesa (Operação Serval, Mali) e uma operação espanhola (Operações Romeo-Alfa, Afeganistão), tanto ao nível do cenário e contexto da operação, como ao nível da organização e do emprego de forças de escalão subagrupamento. Caso a análise dos contextos e objetivos revele semelhanças entre ambas as operações e os Cenários de Emprego definidos pelo Conceito Estratégico Militar português, será então possível concluir que o emprego destas forças é possível dentro do contexto estratégico português.

Assim, é importante conhecer as suas experiências nas operações acima mencionadas:

A sua colaboração é importante!

Guião da Entrevista

I. Apresentação

- 1.1. Nome (facultativo):
- 1.2. Posto/Arma:
- 1.3. Operações em que participou:
- 1.4. Data e duração da participação:
- 1.5. Funções exercidas durante a Operação:
- 1.6. Unidade em que estava inserido:

II. Características da Operação

- 2.1. Qual o objetivo da operação em que participou?
- 2.2. Com que meios e com que missão específica participou o contingente Espanhol na operação?
- 2.3. Na sua opinião, qual o nível de perigosidade associado à ameaça na operação?
- 2.4. Na sua opinião, os objetivos da operação foram atingidos?
- 2.5. Dos diferentes tipos de unidades presentes na operação, qual julga ter sido a “unidade-base”, ou seja, o tipo de unidade ou o escalão mais importante?
- 2.6. Na sua opinião, qual o nível/escalão mais baixo capaz de gerar operações?

III. Características dos Subagrupamentos

- 3.1. Qual a organização típica de uma unidade de escalão Subagrupamento durante a operação?
- 3.2. Quais as capacidades que agrupavam?
- 3.3. Quais as tarefas que lhes eram tipicamente atribuídas?
- 3.4. Como decorria o seu apoio logístico?
- 3.5. Na sua opinião, os subagrupamentos eram capazes de gerar operações autonomamente?
- 3.6. Na sua opinião, qual a importância do nível/escalão Subagrupamento no contexto da operação?
- 3.7. Na sua opinião, quais as diferenças na missão e na organização entre um Subagrupamento organizado doutrinariamente e um Subagrupamento gerado para a operação?

Blocos de Perguntas		
I. Apresentação	II. Características da Operação	III. Características dos Subagrupamentos

II: Características da Operação			
Objetivos	Perguntas	Dimensões	Indicadores
Caracterizar as dimensões do cenário da Operação (Variável Independente)	2.1: Qual o objetivo da Operação em que participou?	Função	Objetivos
	2.2: Na sua opinião, qual o nível de perigosidade associado à ameaça na operação?	Nível de Violência	Natureza da Ameaça
	2.3: Na sua opinião, os objetivos da operação foram atingidos?	Função	Objetivos
	2.4: Dos diferentes tipos de unidades presentes na operação, qual julga ter sido a “unidade-base”, ou seja, o tipo de unidade ou o escalão mais importante?	Nível de Violência	Meios Empregues
	2.5: Na sua opinião, qual o nível/escalão mais baixo capaz de gerar operações?		

III: Características dos Subagrupamentos			
Objetivos	Perguntas	Dimensões	Indicadores
Caracterizar as dimensões das forças-tarefa subagrupamento presentes na Operação (Variável Dependente)	3.1: Qual a organização típica de uma unidade de escalão Subagrupamento durante a operação?	Elementos	Organização
	3.2: Quais as capacidades que agrupavam?	Elementos	Meios/Capacidades
	3.3: Quais as missões que lhes eram tipicamente atribuídas?	Escalão	Missões
	3.4: Como decorria o seu apoio logístico?	Escalão	Autonomia
	3.5: Na sua opinião, os subagrupamentos eram capazes de gerar operações autonomamente?	Escalão	Autonomia
Entender as diferenças entre uma unidade de escalão Subagrupamento organizada para operações convencionais e uma para a operação em estudo	3.6: Na sua opinião, qual a importância do nível/escalão Subagrupamento no contexto da operação?		
	3.7: Na sua opinião, quais as diferenças na missão e na organização entre um Subagrupamento organizado doutrinariamente e um Subagrupamento gerado para a operação?		

ANEXO A – COMPARATIVE FORMATION/UNIT DESIGNATIONS

Fonte: APP-6(C) NATO Joint Military Symbology (2001), p. B-1

*

Explanatory Notes B002. These group numbers should not be used outside the context of this STANAG. They are not intended as definitions in themselves.

Group 1. The smallest basic unit, part of a group 2 and/or a group 3 unit. Requires administrative and logistical support.

Group 2. A unit larger than a group 1 unit but smaller than a group 3 unit. Requires administrative and logistical support.

Group 3. A unit designed to perform a tactical or support mission, composed of two or more group 1 and/or group 2 units and normally forming part of a group 4 unit. It is commanded by an OF-1/OF-2 or OR-7/OR-8 (see STANAG 2116) and may or may not require administrative support.

Group 4. A unit designed to be capable of administering itself if operating independently and may be self-accounting. It is composed of two or more group 3 units and is commanded by an OF-2 or 3 (see STANAG 2116). It is normally part of a group 5 unit. It can be a composite group 4 unit of mixed arms.

Group 5. A unit designed to be self-administering and self-accounting and capable of operating independently. It is composed of two or more group 4 units and is commanded by an OF-3 or 4 (see STANAG 2116). It can be grouped with group 1, 2, 3 or 4 units of different arms to form a composite group 5 unit of mixed arms.

Group 6. A unit of two or more group 5 units or group 4 units usually of the same arm under a designated commander. Usually commanded by an OF-4, 5 or 6 (see STANAG 2116).

Group 7. A formation of two more combat arm group 5 units or group 6 units with group 1, 2, 3, 4 or 5 units from supporting arms and services normally commanded by an OF-5 or 6 (see STANAG 2116); it is smaller than a group 8 formation.

Group 8. A major tactical and administrative formation which combines in itself the necessary arms and services required for sustained combat, larger than a group 7 formation

and smaller than a group 9 formation. It is normally commanded by an OF-7 (see STANAG 2116).

Group 9. A formation larger than a group 8 formation and smaller than a group 10 formation which usually consists of two or more group 8 formations together with supporting arms and services. It is normally commanded by OF- 8 (see STANAG 2116).

Group 10. The largest tactical and administrative formation of armed forces made up of a number of group 9 and group 8 formations.

Group 11. Several group 10 or group 9 formations under a designated joint force commander.

ANEXO B – COMPOSIÇÃO DOS SGTIA

Fonte: Manuel du Sous-Groupement Tactique Interarmes (2009), p. 15

*

